



Tribunal de Contas
Mato Grosso

TRIBUNAL DO CIDADÃO

Contas Anuais do Governo do Estado de Mato Grosso

Exercício de 2016



Relator Conselheiro Valter Albano

Processo nº 12.041-3/2016



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1. O PROCESSO DAS CONTAS ANUAIS	8
1.2. FUNÇÃO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS	10
1.2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DO GOVERNADOR	10
1.3. O ESTADO DE MATO GROSSO: DADOS E INDICADORES	12
2. EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	14
3. DESEMPENHO DO GOVERNO - 2007 a 2016	18
3.1. DESEMPENHO FISCAL	18
3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	18
3.1.1.1. RECEITAS CORRENTES	19
3.1.1.1.1. PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES	21
3.1.1.1.1.1. PRINCIPAIS TRIBUTOS	22
3.1.1.1.1.1.1. ICMS	25
3.1.1.1.1.1.1.2. COMPORTAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DE MATO GROSSO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS ESTADOS	30
3.1.1.1.1.1.1.3. COMPORTAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM MATO GROSSO:	30
3.1.1.1.1.1.1.4. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	31
3.1.1.1.2. COMPARATIVO ENTRE RECEITAS	33
3.1.1.1.3. REPASSE DO DUODÉCIMO AOS PODERES E ÓRGÃOS	34
3.1.1.1.4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO	35
3.1.1.1.5. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO PIB DE MATO GROSSO	37
3.1.1.1.6. PIB PER CAPITA BRASIL, CENTRO-OESTE, MATO GROSSO	38
3.1.2. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	39
3.1.2.1. DESPESAS CORRENTES	40
3.1.2.2. DESPESAS CORRENTES POR NATUREZA	41
3.1.2.2.1. DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS CORRENTES	42
3.1.2.2.2. DESPESAS DE PESSOAL PER CAPITA	43
3.1.2.3. DESPESAS DE CAPITAL EM PERCENTUAL	45
3.1.2.4. DESPESA DE CAPITAL POR CATEGORIA	46
3.1.2.5. COMPORTAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL	46
3.1.2.6. DESPESA TOTAL E SUA TRAJETÓRIA	47
3.1.2.6.1. DESPESA DE CAPITAL EM RELAÇÃO À DESPESA DE TOTAL	48
3.1.3. RESULTADOS	49
3.1.3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2007 A 2016	49
3.1.3.2. RESULTADO PRIMÁRIO 2007/2016	50
3.1.3.3. RESULTADO NOMINAL – 2007/2016	51



3.1.3.4. RESULTADOS PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E SALDO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA DO ESTADO DE MATO GROSSO – 2007/2016.....	52
3.1.3.5. DÍVIDA PÚBLICA, 2007 A 2016.	53
3.1.3.5.1. DÍVIDA FLUTUANTE	53
3.1.3.5.2. DÍVIDA CONSOLIDADA.....	54
3.1.3.5.3. DÍVIDA PÚBLICA TOTAL (FLUTUANTE + CONSOLIDADA-DISPONIBILIDADE).....	57
3.1.3.6. RESULTADOS FINANCEIROS, 2007 A 2016	59
3.1.3.7. DÍVIDA ATIVA	60
3.2. DESEMPENHO ECONÔMICO	62
3.2.1. EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	62
3.2.2. EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES	64
3.2.3. COMPORTAMENTO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL	65
3.2.4. PIB DOS ESTADOS	67
3.2.4.1. PIB PER CAPITA DOS ESTADOS.....	68
3.2.5. RANKING DA COMPETITIVIDADE	69
3.2.5.1. RANKING DA COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS	70
3.3. DESEMPENHO SOCIAL	84
3.3.1. GASTO PÚBLICO SOCIAL	84
3.3.1.1. SAÚDE	85
3.3.1.2. EDUCAÇÃO	86
3.3.1.3. SEGURANÇA	87
3.3.1.4. EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL DE MT/MS/GO 2008/2016 – PERCENTUAL DO PIB.....	88
3.3.1.5. EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL DE MT/MS/GO 2008/2016 – PER CAPITA	89
3.3.1.6. EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL DO GOVERNO DE MATO GROSSO 2008/2016 – PERCENTUAL DO PIB 90	
4. RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE 2016.....	91
4.1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO	91
4.2. RECEITAS	98
4.2.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	98
4.2.2. RENÚNCIA FISCAL	101
4.2.3. DÍVIDA ATIVA	101
4.3. DESPESAS	103
4.3.1. INVESTIMENTOS.....	113
4.4. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	117
4.5. DÍVIDA PÚBLICA.....	119
4.6. RESULTADOS FINANCEIROS.....	120
4.7. RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG	120
4.7.1. RÉGUA DE PARÂMETROS.....	121



4.7.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS RAG 2016.....	121
4.8. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS.....	123
4.8.1. PERCENTUAL APLICADO NA EDUCAÇÃO.....	123
4.8.2. DESPESAS COM EDUCAÇÃO BÁSICA.....	125
4.8.3. RECURSOS DO FUNDEB GASTOS COM REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	126
4.8.4. PERCENTUAL APLICADO NA SAÚDE.....	127
4.8.5. GASTO COM PESSOAL.....	128
4.8.5.1. DESPESA COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO - DEZEMBRO.....	132
4.9. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	137
4.10. CONCLUSÃO DO RELATÓRIO.....	142
4.11. MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.....	150



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E TRIBUTÁRIA 2007 A 2016 - R\$ MILHÕES	20
GRÁFICO 2 - RECEITAS SIGNIFICATIVAS - 2007 A 2016 – R\$ MILHÕES	22
GRÁFICO 3- ICMS LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	23
GRÁFICO 4 - IPVA LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	24
GRÁFICO 5 - ITCD LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	24
GRÁFICO 6 - TAXAS LÍQUIDAS EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	25
GRÁFICO 7 – ICMS LÍQUIDO PER CAPITA DOS ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007 A 2016	26
GRÁFICO 8 - ICMS LÍQUIDO PER CAPITA DOS ESTADOS - 2016	27
GRÁFICO 9 – ICMS LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - MT - 2007 A 2016	28
GRÁFICO 10 – ICMS LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS ESTADOS - 2016	28
GRÁFICO 11 - DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2016	30
GRÁFICO 12- DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2007 A 2016 – ESTADO DE MT	31
GRÁFICO 13 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA VERSUS PIB - MT - 2007 A 2016	38
GRÁFICO 14 - DESPESAS CORRENTES - 2007 A 2016	41
GRÁFICO 15 - DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EM RELAÇÃO À DESPESA CORRENTE E À DESPESA REALIZADA	43
GRÁFICO 16 - DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PER CAPITA DOS ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007 A 2016	44
GRÁFICO 17 - DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PER CAPITA - 2016	45
GRÁFICO 18 - DESPESAS DE CAPITAL EM % MÉDIO DE 2007 A 2016	45
GRÁFICO 19 - DESPESAS DE CAPITAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016	47
GRÁFICO 20 - DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL DO ESTADO DE MT - 2007 A 2016	48
GRÁFICO 21 - RESULTADO PRIMÁRIO DOS ESTADOS DE GO, MS E MT - 2007 A 2016	50
GRÁFICO 22 - RESULTADOS NOMINAIS DOS ESTADOS DE GO, MS E MT - 2007/2016	51
GRÁFICO 23 - COMPARATIVO RESULTADO PRIMÁRIO, NOMINAL E SALDO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA – 2007/2016	52
GRÁFICO 24 - SALDO DA DÍVIDA FLUTUANTE	54
GRÁFICO 25 - SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	55
GRÁFICO 26 - SALDO E PAGAMENTO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	56
GRÁFICO 27 - RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA / RCL - ESTADOS - 2016	56
GRÁFICO 28 - DÍVIDAS CONSOLIDADA E FLUTUANTE	58
GRÁFICO 29 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL (FLUTUANTE + CONSOLIDADA - DISPONIBILIDADE)	59
GRÁFICO 30 - RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA (%) - 2007 A 2016	61
GRÁFICO 31 - RANKING COMPETITIVIDADE: INFRAESTRUTURA	72
GRÁFICO 32 - RANKING COMPETITIVIDADE: SUSTENTABILIDADE SOCIAL	74
GRÁFICO 33 - RANKING COMPETITIVIDADE: SEGURANÇA PÚBLICA	75
GRÁFICO 34 - RANKING COMPETITIVIDADE: EDUCAÇÃO	76
GRÁFICO 35 - RANKING COMPETITIVIDADE: SOLIDEZ FISCAL	77
GRÁFICO 36 - RANKING COMPETITIVIDADE: EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA	78
GRÁFICO 37 - RANKING COMPETITIVIDADE: CAPITAL HUMANO	79
GRÁFICO 38 - RANKING COMPETITIVIDADE: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	80
GRÁFICO 39 - RANKING COMPETITIVIDADE: POTENCIAL DE MERCADO	81
GRÁFICO 40 - RANKING COMPETITIVIDADE: INOVAÇÃO	83
GRÁFICO 41 - RANKING COMPETITIVIDADE GERAL 2016	83
GRÁFICO 42 - DESPESAS COM SAÚDE PER CAPITA E COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL NEONATAL PRECOCE	85
GRÁFICO 43- INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO POR ALUNO E RESULTADOS DO IDEB - MATO GROSSO	86
GRÁFICO 44 - DESPESAS COM SEGURANÇA PÚBLICA POR HABITANTE E TAXA DE HOMICÍDIO - MATO GROSSO	87
GRÁFICO 45 - GASTO SOCIAL EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO	88



GRÁFICO 46 - GASTO SOCIAL PER CAPITA.....	89
GRÁFICO 47 - GASTO SOCIAL DO GOVERNO DE MATO GROSSO EM PERCENTUAL DO PIB - 2008/2016.....	90
GRÁFICO 48 - RECEITA ARRECADADA 2007 A 2016.....	100
GRÁFICO 49 - EVOLUÇÃO DO SALDO DÍVIDA ATIVA E DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA.....	103
GRÁFICO 50 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA - 2007 A 2016.....	106
GRÁFICO 51 - DESPESA COM INVESTIMENTO EMPENHADO X LIQUIDADO - 2007 A 2016.....	114
GRÁFICO 52 - DÍVIDAS FLUTUANTE VS CONSOLIDADA - 2007 A 2016.....	119
GRÁFICO 53 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO (ATIVOS, INATIVOS E TOTAL) - 2010 A 2016.....	134
GRÁFICO 54 - CUSTO DA FOLHA DE DEZEMBRO - 2010 A 2016.....	134
GRÁFICO 55 - REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SERVIDOR (ATIVO E INATIVO).....	135
GRÁFICO 56 - QUANTIDADE DE SERVIDORES ATIVOS (EFETIVOS, EXCLUSIVAMENTE COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS) DO PODER EXECUTIVO - 2010 A 2016.....	135
GRÁFICO 57 - VALOR DA FOLHA DOS ATIVOS.....	136
GRÁFICO 58 - REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SERVIDOR ATIVO (EFETIVOS, EXCLUSIVAMENTE COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS) - 2010 A 2016.....	136



LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO	12
TABELA 2 - FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL - 2016	12
TABELA 3 - OCUPAÇÕES COM OS MAIORES E MENORES SALDOS - 2016	13
TABELA 4 - SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO - 2016	13
TABELA 5 - OCUPAÇÕES COM MAIORES E MENORES SALDOS E SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO	13
TABELA 6 - RECEITAS REALIZADAS 2007 A 2016	19
TABELA 7 - RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS EM 2016 (FEX E REPATRIAÇÃO)	21
TABELA 8 - COMPORTAMENTO DOS PRINCIPAIS TRIBUTOS ENTRE 2007 E 2016	23
TABELA 9 - ARRECADAÇÃO DO ICMS - PARTICIPAÇÃO RELATIVA - %	29
TABELA 10 - RANKING DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DOS ESTADOS - 2016	32
TABELA 11 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DOS ESTADOS - 2007 A 2016	33
TABELA 12 - RECEITA TOTAL, RECEITA TRIBUTÁRIA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2014 A 2016 - VALORES NOMINAIS	33
TABELA 13 - RECEITA TOTAL, RECEITA TRIBUTÁRIA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2014 A 2016 - VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA	34
TABELA 14 - REPASSE DO DUODÉCIMO AOS PODERES E ÓRGÃOS - 2014 A 2016 - VALORES NOMINAIS	34
TABELA 15 - REPASSE DO DUODÉCIMO AOS PODERES E ÓRGÃOS - 2014 A 2016 - VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA	35
TABELA 16 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO PIB - 2016	36
TABELA 17 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO PIB - ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016	37
TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA BRASIL, CENTRO OESTE E MT - 2007 A 2016	39
TABELA 19 - DESPESA POR NATUREZA 2007 A 2016 - ESTADO DE MT	40
TABELA 20 - DESPESAS CORRENTES 2007 A 2016	42
TABELA 21 - DESPESA DE CAPITAL POR NATUREZA X DESPESA TOTAL DO ESTADO DE MT - 2007 A 2016	46
TABELA 22 - DESPESA TOTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016	48
TABELA 23 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE MT - 2007 A 2016	49
TABELA 24 - DÍVIDA FLUTUANTE - 2007 A 2016	54
TABELA 25 - DÍVIDA CONSOLIDADA DE MT - 2007 A 2016	55
TABELA 26 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL - 2007 A 2016	58
TABELA 27 - RESULTADO FINANCEIRO DE MT - 2007 A 2016	60
TABELA 28 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO DE MT - 2007 A 2016	61
TABELA 29 - EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS - 2007 A 2016	63
TABELA 30 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASIL E ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007 A 2016	64
TABELA 31 - IMPORTAÇÕES DOS ESTADOS - 2007 A 2016	64
TABELA 32 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASIL E DOS ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007 A 2016	65
TABELA 33 - BALANÇA COMERCIAL BRASIL E DOS ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007 A 2016	66
TABELA 34 - PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO CORRENTE, DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2007 A 2016	67
TABELA 35 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA DO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	69
TABELA 36 - HISTÓRICO DOS PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELO TCE- MT	91
TABELA 37 - EIXOS ESTRUTURANTES DO PPA	91
TABELA 38 - DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS - ORÇAMENTO INICIAL	92
TABELA 39 - DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS - ORÇAMENTO INICIAL VS FINAL	95
TABELA 40 - DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO	97
TABELA 41 - COMPARATIVO ENTRE RECEITA PREVISTA E REALIZADA - 2016	98
TABELA 42 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016	99
TABELA 43 - RECEITAS ESTIMADAS E REALIZADAS EM 2016 POR PODERES E ÓRGÃOS	100
TABELA 44 - RENÚNCIA DE RECEITA ESTIMADA E REALIZADA	101
TABELA 45 - DÍVIDA ATIVA - 2007 A 2016	102
TABELA 46 - SALDO DA DÍVIDA ATIVA VS RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA	102
TABELA 47 - ORÇAMENTO INICIAL VS AUTORIZADO DE 2016 - POR PODERES E ÓRGÃOS	104



TABELA 48 - DESPESA POR NATUREZA PREVISTA VS REALIZADA - 2016	104
TABELA 49 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA - AUTORIZADA VS REALIZADA- 2016	105
TABELA 50 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016	106
TABELA 51 – DESPESA AUTORIZADA NA LOA VS DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA – POR PODER E ÓRGÃO	107
TABELA 52 - ORÇAMENTO AUTORIZADO VS DESPESA EMPENHADA 2016 - POR PODER E ÓRGÃOS	111
TABELA 53 - DESPESA POR FUNÇÃO	112
TABELA 54 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA: EMPENHADA X LIQUIDADAS X PAGAS	113
TABELA 55 - INVESTIMENTO POR FUNÇÃO	115
TABELA 56 - DESPESA COM INVESTIMENTO POR FONTE DE RECURSOS	116
TABELA 57 - COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO	118
TABELA 58- RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2016	118
TABELA 59 - HISTÓRICO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2007 A 2016	119
TABELA 60 - DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016	119
TABELA 61 - RESULTADO FINANCEIRO DO ESTADO DE MT - 2007 A 2016	120
TABELA 62 - BASE DE CÁLCULO DA EDUCAÇÃO	123
TABELA 63 - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	124
TABELA 64 - DESPESA COM ENSINO SUPERIOR	125
TABELA 65 – LIMITES COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (ART. 212 CF) E DO ENSINO SUPERIOR (ART. 246 CE) - % APLICAÇÃO - 2007 A 2016	125
TABELA 66 – RECURSOS DO FUNDEB UTILIZADOS EM 2016	126
TABELA 67 - CÁLCULO DO LIMITE CONSTITUCIONAL DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	126
TABELA 68 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (%) - 2007 A 2016	127
TABELA 69 - BASE DE CÁLCULO DA SAÚDE	127
TABELA 70 - DESPESAS REALIZADAS COM A SAÚDE	128
TABELA 71 - GASTOS COM SAÚDE (%) - 2007 A 2016	128
TABELA 72 - BASE DE CÁLCULO PESSOAL - RCL	129
TABELA 73 - DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO	130
TABELA 74 - DESPESA COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO	131
TABELA 75 - HISTÓRICO DE DESPESA COM PESSOAL (%) - 2007 A 2016	131
TABELA 76 - DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO BRUTA - SERVIDORES X REMUNERAÇÃO - PODER EXECUTIVO - MT	133



1. INTRODUÇÃO

1.1. O PROCESSO DAS CONTAS ANUAIS

1. Trata o processo das Contas Anuais do exercício de 2016, protocoladas sob o número 12.041-3/2016, prestadas pelo Governador do Estado de Mato Grosso, senhor **JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES**, e submetidas à apreciação deste Tribunal de Contas, em face das suas competências constitucionais e legais, previstas no inc. I, do art. 47 da Constituição Estadual¹ – CE/89; no art. 57 da Lei Complementar Federal 1012, de 05 de maio de 2000 – LC 101/00 e no art. 25, da Lei Complementar Estadual 2693, de 22 de janeiro de 2007 – LC 269/07.
2. As referidas contas anuais foram encaminhadas ao Tribunal de Contas dentro do prazo de 60 dias, contados da abertura do ano legislativo, conforme determina o inc. X, do art. 66 da CE/894 e o parágrafo único do art. 29, da LC 269/075, e estão de acordo com as disposições do art. 101 da Lei Federal 4.3206, de 17 de março de 1964 – L 4.320/64, que determina que os resultados gerais do exercício sejam demonstrados nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais e nos respectivos anexos, e subscritos por profissional credenciado. Neste processo, os referidos documentos foram

¹ **Art. 47** - O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador do Estado e pela Mesa da Assembleia Legislativa, mediante parecer prévio a ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento e enviado à Assembleia Legislativa para julgamento. (Nova redação dada pela EC 1/91); ...

² **Art. 57.** Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

³ **Art. 25** O Tribunal de Contas do Estado emitirá parecer prévio circunstanciado sobre as contas que o Governador do Estado deve apresentar anualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar de seu recebimento.

⁴ **Art. 66** - Compete privativamente ao Governador do Estado: ... X - prestar, anualmente, à Assembleia Legislativa, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

⁵ **Art. 29 (...)** **Parágrafo único.** As contas anuais do Chefe do Poder Executivo deverão ser remetidas ao Tribunal de Contas até 60 (sessenta) dias após o dia 15 de fevereiro do ano subsequente, conforme disposições constitucionais.

⁶ **Art. 101.** Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17.



assinados pela senhora **ANÉSIA CRISTINA BATISTA**, Contadora inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso - CRC-MT, sob o número 007032/O-9.

3. Integram o processo, além dos documentos acima referidos, o relatório preliminar da Comissão Técnica composta por servidores deste Tribunal de Contas; a defesa formalizada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; o relatório de defesa da citada Comissão; as alegações finais do Chefe do Poder Executivo Estadual; o Parecer 2.696/2017 do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral do Ministério Público de Contas; o Relatório e as Razões do Voto do Relator; e, por fim, a Minuta do Parecer Prévio.



1.2. FUNÇÃO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

4. O Tribunal de Contas, como órgão público de controle externo independente e com autonomia administrativa e financeira, tem suas competências claramente estabelecidas na Constituição da República e devidamente regulamentadas em legislações específicas. Como instituição republicana, é responsável pela análise das contas anuais dos Poderes e Órgãos federais, estaduais e/ou municipais, visando o controle da gestão dos recursos públicos.
5. O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, com suporte técnico especializado, protege o patrimônio público fiscalizando a conduta dos gestores e agentes políticos. A orientação e a prevenção vêm se destacando na atuação do TCE/MT, sendo possível verificar uma redução considerável nas ilegalidades e nos danos e ou prejuízos causados por gestores públicos.
6. Em busca da excelência institucional, vem permanentemente aperfeiçoando os seus métodos de atuação, aprimorando suas técnicas de procedimento, utilizando de ferramentas tecnológicas de eficiência, mensurando e monitorando os seus resultados, além de se aproximar, cada vez mais, dos seus fiscalizados.
7. Os avanços se confirmam nas grandes transformações pelas quais a instituição vem passando, principalmente no que diz respeito à sua maneira de auditar, fiscalizar e julgar as contas públicas. A avaliação de resultados das políticas públicas é um dos programas estruturantes da instituição e que a conduz para o desempenho pleno da sua finalidade.
8. Com essa perspectiva de desempenho, o TCE/MT pretende assegurar que os recursos públicos sejam efetivamente revertidos em melhorias nos serviços prestados à população, exercendo o verdadeiro propósito da sua criação, que é aplicar com rigor, equilíbrio e justiça as normas do controle externo para garantir os resultados pretendidos pela sociedade.

1.2.1. ANÁLISE DAS CONTAS DO GOVERNADOR



9. Foram examinados os resultados da Gestão Fiscal do Governo em 2016, comparados aos obtidos nos anos de 2007 a 2015, com valores atualizados pelo índice IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de 31.12.2016, bem como os indicadores econômicos e sociais do período.
10. Dessa maneira, os dados e indicadores econômicos formam um panorama do desempenho do Governo de Mato Grosso durante os últimos dez anos, estabelecendo uma base que possibilite analisar com maior profundidade os resultados gerais da administração estadual no exercício de 2016.
11. Foram estabelecidos padrões de apresentação que facilitam o raciocínio, a análise e a acessibilidade dos resultados encontrados.
12. Complementando a análise, os resultados orçamentários, financeiros e econômicos do Estado de Mato Grosso foram comparados com os resultados dos demais Estados da Federação. Nesse contexto, para fins de análise comparativa, foi considerado na Receita Corrente Líquida – RCL do Estado de Mato Grosso, o total do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.
13. Diante disso, as informações estão separadas em três grandes grupos: Eficiência na Administração, Desempenho do Governo - 2007/2016 (Fiscal, Econômico e Social) e Relatório das Contas Anuais.
14. Além disso, durante o exercício de 2016, foram emitidos 17 relatórios simultâneos, com objetivo de dar conhecimento ao Chefe do Poder Executivo de situações irregulares ou que poderiam gerar irregularidades em relação ao cumprimento da legislação, visando esclarecer os achados de auditorias pertinentes a temas como Gestão Fiscal da Dívida Ativa, Avaliação das Metas Fiscais (1º Quad-2016), Políticas Públicas executadas pelo Executivo Estadual, Despesa Total de Pessoal, Contabilização das provisões matemáticas previdenciárias do RPPS do Estado, atraso nos repasses (atenção básica à saúde), precatórios, eficácia da arrecadação, entre outros.



1.3. O ESTADO DE MATO GROSSO: DADOS E INDICADORES

15. Estimulado pela sua riqueza potencial, associada aos vastos ecossistemas da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal, Mato Grosso está localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, fazendo divisa com os Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará, Tocantins e Rondônia, além de fronteira internacional com a Bolívia, e tem hoje com a população estimada em 3.305.531 habitantes, distribuídos pelos seus 141 municípios.

TABELA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO

Capital	Cuiabá
População estimada 2016	3.305.531
População 2010	3.035.122
Área 2015 (km ²)	903.198,09
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	3,36
Rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> da população residente 2016 (Reais)	1.139
Número de Municípios	141
Frota veículos - 2016	1.905.567
Índice de Gini - 2014	0,46
IDH - 2010	0,729
PIB-MT 2014 (R\$ Mil)	101.234.520,00
PIB-MT 2014 Per Capita (Reais)	31.396,81

Fonte: IBGE, IPEA, PNUD, Detran-MT

TABELA 2 - FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL - 2016

Total das Atividades			
IBGE Setor	Admitidos	Desligados	Saldo
1 - EXTR MINERAL	1.148	1.347	-199
2 - IND TRANSF	43.768	47.749	-3.981
3 - SERV IND UP	1.640	1.499	141
4 - CONSTR CIVIL	35.060	43.398	-8.338
5 - COMERCIO	98.101	103.234	-5.133
6 - SERVICOS	93.683	97.118	-3.435
7 - ADM PUBLICA	149	195	-46
8 - AGROPECUARIA	78.699	75.931	2.768
Total	352.248	370.471	-18.223

Fonte: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#



TABELA 3 - OCUPAÇÕES COM OS MAIORES E MENORES SALDOS - 2016

Ocupações com Maiores Saldos				Ocupações com Menores Saldos			
CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo	CBO 2002 Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
622020 - TRABALHADOR VOLANTE DA AGRICULTURA	13.967	12.641	1.326	782510 - MOTORISTA DE CAMINHAO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	12.959	15.370	-2.411
784205 - ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUCAO	12.186	10.996	1.190	521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	19.249	21.140	-1.891
784105 - EMBALADOR. A MAO	3.342	2.595	747	715210 - PEDREIRO	6.416	7.683	-1.267
621005 - TRABALHADOR AGROPECUARIO EM GERAL	10.218	9.600	618	848520 - MAGAREFE	2.333	3.264	-931
641010 - OPERADOR DE MAQUINAS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS AGRICOLAS	9.027	8.526	501	717020 - SERVENTE DE OBRAS	12.479	13.356	-877

Fonte: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

TABELA 4 - SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO - 2016

Total das Atividades	
IBGE Setor	Salário Médio de Admissão (R\$)
EXTR MINERAL	1.680,65
SERV IND UP	1.668,64
ADM PUBLICA	1.544,93
AGROPECUARIA	1.425,32
CONSTR CIVIL	1.399,10
IND TRANSF	1.268,23
SERVICOS	1.256,62
COMERCIO	1.133,23

Fonte: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#

TABELA 5 - OCUPAÇÕES COM MAIORES E MENORES SALDOS E SALÁRIO MÉDIO DE ADMISSÃO

Ocupações com Maiores Saldos			Ocupações com Menores Saldos		
CBO 2002 Ocupação	Saldo	Salário Médio de Admissão (R\$)	CBO 2002 Ocupação	Saldo	Salário Médio de Admissão (R\$)
622020 - TRABALHADOR VOLANTE DA AGRICULTURA	1.326	1.209,86	782510 - MOTORISTA DE CAMINHAO (ROTAS REGIONAIS E INTERNACIONAIS)	-2.411	1.634,36
784205 - ALIMENTADOR DE LINHA DE PRODUCAO	1.190	1.099,60	521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	-1.891	1.030,07
784105 - EMBALADOR. A MAO	747	898,65	715210 - PEDREIRO	-1.267	1.433,74
621005 - TRABALHADOR AGROPECUARIO EM GERAL	618	1.229,04	848520 - MAGAREFE	-931	1.059,09
641010 - OPERADOR DE MAQUINAS DE BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS AGRICOLAS	501	1.646,20	717020 - SERVENTE DE OBRAS	-877	1.052,05

Fonte: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#



2. EFICIÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

16. Em tempos de crise econômico-financeira e de carência generalizada de recursos, as escolhas que os gestores públicos precisam fazer, ficam cada vez mais dependentes de boas metodologias de gestão e dos respectivos impactos na sociedade. É evidente que sem planejamento as decisões são pressionadas pelas necessidades da rotina da administração pública, com reflexos diretos na atuação do Estado e do governo em benefício da coletividade, obrigando a administração pública a otimizar os recursos disponíveis, principalmente no que se refere à mão de obra e capital. Neste cenário, a eficiência se mostra como uma alternativa decisiva para o atendimento das expectativas e para o alcance dos resultados esperados pelos cidadãos e pela sociedade.
17. É fato que a eficiência do gasto público é consequência de boas práticas de gestão e de governança. O desperdício de recursos compromete resultados em períodos de bonança e, quando a economia sofre as consequências de decisões governamentais equivocadas, estas afetam seriamente a arrecadação e o gasto público. Neste caso, é possível verificar que o Governo de Mato Grosso quer, claramente, melhorar a vida do cidadão mato-grossense, conforme descrito no Plano Plurianual 2016/2019, tendo, portanto, a obrigação de fazer bom uso dos recursos, utilizando-os de forma sóbria e comedida, e privilegiando o investimento em detrimento do gasto corrente, a exemplo da saúde e educação.
18. Cabe ao governo, por meio de uma política fiscal apropriada, preparar o Estado para um crescimento sustentável e duradouro. Para isso, deve ficar atento à evolução da dívida pública, pois a solvência do Tesouro não pode ser questionada, sob pena de seu financiamento tornar-se mais oneroso e seus prazos mais curtos. Outro aspecto a ser observado é a tributação, que colabora decisivamente para a obtenção do resultado fiscal. A despesa real ao longo dos anos continuou aumentando, com a consequente geração de novas necessidades de incremento nas receitas, que por sua vez, teve impacto negativo na competitividade estadual, uma vez que a produção aqui realizada fica mais cara para a iniciativa privada ou,



- sob o privilégio da renúncia de receita, o governo abdica de parte da sua arrecadação como instrumento de desenvolvimento regional.
19. A consequência da política fiscal apropriada, com foco na eficiência do gasto público, serve também para dar sustentação às políticas públicas e aos compromissos assumidos pelo governo em relação às demandas da sociedade. Os gastos com demandas dessa natureza devem estar alinhados com os investimentos, a fim de atender adequadamente o interesse público.
 20. Na visão econômica, a situação fiscal deve estar sob controle, independentemente do nível do gasto. Por isso, é importante para o crescimento sustentável do Estado, que o gasto público seja compatível com uma carga tributária que permita a competitividade da economia estadual, viabilizando os investimentos e a prevalência da eficiência do gasto.
 21. Há aproximadamente duas décadas o governo estadual começou a realizar reformas institucionais que facilitaram a mudança do modelo de administração burocrática para o da administração gerencial orientado para resultados, redução de custos e fortalecimento das atividades-fim. A transformação gerencial proposta estava alicerçada na estratégia do convencimento, na necessidade de mudança dos valores e hábitos gerenciais e na construção de uma nova gestão pública.
 22. Essas mudanças fortaleceram os requisitos de qualidade e de produtividade nos entes públicos, ao buscar a eficiência na utilização dos recursos nas inúmeras demandas da sociedade. Assim, a partir dos anos 90, as organizações públicas passaram a ter como foco o cidadão, visto não apenas como destinatário das ações, mas também como mantenedor do Estado, a quem se deve prestar contas. Essa reforma rompeu com os modelos até então trabalhados, onde os processos internos e extremamente burocráticos, tinham ascensão sobre a real natureza do trabalho público, que é o de servir ao cidadão.
 23. Foi neste período que a Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998 foi promulgada, incluindo no ordenamento jurídico brasileiro o princípio da eficiência, significando que devia ser feito o que era necessário, com o máximo de qualidade ao menor custo possível, equacionado a qualidade do serviço com a qualidade do



- gasto. A referida Emenda orienta a atividade da administração pública a elevar o seu nível de desempenho e alcançar resultados com custos adequados, relacionando o dever da eficiência com o dever da boa administração.
24. Ainda cabe ao governo a responsabilidade da arrecadação de tributos e sua boa aplicação em benefício da sociedade, que espera a oferta de serviços prometidos e necessários. Como a demanda, na maioria das situações, é sempre crescente, a busca pelo equilíbrio, entre esta e os recursos disponíveis (humanos, materiais, financeiros), torna-se fator preponderante no cumprimento das prioridades definidas. Quanto mais competitiva a economia do Estado, mais negócios são constituídos, mais empregos gerados, mais renda aparece, mais consumo. Existindo políticas públicas compatíveis e adequadas, há ampliação da arrecadação para o governo, o fortalecimento de um ciclo de crescimento virtuoso e o desenvolvimento econômico.
25. Aliados às boas práticas de gestão, o governo deve considerar em suas ações os princípios da governança pública, esta entendida como a capacidade de elaborar, implantar e implementar políticas públicas, levando em conta, entre outros aspectos, a transparência, a prestação de contas, a ética, a integridade, a legalidade e a participação social nas decisões. É um mecanismo que possibilita ao governo legitimar-se política e socialmente, ampliando sua capacidade de ação e produzindo serviços adequados ao interesse público, além de possibilitar a maior participação do cidadão e da sociedade no debate público.
26. O revigoramento das relações entre o governo e a sociedade é um passo decisivo no aperfeiçoamento dos processos de formulação de políticas públicas, sendo um elemento determinante para a boa governança e obtenção de informações que auxiliem a tomada de decisão e o restabelecimento ou fortalecimento da confiança da sociedade na administração pública.
27. Nessa linha, o TCE/MT implantou o seu planejamento estratégico institucional na década passada, participa do Programa Nacional de Gestão Pública e tem vários dos seus processos de trabalho com certificação pelas normas ISO (Organização Internacional de Normalização). Com a experiência adquirida por meio da utilização



de modernos mecanismos de gestão e com a análise das contas dos gestores públicos pelos julgamentos e emissão de pareceres prévios, o TCE/MT defende a necessidade do estabelecimento de um marco de eficiência pública, com três objetivos: melhorar a eficiência e qualidade da gestão das finanças e da prestação de serviços públicos, garantir a estabilidade fiscal e a sustentabilidade financeira e fortalecer e reforçar o compromisso com a população em matéria de crescimento econômico e criação de emprego.

28. O governo que considera a eficiência em suas atividades, realiza gastos ou investimentos que trazem benefícios à sociedade, mesmo que para isso seja necessário assumir inúmeras obrigações, e acompanhar de forma constante o desempenho das ações propostas e o alcance dos resultados esperados, levando em conta, acima de qualquer outro interesse, os direitos fundamentais da população.



3. DESEMPENHO DO GOVERNO - 2007 A 2016

29. Nesse título, examina-se o desempenho do governo nas áreas fiscal, econômica e social.

3.1. DESEMPENHO FISCAL

30. Nesse item, apresenta-se o cenário das receitas, despesas e resultados da administração.

3.1.1. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Receitas Orçamentárias (Públicas): São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. As receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. É por meio dessa receita que o gestor viabiliza a execução das políticas públicas.

31. A Receita realizada teve aumento real de 28,92% no período 2007 a 2016. Observa-se que nos exercícios de 2011, 2013 e 2015 houve queda na arrecadação em relação aos anos imediatamente anteriores, conforme demonstrado na tabela a seguir.



TABELA 6 - RECEITAS REALIZADAS 2007 A 2016

R\$ Milhões

RECEITAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES	12.280,6	13.864,6	14.043,4	14.466,8	15.254,2	18.161,7	19.549,5	25.751,3	20.225,0	20.967,9
Receita Tributária	6.774,2	7.642,2	7.704,2	7.759,4	8.067,0	10.218,7	11.003,1	11.646,6	11.764,1	12.507,9
ICMS (bruto)	6.055,3	6.792,3	6.770,4	6.745,0	6.910,3	8.995,3	9.485,5	10.028,4	10.142,2	10.539,6
IPVA	291,6	323,9	379,7	390,6	428,9	469,6	500,3	549,5	571,3	585,4
ITCD	14,0	26,4	29,0	31,4	37,7	60,1	64,3	58,8	85,2	103,2
IRRF	340,6	404,7	406,8	477,7	548,8	536,4	744,3	783,5	745,8	1.097,8
Taxas	72,7	94,8	118,4	114,8	141,3	157,3	208,7	226,4	219,7	182,0
Receita de Contribuições	1.511,6	1.087,2	1.292,5	1.322,3	1.266,2	1.611,7	1.552,2	1.715,7	1.572,6	1.705,2
Receita Patrimonial	133,5	188,1	166,0	128,0	131,0	231,8	196,2	260,6	401,6	323,5
Receita Agropecuária	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1
Receita Industrial	16,6	5,2	3,7	3,5	3,0	3,0	6,1	3,7	3,6	8,4
Receita de Serviços	337,0	373,6	331,1	346,0	324,2	463,0	470,2	518,9	527,0	536,3
Transferências Correntes	3.098,3	3.946,4	3.888,2	4.012,1	4.321,6	4.260,2	4.052,2	4.427,3	4.154,3	4.715,9
Outras Receitas Correntes	409,2	621,7	657,4	895,5	1.141,1	1.373,1	2.269,3	7.178,4	1.801,6	1.170,6
Deduções	-1.036,9	-1.304,4	-1.401,5	-1.406,4	-1.747,6	-3.678,6	-6.877,5	-11.964,2	-7.250,6	-6.685,7
Receita de Capital	182,8	107,0	465,2	925,0	370,6	1.916,8	1.819,0	1.450,2	297,2	449,3
Operação de Crédito	0,0	0,0	151,2	544,4	126,3	1.763,0	1.416,7	1.210,2	254,4	368,0
Alienação de Bens	143,4	31,8	49,0	7,2	8,7	11,9	20,3	15,8	6,7	1,7
Amortização de Empréstimos	6,5	6,7	5,4	4,3	5,2	4,3	3,0	2,6	4,1	0,0
Transferência de Capital	21,2	65,9	257,5	367,0	88,2	132,4	373,5	219,7	28,7	79,6
Outras Receitas de Capital	11,7	2,6	2,2	2,1	142,1	5,2	5,5	2,0	3,3	0,0
Receita Arrecadada (exceto as Intraorçamentárias)	11.426,4	12.667,1	13.107,1	13.985,4	13.877,2	16.399,9	14.491,0	15.237,3	13.271,5	14.731,5
% - Variação	-	10,86%	3,47%	6,70%	-0,77%	18,18%	-11,64%	5,15%	-12,90%	11,00%

Valores Atualizados pelo IPCA, base 31.12.2016.

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado (anexo 10) - 2016

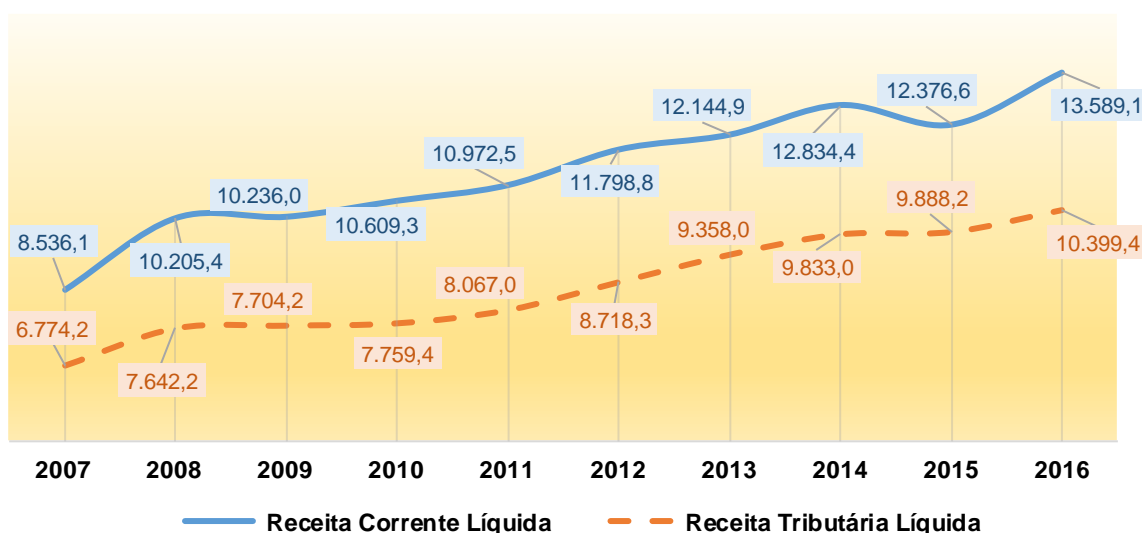
3.1.1.1. RECEITAS CORRENTES

As Receitas Correntes são as provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); e, por fim, das demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).



32. A gestão das Receitas Correntes é analisada com ênfase neste trabalho, pelo fato de envolver a política tributária do Estado, em cujo perfil está implícita a ação do Governo na administração dos tributos.
33. No período de 2007 a 2016, o Estado de Mato Grosso manteve crescimento progressivo na geração de receitas tributárias, registrando o percentual de 53,51% em valores atualizados pelo IPCA. Comparado com 2015, o crescimento em 2016 foi de 5,17%.

GRÁFICO 1 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E TRIBUTÁRIA 2007 A 2016 - R\$ MILHÕES



Fonte: RREO (RCL) - Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.
RCL 2016 considera o montante do IRRF

34. Ressalte-se que o crescimento da Receita Corrente Líquida do exercício de 2016 em relação a 2015, teve o incremento de R\$ 486.684.975,80 em função do repasse financeiro para Fomento das Exportações (FEX), relativo à parcelas não transferidas em 2015, sendo três parcelas de R\$ 105.577.875,00 efetivadas entre os meses de abril e junho de 2016, e da distribuição do Fundo de Participação dos Estados – FPE (repatriação) de R\$ 169.951.350,80 entre abril e dezembro de 2016, conforme detalhado na tabela a seguir.



TABELA 7- RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS EM 2016 (FEX E REPATRIAÇÃO)

Mês/Ano	Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações - FEX	Distribuição por Estado - FPE repatriação
abr/16	R\$ 105.577.875,00	R\$ 15.813,87
mai/16	R\$ 105.577.875,00	R\$ 278.366,99
jun/16	R\$ 105.577.875,00	R\$ 356.470,30
jul/16	-	R\$ 341.293,19
ago/16	-	R\$ 724.992,69
set/16	-	R\$ 730.387,93
out/16	-	R\$ 7.766.374,08
nov/16	-	R\$ 77.803.468,40
dez/16	-	R\$ 81.934.183,35
Sub-Total	R\$ 316.733.625,00	R\$ 169.951.350,80
Total	R\$ 486.684.975,80	

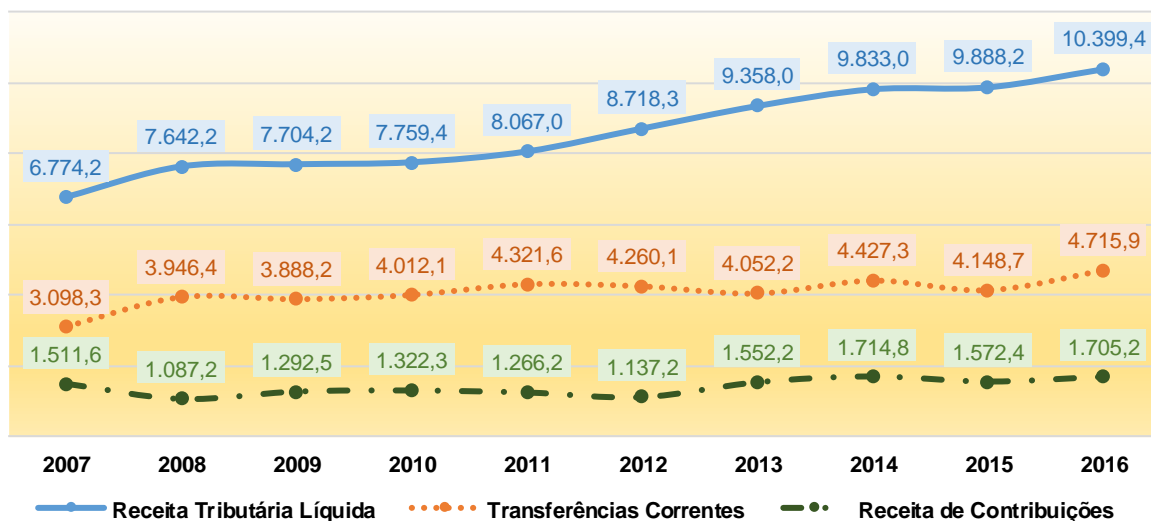
Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/transferencias-constitucionais-e-legais

3.1.1.1.1. PRINCIPAIS RECEITAS CORRENTES

35. **Tributárias:** são receitas derivadas dos impostos, das taxas e das contribuições de melhoria. A receita tributária representou, em 2016, 56,20% da receita corrente.
36. **Transferências:** são os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independente de contraprestação direta em bens e serviços. Podem ocorrer em nível intragovernamental e intergovernamental, e incluem as transferências de instituições privadas e de pessoas. As transferências correntes em 2016 representaram 25,49% da receita realizada.
37. **Receita de Contribuição:** é o ingresso proveniente de contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de intervenção nas respectivas áreas. Em 2016, a receita de contribuição representou 9,22% da receita.



GRÁFICO 2 - RECEITAS SIGNIFICATIVAS - 2007 A 2016 – R\$ MILHÕES



Fonte: RREO (RCL) - Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

3.1.1.1.1. PRINCIPAIS TRIBUTOS

Tributos são as receitas básicas que são deferidas pela Constituição Federal à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios sem a exigência da oferta de produtos ou serviços prestados diretamente, compreendendo três espécies: os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria.

38. Tributos são instituídos e cobrados mediante lei, com vistas ao custeio das atividades gerais ou específicas que são atribuídas ao Estado.
39. A tabela a seguir, contém o histórico dos principais tributos: Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos – ITCD; e Taxas. No período analisado observou-se oscilações na arrecadação dos tributos, com exceção do IPVA, que apresentou crescimento constante, em valores atualizados pelo IPCA.



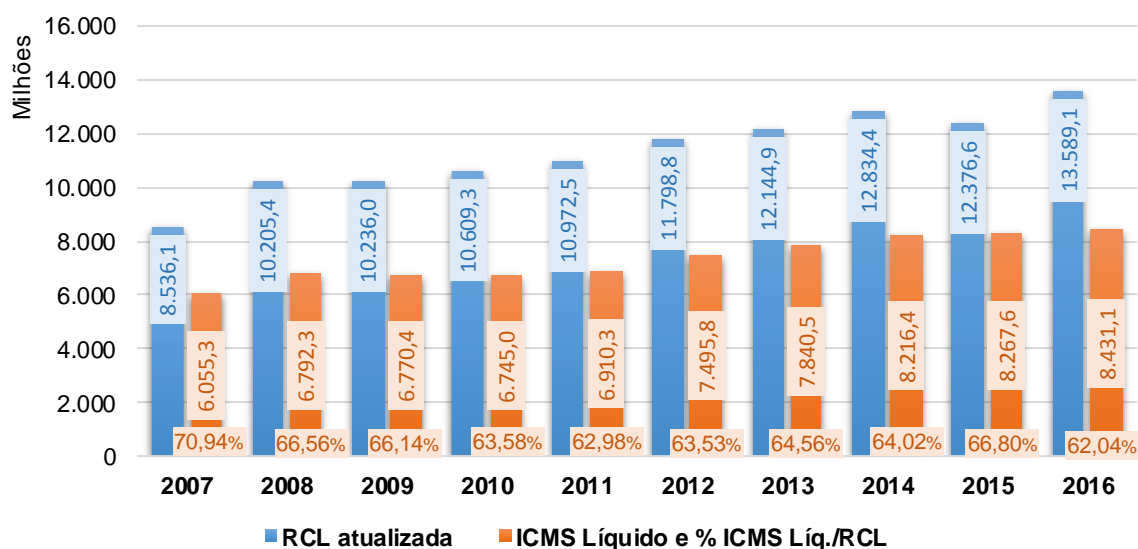
TABELA 8 - COMPORTAMENTO DOS PRINCIPAIS TRIBUTOS ENTRE 2007 E 2016

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	R\$ Milhões Variação 2016/2007
ICMS Líquido	6.055	6.792	6.770	6.745	6.910	7.496	7.840	8.216	8.268	8.431	39,24%
variação %	-	12,17%	-0,32%	-0,38%	2,45%	8,47%	4,60%	4,79%	0,62%	1,98%	
IPVA Líquido	292	324	380	391	429	470	500	549	571	585	100,71%
variação %	-	11,07%	17,23%	2,86%	9,82%	9,48%	6,52%	9,85%	3,97%	2,47%	
ITCD Líquido	14	26	29	31	38	60	64	59	84	103	636,62%
variação %	-	88,79%	9,62%	8,30%	19,96%	59,45%	7,08%	-8,60%	42,91%	22,85%	
Taxas Líquida	73	95	118	115	141	156	207	225	220	182	150,43%
variação %	-	30,50%	24,78%	-3,02%	23,14%	10,68%	32,62%	8,50%	-2,43%	-17,11%	

Fonte: RREO (RCL) - Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

40. O **ICMS** obteve um incremento de 39,24% no período 2007 a 2016, sendo 1,98% no exercício de 2016 comparado com 2015. O referido imposto representou a maior contribuição para a composição da Receita Corrente Líquida, representando, em 2016, 62,04% dessa categoria de receita.

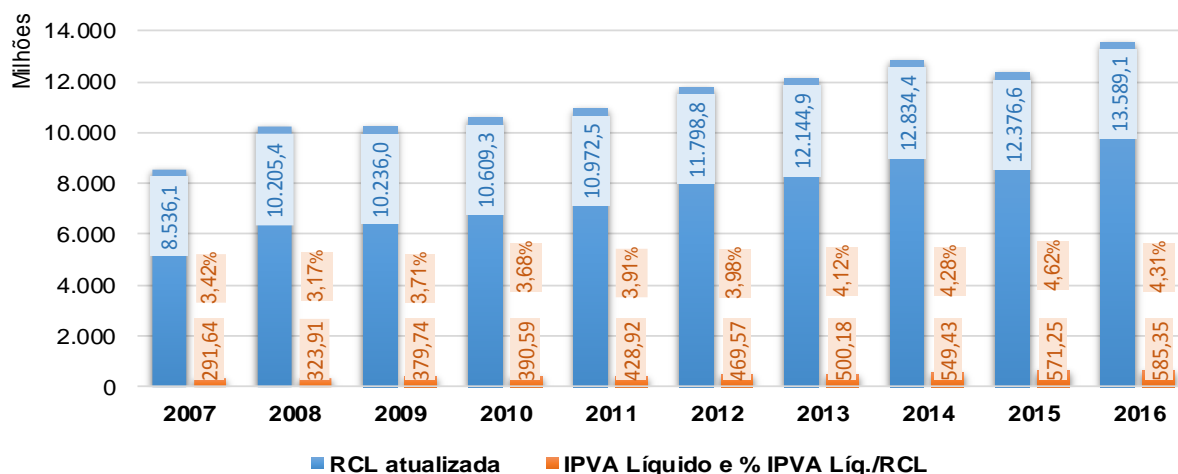
GRÁFICO 3- ICMS LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



Fonte: RREO (RCL) - Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.
RCL 2016 considera o montante do IRRF

41. **IPVA** - Aumentou em 100,71% no período analisado. Desse total, 2,47% referem-se a 2016 em comparação com 2015, porém, sua representatividade é de apenas 4,31% do montante.

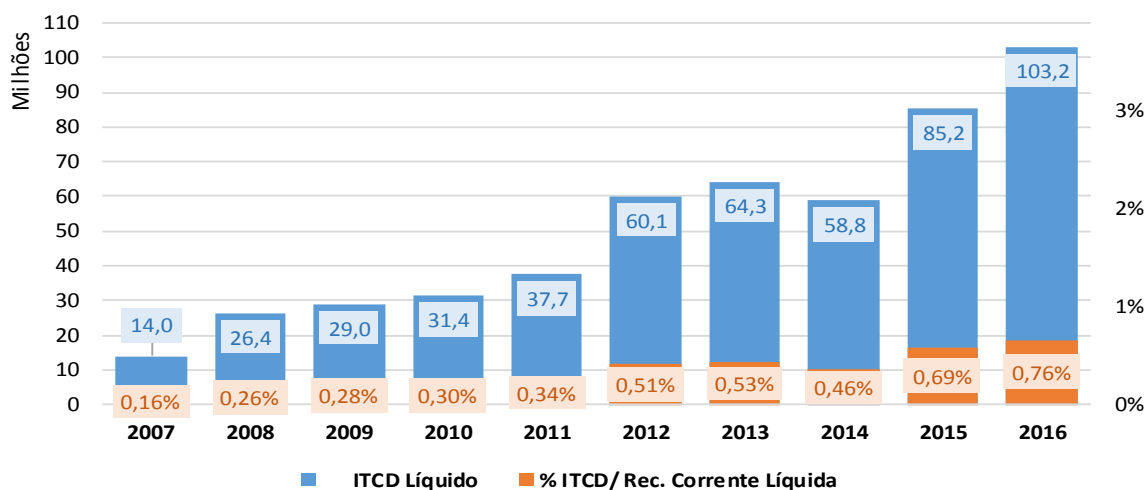
GRÁFICO 4 - IPVA LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



Fonte: RREO (RCL) - Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.
RCL 2016 considera o montante do IRRF

42. **ITCD** – Teve o maior crescimento entre os tributos, que foi de 636,62% no período de 2007 a 2016; no entanto, é o que tem a menor representatividade no montante realizado, que é de 0,76%. Em 2016, a arrecadação deste imposto apresentou crescimento de 22,85% em relação a 2015.

GRÁFICO 5 - ITCD LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

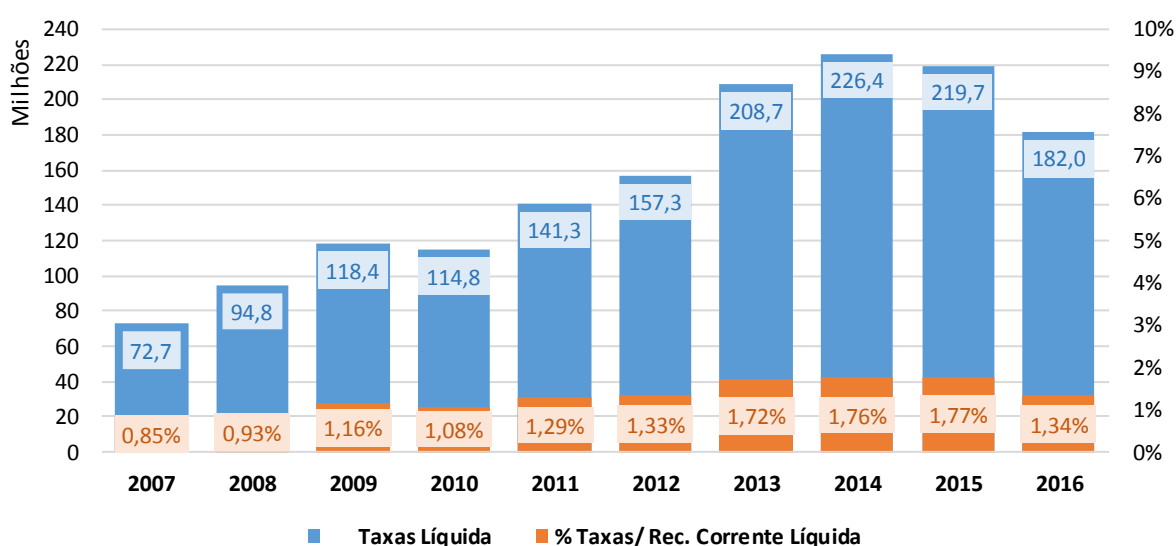


Fonte: RREO (RCL) - Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.
RCL 2016 considera o montante do IRRF



43. As **Taxas** foram o tributo que apresentou o segundo maior crescimento no período de 2007 a 2016, com 150,43%; no entanto, registrou uma queda acumulado de 19,54% na arrecadação nos últimos dois anos, sendo 17,11% somente em 2016. Contudo, sua representatividade foi de 1,34% da RCL no exercício em análise.

GRÁFICO 6 - TAXAS LÍQUIDAS EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



Fonte: RREO (RCL) - Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.
RCL 2016 considera o montante do IRRF

3.1.1.1.1.1. ICMS

44. Trata-se da maior fonte de receita para os 26 estados brasileiros e para o Distrito Federal. A arrecadação é de mais de R\$ 400 bilhões por ano, valor superior ao do Imposto de Renda (R\$ 364 bilhões /2016)⁷.
45. O ICMS é responsável por 18,3% do total de tributos pagos pelos brasileiros. A constatação está em estudo encomendado pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) ao Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). Em segundo lugar no ranking tributário estão as contribuições previdenciárias federais,

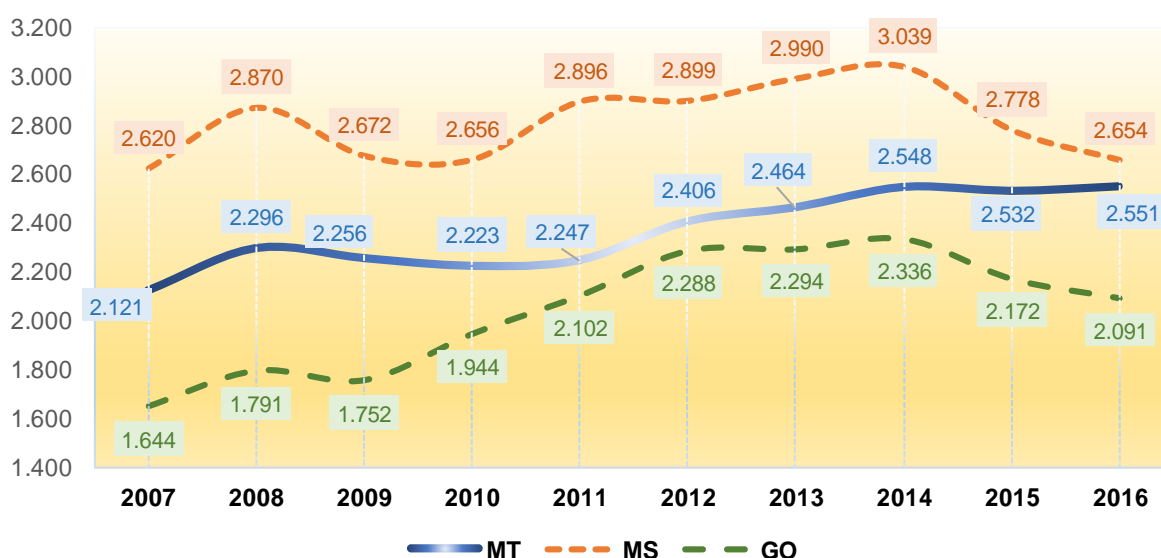
⁷ <https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao>



que responderam por 17,09%. Na sequência está o Imposto de Renda recolhido pela União, com 15,42%.

46. Ao analisar o ICMS líquido per capita dos Estados do Centro Oeste, é possível verificar que, no período de 2007 a 2016, o Estado de Mato Grosso obteve seu melhor resultado de arrecadação no exercício de 2016, com R\$ 2.551; porém, historicamente, apresentou resultados inferiores ao do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 7 – ICMS LÍQUIDO PER CAPITA DOS ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007 A 2016



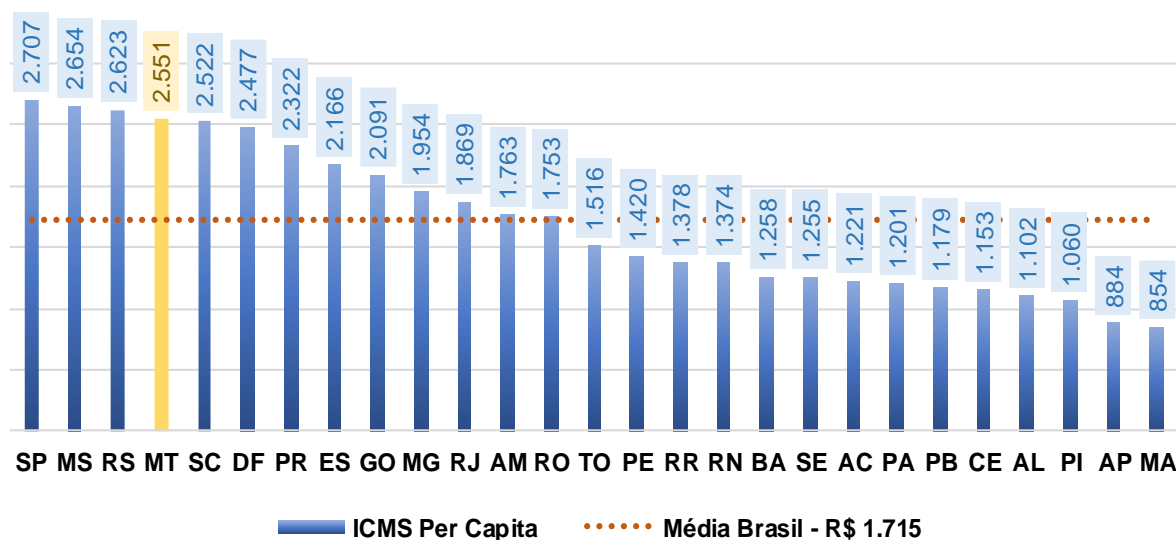
Fonte: RREO (RCL)

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016

47. Quando comparado aos demais Estados da Federação, o Estado de Mato Grosso, no exercício de 2016, obteve o quarto melhor resultado, ficando, inclusive, acima da média nacional, que foi de R\$1.715, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



GRÁFICO 8 - ICMS LÍQUIDO PER CAPITA DOS ESTADOS - 2016

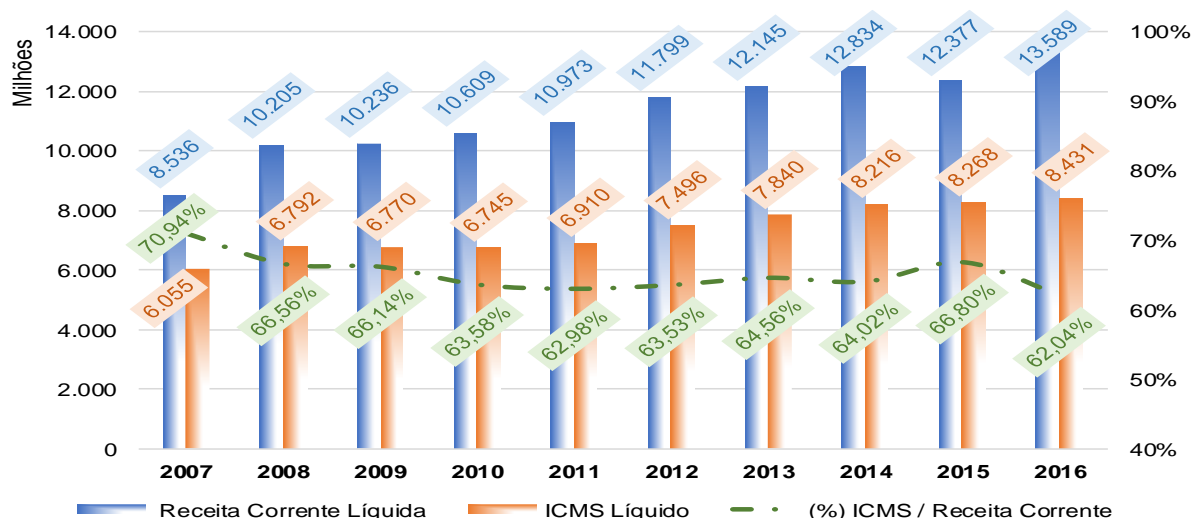


Fonte: RREO (RCL)

48. Em razão da relevância do impacto da arrecadação do ICMS na Receita Corrente Líquida, e considerando que esta serve de parâmetro para estabelecer limites conforme disposto na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e em Resoluções do Senado, optou-se pela utilização da RCL como base para análise comparativa entre os Estados no exercício de 2016.
49. Ao analisar essa relação, constata-se que, apesar da redução da representatividade do ICMS Líquido perante a RCL no período 2007 a 2016 (70,94% para 67,33%), o referido imposto continua a ser o que tem maior participação nas finanças estaduais. Verifica-se, também, que tal variação se deu mais em razão do crescimento do percentual da receita corrente líquida do que do percentual da arrecadação do ICMS, em valores atualizados pelo IPCA, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



GRÁFICO 9 – ICMS LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - MT - 2007 A 2016



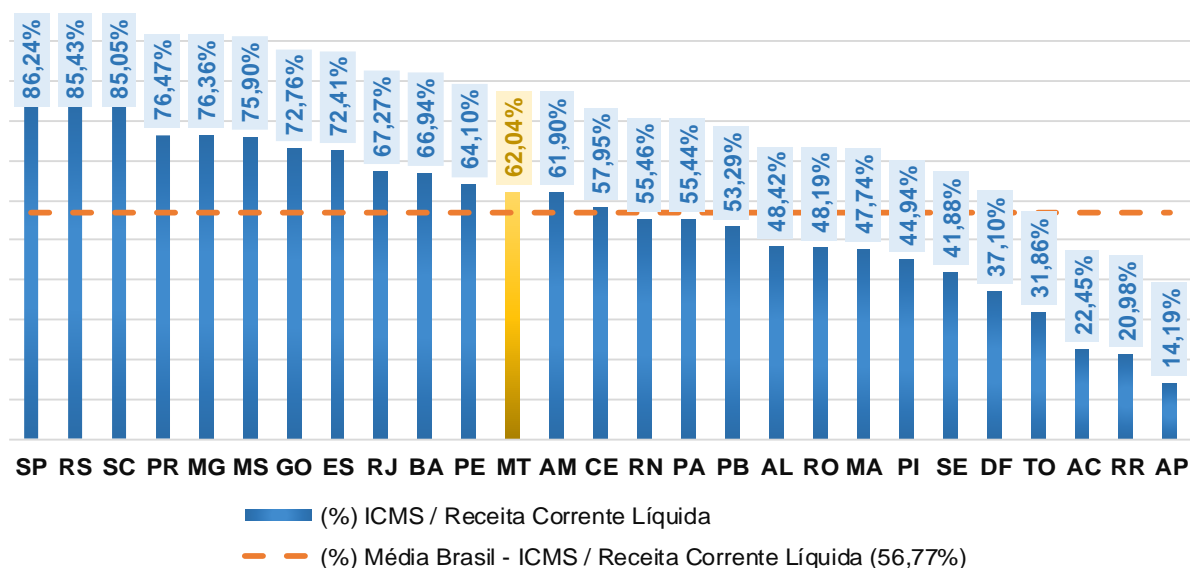
Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016

Fonte RREO (RCL)

RCL MT 2016 considera o montante do IRRF

50. Quando comparada a representatividade do ICMS na composição da RCL, o Estado de Mato Grosso, no exercício de 2016, ficou somente com a décima segunda posição, com 62,04%, atrás, inclusive, dos Estados de Mato Grosso do Sul (75,90%) e de Goiás (72,76%).

GRÁFICO 10 – ICMS LÍQUIDO EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DOS ESTADOS - 2016



Fonte RREO (RCL)

RCL MT 2016 considera o montante do IRRF



51. De acordo com o Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, que disponibilizou informações sobre a participação relativa na arrecadação do ICMS nacional, a do Estado de Mato Grosso, durante o período 2007 a 2016, oscilou de 1,9% a 2,4%, na composição da arrecadação de ICMS Brasil, sendo o décimo Estado que mais arrecadou no exercício de 2016, alcançando 2,4% do total. Em comparação aos Estados do Centro Oeste, ficou atrás do Estado de Goiás, com 3,6%.

TABELA 9 - ARRECADAÇÃO DO ICMS - PARTICIPAÇÃO RELATIVA -%

UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NORTE	5.6	5.6	5.6	5.7	5.5	5.9	6.0	6.2	6.2	5.1
Acre	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.9
Amazonas	2.0	2.1	1.9	2.1	1.9	2.0	2.0	2.0	1.9	1.7
Pará	2.0	1.9	2.0	1.9	1.9	2.1	2.2	2.3	2.4	1.6
Rondônia	0.8	0.8	0.8	0.8	0.8	0.8	0.7	0.8	0.8	0.3
Amapá	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.2	0.1
Roraima	0.1	0.1	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2	0.1
Tocantins	0.4	0.4	0.4	0.4	0.4	0.5	0.5	0.5	0.5	0.4
NORDESTE	14.7	14.5	14.7	15.0	14.8	15.2	15.4	15.9	16.1	20.8
Maranhão	1.1	1.1	1.1	1.1	1.1	1.2	1.2	1.2	1.3	1.1
Piauí	0.6	0.6	0.7	0.7	0.7	0.7	0.7	0.8	0.8	0.3
Ceará	2.1	2.1	2.2	2.3	2.2	2.3	2.4	2.4	2.5	1.8
Rio Grande do Norte	1.1	1.0	1.1	1.1	1.0	1.1	1.1	1.1	1.1	1.2
Paraíba	0.9	0.9	0.9	0.9	0.9	1.0	1.0	1.1	1.1	0.4
Pernambuco	2.9	2.8	3.0	3.1	3.2	3.2	3.2	3.3	3.2	13.1
Alagoas	0.7	0.7	0.7	0.8	0.7	0.7	0.7	0.8	0.8	0.6
Sergipe	0.6	0.6	0.6	0.7	0.7	0.7	0.7	0.7	0.7	0.5
Bahia	4.7	4.6	4.3	4.4	4.2	4.2	4.4	4.5	4.6	1.8
SUDESTE	55.5	55.5	55.3	55.3	55.5	54.1	53.8	52.1	51.4	52.5
Minas Gerais	10.3	10.5	9.8	10.1	9.5	9.7	9.7	9.9	9.5	7.0
Espírito Santo	3.1	3.2	2.9	2.6	2.8	2.8	2.4	2.3	2.4	1.3
Rio de Janeiro	8.4	8.1	8.3	8.5	8.2	7.7	8.6	8.2	8.2	22.8
São Paulo	33.7	33.7	34.3	34.1	35.0	33.9	33.1	31.6	31.4	21.4
SUL	15.6	15.7	15.7	15.6	15.6	15.7	16.0	16.6	17.0	13.7
Paraná	5.4	5.3	5.4	5.1	5.2	5.4	5.6	5.9	6.2	4.3
Santa Catarina	3.6	3.6	3.7	3.8	4.1	3.9	3.8	4.1	4.0	4.4
Rio Grande do Sul	6.5	6.7	6.6	6.6	6.3	6.5	6.5	6.7	6.8	5.0
CENTRO-OESTE	8.6	8.7	8.7	8.4	8.6	9.0	8.9	9.2	9.3	8.0
Mato Grosso	2.1	2.1	2.2	2.0	1.9	2.0	2.0	2.1	2.3	2.4
Mato Grosso do Sul*	1.9	2.0	1.9	1.7	1.8	1.8	1.8	1.9	1.9	0.0
Goiás	2.8	2.8	2.9	3.0	3.2	3.4	3.3	3.4	3.4	3.6
Distrito Federal	1.8	1.8	1.7	1.7	1.7	1.7	1.7	1.8	1.7	1.9
BRASIL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/boletim-do-icms/@@consulta_arrecadacao - Consulta realizada em 27/03/2017

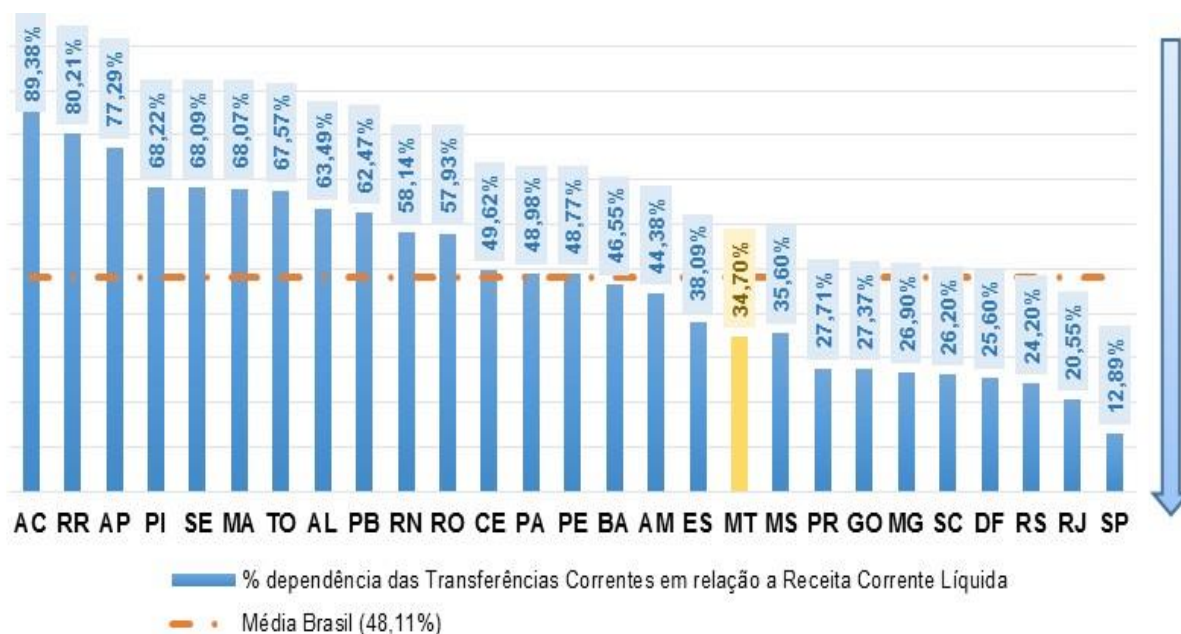
* - CONFAZ não informou dados relativos a 2016, do Estado de Mato Grosso do Sul.



3.1.1.1.2. COMPORTAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DE MATO GROSSO EM RELAÇÃO AOS DEMAIS ESTADOS

52. Mato Grosso ocupou, no exercício de 2016, a 18ª posição no ranking de dependência das Transferências Correntes, as quais contribuíram com 34,70% da sua RCL no exercício. Este índice foi inferior à média dos Estados brasileiros, que foi de 48,11%. Os dados oficiais disponíveis que serviram de base para elaboração do gráfico a seguir são de 2016.

GRÁFICO 11 - DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2016



Fonte RREO (RCL)

RCL MT 2016 considera o montante do IRRF

3.1.1.1.3. COMPORTAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM MATO GROSSO:

53. Na relação entre as transferências correntes e a Receita Corrente Líquida do Estado de Mato Grosso, foi evidenciada a série de 2007/2016, onde, quanto menor o percentual, maior é a independência do Estado em relação à União. De 2007 a



2011 houve pequenas oscilações, atingindo menor percentual em 2013, com 33,37%, e 34,70% em 2016, representando um aumento de 1,18% se comparado a 2015, e R\$ 160,82 milhões da Receita Corrente Líquida.

GRÁFICO 12- DEPENDÊNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2007 A 2016 – ESTADO DE MT



Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

RCL 2016 considera o montante do IRRF

Fonte RREO (RCL)

3.1.1.1.4. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

54. Com relação às transferências constitucionais de 2016, o Estado de Mato Grosso recebeu R\$ 3,8 bilhões, ou seja, 2,61% do total transferido aos Estados pela União, ocupando, assim, a 15ª posição.



TABELA 10 - RANKING DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DOS ESTADOS – 2016

R\$-Mil

UF	CIDE-Combustíveis - CIDE/Combustível	FEX	FPE	FUNDEB	IOF-Ouro - IOF Ouro	IPI-Exp - IPI-EXP	LC 87/96 (Lei Kandir) - ICMS/LC 87/96 - Lei Kandir	Royalties - ANP	Royalties - CFH	Royalties - CFM	Royalties - FEP	Royalties - ITA	Royalties - PEA	TOTAL
SP	162.722	4.493	679.246	15.593.878	67	681.519	364.359	370.281	93.165	13.389	1.456	12.178	338.646	18.315.401
MG	102.727	509.087	3.121.338	6.766.481	4	409.181	150.978	0	108.271	204.346	8.798	27.211	0	11.408.424
BA	62.812	99.268	6.485.613	2.960.926	0	164.935	43.485	139.853	28.738	7.830	16.180	0	6.843	10.016.484
RJ	46.242	154.725	1.189.321	2.528.446	242	615.363	68.621	1.985.993	7.470	3.312	5.888	0	1.507.270	8.112.893
PR	59.189	168.619	1.975.989	4.050.854	0	284.985	117.966	4.032	133.266	3.638	4.624	307.908	0	7.111.070
PA	29.938	281.764	4.288.045	2.037.469	4.246	181.390	51.055	0	63.579	121.960	12.199	0	0	7.071.646
PE	33.571	2.310	4.729.887	2.058.572	0	17.667	17.382	0	4.161	942	11.087	0	0	6.875.580
CE	34.087	521	5.076.173	1.490.300	1	24.429	19.057	9.220	0	1.766	12.923	0	0	6.668.477
MA	28.329	53.241	5.029.232	1.365.577	0	44.253	19.642	35.618	4.146	741	13.564	0	1.300	6.595.643
RS	51.433	261.252	1.579.294	4.158.145	0	303.694	117.520	0	54.758	4.091	2.942	0	0	6.533.129
GO	46.944	221.888	1.988.403	1.905.812	2	83.544	15.616	0	62.609	22.965	5.524	10.689	0	4.363.996
PB	18.702	5.042	3.322.438	983.881	0	3.575	3.364	0	0	1.476	8.656	0	0	4.347.134
RN	17.433	13.113	2.923.299	844.755	0	4.188	4.237	131.255	0	707	8.150	0	170	3.947.307
TO	19.659	43.919	2.969.418	761.923	0	3.591	921	0	15.416	806	6.840	0	0	3.822.494
MT	30.729	610.556	1.591.618	1.485.167	3.769	49.287	22.708	0	13.613	3.719	3.941	0	0	3.815.107
PI	22.792	9.424	3.018.195	741.228	1	806	3.529	0	1.066	344	8.297	0	0	3.805.682
AM	14.118	25.804	2.065.048	1.371.270	74	22.931	11.792	202.535	1.186	2.087	8.163	0	47.595	3.772.603
AL	12.844	11.595	2.944.570	654.012	0	1.908	9.831	22.607	8.073	723	8.930	0	0	3.675.093
SE	11.381	6.211	2.859.686	610.483	0	1.053	2.931	69.811	6.217	3.285	6.951	0	60	3.578.069
ES	20.092	185.284	1.095.462	882.918	0	214.635	49.881	508.723	816	3.205	4.035	0	461.988	3.427.039
SC	33.276	83.790	912.329	2.082.756	4	202.718	42.018	0	52.278	4.334	2.903	0	0	3.416.408
AC	7.100	2.211	2.433.352	569.902	0	222	1.065	0	0	53	7.631	0	0	3.021.537
AP	5.924	0	2.401.243	534.016	147	6.774	4.756	0	5.804	3.963	6.990	0	0	2.969.617
RO	13.024	42.861	2.027.842	741.984	459	12.446	2.918	0	54.480	1.901	6.887	0	0	2.904.803
DF	17.807	0	479.792	1.913.315	0	5.621	12.632	0	274	685	0	26	0	2.430.153
MS	24.219	127.456	967.197	914.707	0	66.817	14.445	0	32.282	9.222	3.448	5.684	0	2.165.478
RR	6.817	564	1.756.756	392.200	0	63	447	0	0	38	5.346	0	0	2.162.232

Fonte: http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::IR_962295:NO:::-acesso em 27/03/2017

55. No período de 2007 a 2016, observa-se um aumento de 67,41% nas transferências constitucionais. Já em 2016, as transferências tiveram um aumento de 21,26% em comparação com 2015, representando o maior acréscimo se comparado aos outros Estados.



TABELA 11 - TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS DOS ESTADOS - 2007 A 2016

R\$ Milhões

UF	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	% 2016/ 2007	% 2016/ 2015
MT	2.279	2.788	2.602	2.856	3.094	2.956	3.040	3.449	3.146	3.815	67,41%	21,26%
MS	1.557	1.837	1.740	1.856	2.070	2.005	2.024	2.094	1.947	2.165	39,10%	11,25%
RO	2.106	2.435	2.306	2.435	2.727	2.635	2.661	2.771	2.659	2.905	37,90%	9,24%
AC	2.293	2.647	2.452	2.545	2.876	2.819	2.860	2.916	2.770	3.022	31,78%	9,07%
RR	1.738	1.962	1.813	1.864	2.102	2.029	2.063	2.104	1.988	2.162	24,41%	8,79%
GO	3.090	3.670	3.506	3.839	4.215	4.226	4.163	4.321	4.039	4.364	41,21%	8,05%
PI	2.868	3.325	3.222	3.344	3.822	3.706	3.708	3.738	3.524	3.806	32,70%	8,00%
AP	2.342	2.689	2.484	2.579	2.912	2.870	2.908	2.946	2.768	2.970	26,81%	7,30%
AM	2.715	3.177	2.923	3.244	3.585	3.714	3.819	3.865	3.522	3.773	38,98%	7,12%
MA	4.896	5.700	5.444	5.613	6.615	6.412	6.267	6.428	6.163	6.596	34,73%	7,01%
MG	8.472	10.185	9.848	10.921	11.608	11.533	11.693	11.979	10.701	11.408	34,66%	6,61%
AL	2.875	3.273	3.054	3.210	3.646	3.576	3.561	3.650	3.460	3.675	27,81%	6,22%
PA	4.837	5.825	5.455	5.926	6.826	6.809	6.699	6.976	6.680	7.072	46,20%	5,87%
TO	3.012	3.485	3.222	3.351	3.815	3.711	3.747	3.832	3.614	3.822	26,92%	5,78%
PB	3.334	3.688	3.686	3.819	4.376	4.237	4.268	4.349	4.128	4.347	30,40%	5,31%
CE	4.914	5.810	5.551	5.792	6.667	6.443	6.487	6.670	6.339	6.668	35,70%	5,19%
SC	2.747	3.119	3.113	3.442	3.721	3.471	3.374	3.546	3.280	3.416	24,38%	4,17%
SE	2.950	3.463	3.142	3.303	3.711	3.662	3.674	3.737	3.436	3.578	21,28%	4,14%
BA	7.699	9.111	8.715	9.165	10.356	10.349	10.219	10.415	9.709	10.016	30,09%	3,17%
RS	4.896	5.993	5.879	6.423	6.689	6.284	6.434	6.761	6.359	6.533	33,43%	2,74%
PE	5.162	6.162	6.088	6.351	7.282	7.028	6.988	7.146	6.698	6.876	33,20%	2,64%
RN	3.273	3.823	3.447	3.601	4.084	4.049	4.001	4.010	3.846	3.947	20,59%	2,63%
PR	5.218	6.039	6.016	6.346	6.864	6.793	6.994	7.203	6.969	7.111	36,29%	2,04%
DF	565	629	571	607	685	645	1.298	2.411	2.398	2.430	329,89%	1,33%
SP	15.169	18.499	18.568	20.787	21.380	21.261	21.637	21.298	19.810	18.315	20,74%	-7,54%
ES	2.166	2.892	2.532	3.079	3.913	4.599	4.350	4.554	3.731	3.427	58,19%	-8,14%
RJ	11.149	15.512	12.371	14.728	15.299	16.164	15.528	15.284	10.407	8.113	-27,23%	-22,05%

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016

Fonte: http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::IR_962295:NO:: - acesso em 27/03/2017

3.1.1.2. COMPARATIVO ENTRE RECEITAS

TABELA 12 - RECEITA TOTAL, RECEITA TRIBUTÁRIA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2014 A 2016 - VALORES NOMINAIS

R\$ Milhões

	2014	2015	2016	Δ 2016/2014
Receita Total	12.953	12.486	14.732	13,73%
	11,89%	-3,60%	17,98%	
Receita Tributária	9.901	11.068	12.508	26,33%
	12,63%	11,79%	13,01%	
Receita Corrente Líquida	10.911	11.644	13.589	24,55%
	12,45%	6,73%	16,70%	

Fonte: Fiplan e RREO



TABELA 13 - RECEITA TOTAL, RECEITA TRIBUTÁRIA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 2014 A 2016 - VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA

		R\$ Milhões			
		2014	2015	2016	Δ 2016/2014
Receita Total	Valor R\$	15.237	13.272	14.732	-3,32%
	Δ	5,15%	-12,90%	11,00%	
Receita Tributária	Valor R\$	11.647	11.764	12.508	7,40%
	Δ	5,85%	1,01%	6,32%	
Receita Corrente Líquida	Valor R\$	12.834	12.377	13.589	5,88%
	Δ	5,68%	-3,57%	9,80%	

Fonte: Fiplan e RREO

56. As tabelas anteriores demonstram o comportamento da receita total, da receita tributária e da receita corrente líquida, em valores nominais e reais, no período 2014-2016, restando comprovado que a receita total real teve desempenho negativo de 3,32%, o que explica, em parte, as dificuldades fiscais pelas quais passa a Administração Pública Estadual.

3.1.1.3. REPASSE DO DUODÉCIMO AOS PODERES E ÓRGÃOS

TABELA 14 - REPASSE DO DUODÉCIMO AOS PODERES E ÓRGÃOS - 2014 A 2016 - VALORES NOMINAIS

R\$ Milhões				
	2014	2015	2016	Δ 2016/2014
Receita Corrente Líquida	10.910,58	11.644,44	13.589,07	24,55%
	12,45%	6,73%	16,70%	
Receita Tributária	9.900,80	11.068,16	12.507,91	26,33%
	12,63%	11,79%	13,01%	
Assembleia Legislativa	377,38	392,56	422,07	11,84%
		4,02%	7,52%	
Poder Judiciário	753,72	776,93	895,55	18,82%
		3,08%	15,27%	
Tribunal de Contas	293,39	280,43	306,40	4,43%
		-4,42%	9,26%	
Ministério Público	291,68	329,77	353,85	21,31%
		13,06%	7,30%	
Defensoria Pública	77,62	102,57	112,24	44,60%
		32,14%	9,43%	
Total repasses	1.793,80	1.882,25	2.090,11	16,52%

Fonte: FIPLAN (Balanço Financeiro e Anexo I - 4320/64) - RREO



TABELA 15 - REPASSE DO DUODÉCIMO AOS PODERES E ÓRGÃOS - 2014 A 2016 - VALORES ATUALIZADOS PELO IPCA

R\$ Milhões				
	2014	2015	2016	Δ 2016/2014
Receita Corrente Líquida	12.834,42	12.376,65	13.589,07	5,88%
	5,68%	-3,57%	9,80%	
Receita Tributária	11.646,58	11.764,13	12.507,91	7,40%
	5,85%	1,01%	6,32%	
Assembleia Legislativa	443,92	417,24	422,07	-4,92%
		-6,01%	1,16%	
Poder Judiciário	886,62	825,78	895,55	1,01%
		-6,86%	8,45%	
Tribunal de Contas	345,13	298,06	306,40	-11,22%
		-13,64%	2,80%	
Ministério Público	343,12	350,50	353,85	3,13%
		2,15%	0,95%	
Defensoria Pública	91,31	109,02	112,24	22,93%
		19,40%	2,96%	
Total repasses	2.110,09	2.000,61	2.090,11	-0,95%
Fonte: FIPLAN (Balanço Financeiro e Anexo I - 4320/64) - RREO				

3.1.1.4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO

57. O Produto Interno Bruto – PIB representa o valor agregado, depurado das transações intermediárias e medido a preços de mercado, de todos os bens e produtos finais produzidos dentro do território econômico de uma região. Neste item, foi feita a correlação entre RCL e PIB.
58. Em razão da ausência de informações oficiais do PIB dos Estados nos anos de 2015 e 2016, foi utilizada uma metodologia que identifica a relação histórica entre RCL e o PIB, possibilitando uma análise comparativa melhor entre os Estados no exercício em análise.
59. Para o estabelecimento do PIB de 2015 e de 2016 para os Estados, foi observada a representatividade média da RCL em relação ao PIB nos últimos oito anos. No



cálculo do PIB 2015, usou-se o período de 2007 a 2014; e para o PIB 2016, considerou-se o de 2008 a 2015.

TABELA 16 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO PIB - 2016

Estados	Receita Corrente Líquida - 2016 - (R\$)	PIB 2016* - (R\$)	% Receita em relação ao PIB
AC	4.442.141.070,90	13.553.844.644,64	32,77%
AL	7.645.675.622,78	50.842.055.290,52	15,04%
AM	11.395.630.934,00	90.451.581.555,07	12,60%
AP	4.872.773.878,98	15.982.139.628,96	30,49%
BA	28.714.179.024,82	251.860.847.711,08	11,40%
CE	17.831.937.421,85	144.873.389.346,35	12,31%
ES	11.884.435.326,99	122.301.881.864,39	9,72%
GO	19.246.875.155,43	188.949.727.340,81	10,19%
MA	12.434.760.473,20	85.541.987.295,17	14,54%
MG	53.731.469.131,32	564.518.375.098,07	9,52%
MS	9.380.900.663,32	82.754.623.064,33	11,34%
MT	13.589.067.069,80	116.507.475.739,63	11,66%
PA	17.922.201.695,92	152.909.628.781,50	11,72%
PB	8.845.649.341,67	57.845.087.141,73	15,29%
PE	20.853.041.088,71	162.430.206.016,12	12,84%
PI	7.578.979.585,52	38.050.286.800,96	19,92%
PR	34.135.477.821,98	442.009.623.110,52	7,72%
RJ	46.228.984.469,00	614.611.515.042,52	7,52%
RN	8.605.684.473,71	57.802.941.343,96	14,89%
RO	6.502.106.330,05	39.640.974.458,36	16,40%
RR	3.376.579.222,11	11.408.995.531,04	29,60%
RS	34.654.897.410,30	417.223.367.843,80	8,31%
SC	20.488.858.892,36	262.395.908.142,95	7,81%
SE	6.787.495.872,54	40.344.918.067,46	16,82%
SP	140.443.287.171,02	1.853.161.873.110,06	7,58%
TO	7.293.584.929,36	29.716.208.470,20	24,54%
Brasil**	558.886.674.077,64	5.907.689.462.440,21	9,46%

Fonte: RREO (RCL), IBGE – RCL-MT 2016 considera o montante do IRRF

* PIB 2016 Projetado

** - Soma dos Estados da Federação

60. O crescimento real da Receita Corrente Líquida Nacional foi de 28,10% entre 2007 e 2016, aumentando de R\$ 451,8 bilhões para R\$ 578,76 bilhões, em valores atualizados pelo IPCA/IBGE. No mesmo período, o PIB cresceu 34,26%, passando de R\$ 4,400 trilhões para R\$ 5,907 trilhões.



3.1.1.5. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO PIB DE MATO GROSSO

61. Tanto a Receita Corrente Líquida quanto o PIB projetado do Estado de Mato Grosso, conforme metodologia descrita no item 3.1.1.2, registraram crescimento em 2016, com 9,80% e 4,46%, respectivamente. O crescimento do PIB pode ser influenciado, dentre tantos fatores, pela oscilação do volume de negócios, crises econômicas e financeiras no período.
62. A RCL de 2007 a 2016 apresentou variação de 59,19%, passando de R\$ 8,53 bilhões para 13,58 bilhões. O PIB, no mesmo período, teve uma variação positiva maior, migrando de R\$ 66,48 para R\$ 116,50 bilhões, com um aumento de 75,24%, em valores atualizados pelo IPCA.

TABELA 17 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM RELAÇÃO AO PIB - ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016

	R\$ Milhões									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Corrente Líquida	8.536	10.205	10.236	10.609	10.973	11.799	12.145	12.834	12.377	13.589
% Variação	261,97%	19,55%	0,30%	3,65%	3,42%	7,53%	2,93%	5,68%	-3,57%	9,80%
PIB*	66.484	81.227	83.394	84.581	97.029	105.612	111.668	119.085	111.536	116.507
% Variação	18,58%	22,18%	2,67%	1,42%	14,72%	8,85%	5,73%	6,64%	-6,34%	4,46%
% RCL em relação ao PIB	12,84%	12,56%	12,27%	12,54%	11,31%	11,17%	10,88%	10,78%	11,10%	11,66%

Fonte: RREO (RCL), IBGE. Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

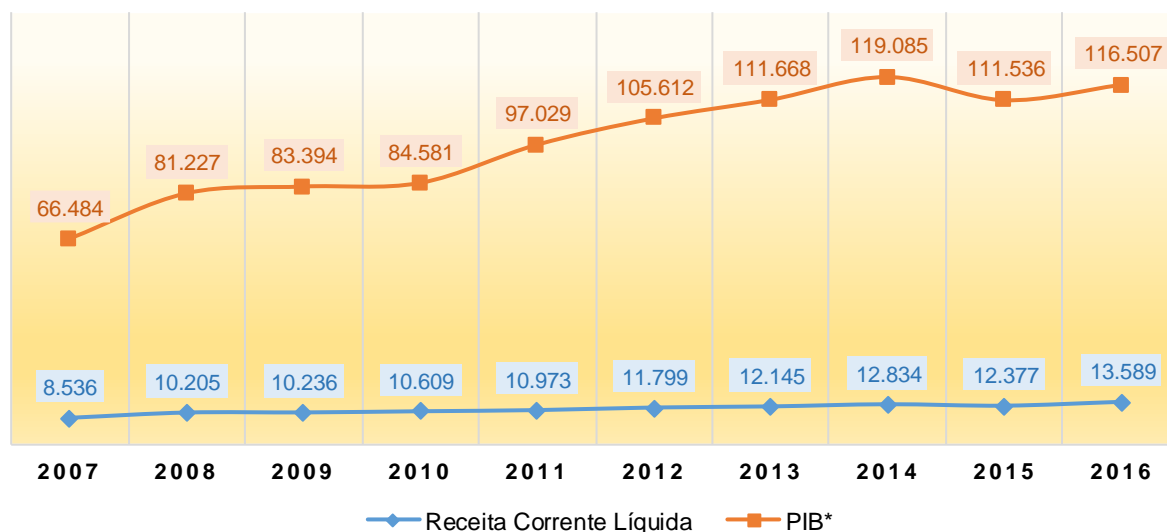
* PIB 2015 e 2016 Projetado; RCL 2016 considera o montante do IRRF

63. Ao fazer a correlação da Receita Corrente Líquida e PIB observa-se acréscimo de 0,56% (11,66% - 11,10%) em 2016 quando comparado a 2015. Esse aumento decorre de um crescimento maior da RCL em relação ao PIB projetado. No exercício em análise, a Receita Corrente Líquida do Estado de Mato Grosso representou 11,66% do PIB-MT projetado.



GRÁFICO 13 - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA VERSUS PIB - MT - 2007 A 2016

R\$ Milhões



Fonte: RREO (RCL), IBGE. Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016

* PIB 2015 e 2016 Projetado

RCL 2016 considera o montante do IRRF

64. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o PIB brasileiro em 2016 caiu pelo segundo ano seguido, e confirmou a pior recessão da história do país, superando, inclusive, situação semelhante ocorrida nas décadas de 1930 e 1931. Essa crise resulta do descontrole e redução das despesas do governo, da redução do consumo das famílias e das exportações e retração dos setores da indústria, comércio e serviços.
65. Com relação ao PIB-MT projetado, fato semelhante ocorreu em 2015, onde registrou-se decréscimo de 6,34%, recuperando a tendência de crescimento em 2016, com o aumento de 4,46%.

3.1.1.6. PIB PER CAPITA BRASIL, CENTRO-OESTE, MATO GROSSO

66. A taxa de crescimento da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem experimentando declínios que se acentuam juntamente com as expressivas quedas da fecundidade. Em Mato Grosso, essa



taxa oscilou no período 2007/2016, apresentando seu maior crescimento em 2008, com 3,61%. Destaca-se ainda, a redução do crescimento a partir de 2013 de 2,14% para 1,23% em 2016.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA BRASIL, CENTRO OESTE E MT – 2007 A 2016

R\$ Milhões

Grandes Regiões e unidades da Federação	Produto Interno Bruto per capita									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	14.784,86	16.400,81	17.406,67	20.371,64	22.748,72	24.825,15	26.521,15	28.500,24	29.541,35	28.666,77
Centro-Oeste	18.446,88	20.230,97	21.079,61	22.402,94	24.190,62	25.774,59	25.856,56	26.680,59	24.912,69	24.788,46
Mato Grosso do Sul	23.213,63	25.595,93	26.495,31	28.839,63	31.223,17	32.817,26	33.480,00	35.451,65	30.757,60	30.851,12
Mato Grosso	23.289,89	27.462,70	27.782,46	27.877,69	31.544,59	33.900,61	35.092,39	36.932,91	34.156,00	35.246,22
Goiás	21.359,87	22.958,90	24.478,91	26.238,70	27.650,72	28.590,01	29.032,07	29.363,39	28.618,59	28.218,91

Fonte: IBGE. .Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016

67. Em relação ao PIB Per Capita projetado, quando comparados os Estados do Centro Oeste (-0,50%) com o Brasil (-2,96%), Mato Grosso apresentou crescimento de 3,19% no período 2015/2016, bem acima de Mato Grosso do Sul (0,30%).

3.1.2. DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesa Orçamentária: é o conjunto de despesas realizadas pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

68. A tabela a seguir apresenta uma síntese dos grandes grupos de despesas no período de 2007 a 2016, desmembradas em Despesas Correntes e Despesas de Capital, atualizadas pelo IPCA/IBGE.



TABELA 19 - DESPESA POR NATUREZA 2007 A 2016 - ESTADO DE MT

R\$ Milhões

Grupos de Despesas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas correntes	9.262,2	10.479,4	11.452,4	11.953,8	12.322,9	12.760,8	11.092,6	12.043,1	12.021,4	13.169,8
Pessoal e Encargos Sociais	4.574,9	5.133,1	5.526,4	5.951,3	6.475,2	6.925,8	7.299,5	8.062,6	8.344,4	9.309,8
Juros e Encargos da Dívida	680,6	693,3	748,8	864,9	623,9	279,6	361,9	432,3	502,5	380,3
Outras Despesas Correntes	4.006,8	4.653,0	5.177,2	5.137,6	5.223,8	5.555,4	3.431,2	3.548,2	3.174,5	3.479,6
Despesas de Capital	1.484,6	1.875,3	2.429,0	1.645,1	1.891,1	3.402,8	3.416,5	2.601,9	1.548,2	1.801,7
Investimentos	992,9	1.383,4	1.854,9	1.198,8	1.088,2	1.131,8	2.958,5	2.074,7	902,3	1.191,0
Inversão Financeira	19,6	19,5	19,8	4,7	7,7	6,0	15,3	90,5	11,6	1,4
Amortização da Dívida	472,1	472,3	554,3	441,5	795,2	2.265,0	442,8	436,8	634,3	609,3
Total da Despesa Orçamentária (exceto a Intraorçamentária)	10.746,9	12.354,6	13.881,4	13.598,8	14.213,9	16.163,6	14.509,2	14.645,1	13.569,6	14.971,5
Despesa Intraorçamentária	638,8	697,9	840,6	971,3	1.121,2	1.264,2	1.414,5	1.510,7	1.686,0	2.053,5
Despesa Total	11.385,7	13.052,5	14.722,1	14.570,2	15.335,1	17.427,8	15.923,7	16.155,8	15.255,6	17.025,0

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

69. A Despesa Total (excluída a intraorçamentária), no período analisado, apresentou crescimento de 39,31%. Em 2016 esse aumento foi de 10,33% em relação ao exercício de 2015.

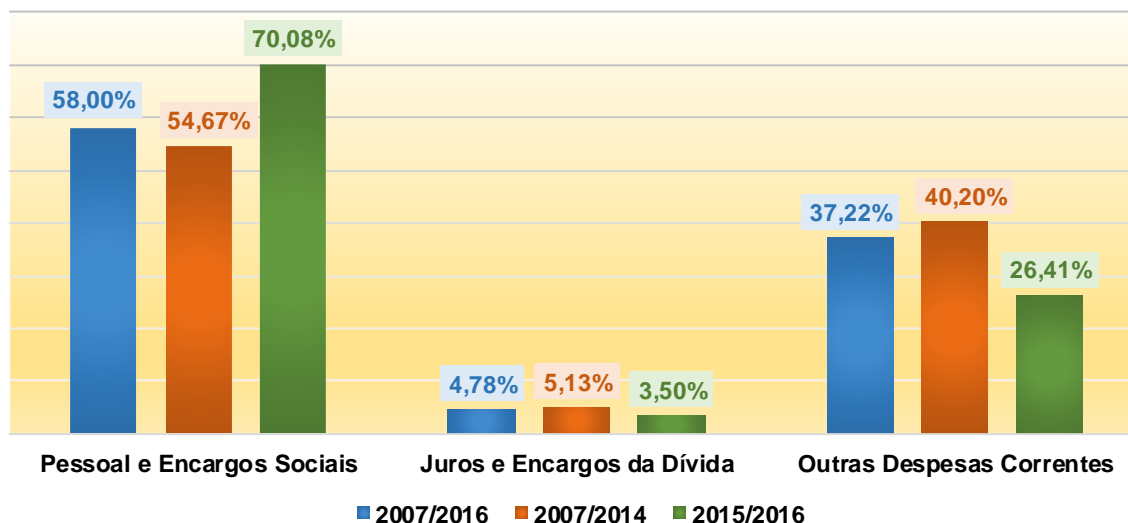
3.1.2.1. DESPESAS CORRENTES

As Despesas Correntes relacionam-se aos gastos de custeio das entidades do setor público com a manutenção de suas atividades, tais como vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias primas e bens de consumo, e transferências a entes públicos.

70. As despesas de pessoal e encargos sociais estão demonstradas na sua totalidade, desconsideradas as deduções previstas no § 1º, do art. 19, da LC 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, tais como as indenizações de inativos, de servidores ou empregados, incentivo a demissões voluntárias e outras.



GRÁFICO 14 - DESPESAS CORRENTES - 2007 A 2016



Fontes: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016

71. No conjunto das despesas correntes dos últimos dez anos ficou evidenciado que os gastos de Pessoal e Encargos representaram 58% do total. As Outras Despesas Correntes somaram 37,22%. Os Juros e Encargos da Dívida representaram 4,78%.
72. Cabe ressaltar, devido à sua relevância, que os gastos de Pessoal e Encargos Sociais, no período de 2015/2016, representaram 70,08% das Despesas Correntes, bem acima do apresentado no período 2007/2014 (54,67%).
73. Portanto, na medida em que aumenta o comprometimento com os gastos de Pessoal e Encargos Sociais, diminuem os gastos com Outras Despesas Correntes, que também são responsáveis pela execução das Políticas Públicas pelo Estado.

3.1.2.2. DESPESAS CORRENTES POR NATUREZA

74. As Despesas Correntes apresentaram crescimento real de 42,19% no período 2007/2016. Só no exercício de 2016 essa elevação atingiu 9,55% em relação a 2015, passando de R\$ 12,02 bilhões para R\$ 13,16 bilhões.



75. As Despesas de Pessoal e Encargos cresceram 103,50%, no período 2007 a 2016, sendo 11,57% no ano de 2016, se comparado com 2015, representando um gasto adicional de R\$ 965 milhões.
76. Os Juros e Encargos da Dívida apresentaram redução de 44,12% no período analisado. Em 2016 houve decréscimo de 24,32% em comparação com 2015, passando de R\$ 502,5 milhões para R\$ 380,3 milhões.
77. As demais Despesas de Custeio tiveram, no período de 2007 a 2016, redução de 13,16%; no entanto, apresentaram acréscimo de 9,61% no exercício de 2016 em relação a 2015, representando R\$ 305 milhões.

TABELA 20 - DESPESAS CORRENTES 2007 A 2016

R\$ Milhões

Grupo de Despesa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas correntes	9.262,2	10.479,4	11.452,4	11.953,8	12.322,9	12.760,8	11.092,6	12.043,1	12.021,4	13.169,8
Pessoal e Encargos Sociais	4.574,9	5.133,1	5.526,4	5.951,3	6.475,2	6.925,8	7.299,5	8.062,6	8.344,4	9.309,8
Juros e Encargos da Dívida	680,6	693,3	748,8	864,9	623,9	279,6	361,9	432,3	502,5	380,3
Outras Despesas Correntes	4.006,8	4.653,0	5.177,2	5.137,6	5.223,8	5.555,4	3.431,2	3.548,2	3.174,5	3.479,6

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016

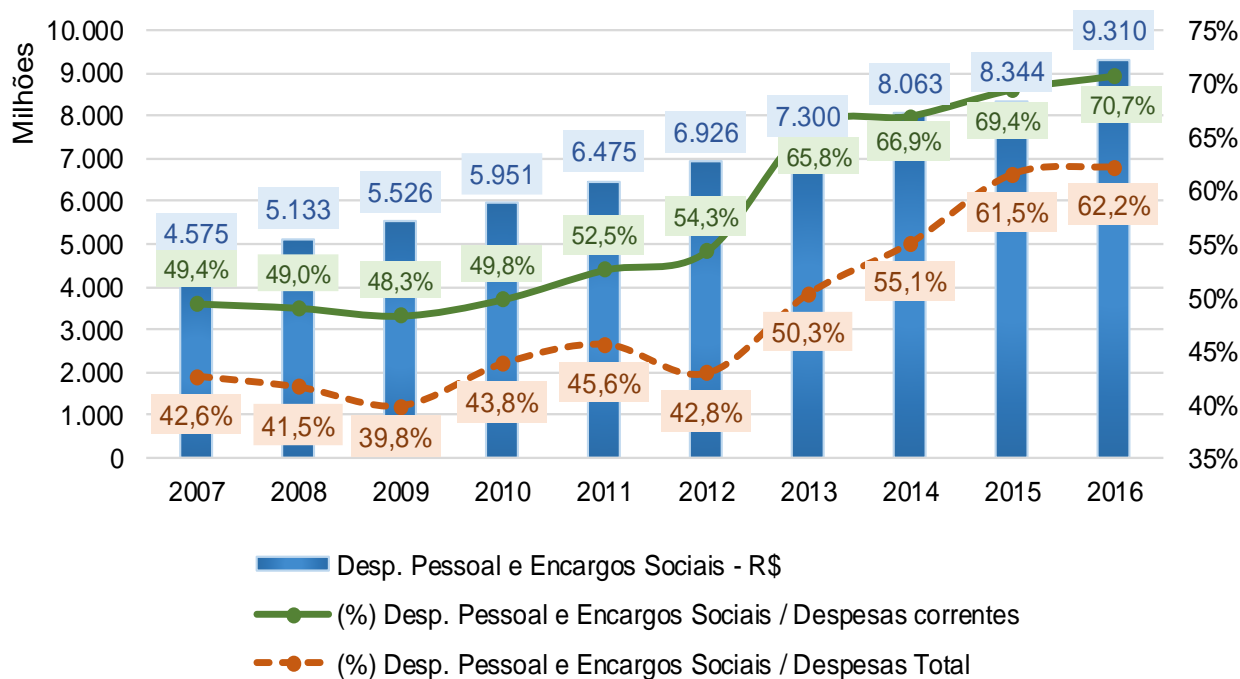
Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016

3.1.2.2.1. DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EM RELAÇÃO ÀS DESPESAS CORRENTES

78. As Despesas de Pessoal e Encargos representaram, no período de 2007 a 2016, 57,61% das despesas correntes e 48,51% da Despesa Total. Destaca-se na análise histórica o aumento do comprometimento da Despesa de Pessoal e Encargos em relação à Despesa Total, a partir do exercício de 2012, saltando de 42,8% para 62,2% em 2016.



**GRÁFICO 15 - DESPESA DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS EM RELAÇÃO À DESPESA
CORRENTE E À DESPESA REALIZADA**



Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016

3.1.2.2.2. DESPESAS DE PESSOAL PER CAPITA

79. Ao relacionar os valores da Despesa de Pessoal com a população, no período de 2007 a 2016, é possível concluir que o Estado de Mato Grosso tem a maior Despesa de Pessoal e Encargos Sociais Per Capita entre os Estados do Centro-Oeste, com exceção do exercício de 2012, quando ficou abaixo do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrada no gráfico a seguir.



GRÁFICO 16 - DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PER CAPITA DOS ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007 A 2016



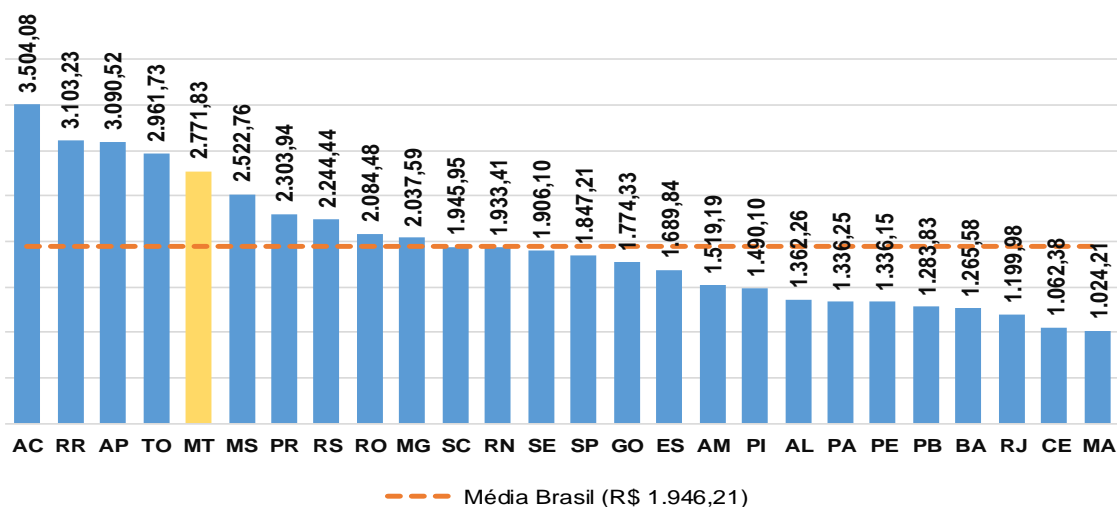
Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016

80. Cabe destacar que o Estado de Mato Grosso apresentou trajetória sempre ascendente na referida despesa, partindo de R\$ 1.602,62 em 2007, para R\$ 2.771,83 em 2016, em valores atualizados pelo IPCA, ou seja, um crescimento real de 72,96%, enquanto o acréscimo da Despesa Total foi de 39,31%, passando de R\$ 10,74 bilhões para R\$ 14,97 bilhões.
81. A Receita Total, no mesmo período, registrou aumento de 28,92%, evoluindo de R\$ 11,42 bilhões para R\$ 14,73 bilhões.
82. No exercício de 2016, ao comparar a Despesa de Pessoal e Encargos Sociais Per Capita com outros Estados da Federação, o Estado de Mato Grosso teve a 5ª maior despesa, alcançando R\$ 2.771,83, bem acima da média nacional, que foi de R\$ 1.946,21, conforme gráfico a seguir.



GRÁFICO 17 - DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PER CAPITA - 2016

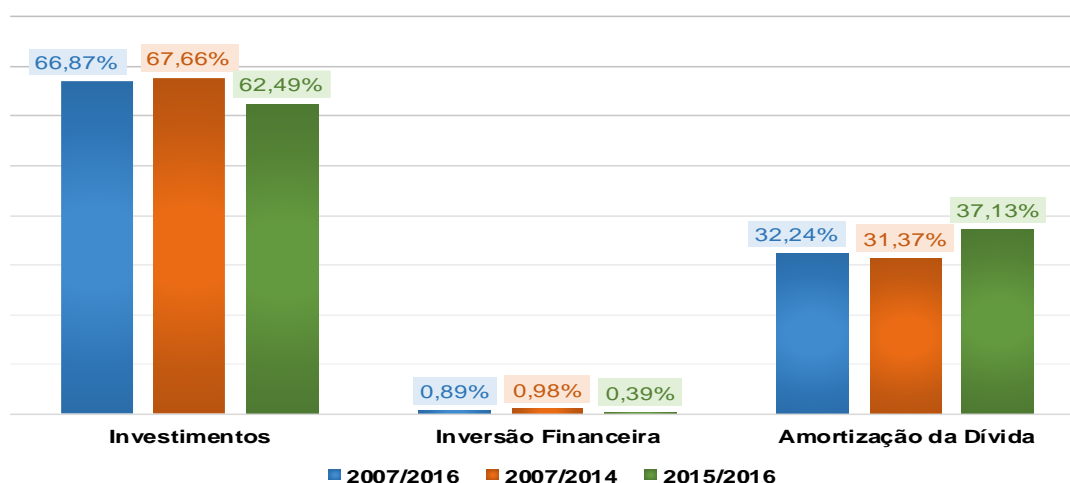


Fonte: RREO, Balanço Geral do Estado – MT 2016

3.1.2.3. DESPESAS DE CAPITAL EM PERCENTUAL

Essa despesa agrupa os vários detalhamentos peculiares aos investimentos, inversões financeiras e outras despesas de capital das entidades do setor público, tais como aquelas que se referem à: aquisição de máquinas e equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias, concessão de empréstimos e transferências a entes públicos.

GRÁFICO 18 - DESPESAS DE CAPITAL EM % MÉDIO DE 2007 A 2016



Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016
Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.



83. Do montante das despesas de capital realizadas pelo governo de Mato Grosso no período 2007/2016, 66,87% se referem a investimentos; 32,24% à amortização da dívida; e, 0,89% à inversões financeiras. No entanto, comparando 2016 a 2015, a despesa com investimentos foi reduzida para 62,49% e a amortização da dívida aumentou para 37,13%.

3.1.2.4. DESPESA DE CAPITAL POR CATEGORIA

84. Os resultados do impacto da Despesa de Capital sobre a Despesa Total, estão evidenciados na tabela a seguir.

**TABELA 21 - DESPESA DE CAPITAL POR NATUREZA X DESPESA TOTAL DO ESTADO DE MT - 2007
A 2016**

R\$ Milhões

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa Total (a)	10.746,9	12.354,6	13.881,4	13.598,8	14.213,9	16.163,6	14.509,2	14.645,1	13.569,6	14.971,5
Despesas de Capital (b)	1.484,6	1.875,3	2.429,0	1.645,1	1.891,1	3.402,8	3.416,5	2.601,9	1.548,2	1.801,7
Investimentos	992,9	1.383,4	1.854,9	1.198,8	1.088,2	1.131,8	2.958,5	2.074,7	902,3	1.191,0
Inversão Financeira	19,6	19,5	19,8	4,7	7,7	6,0	15,3	90,5	11,6	1,4
Amortização da Dívida	472,1	472,3	554,3	441,5	795,2	2.265,0	442,8	436,8	634,3	609,3
%(b/a)	13,81%	15,18%	17,50%	12,10%	13,30%	21,05%	23,55%	17,77%	11,41%	12,03%

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016/Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

85. Os investimentos representaram, em 2016, 7,96% da Despesa Total, as inversões financeiras 0,01% e a amortização da Dívida, 4,07%.

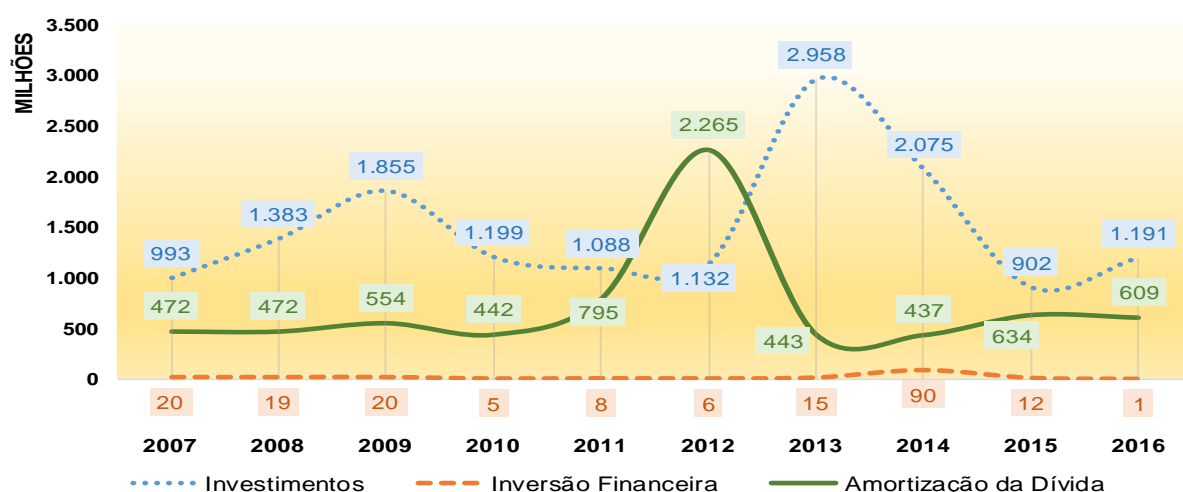
3.1.2.5. COMPORTAMENTO DAS DESPESAS DE CAPITAL

86. Na comparação com 2007 o investimento em 2016 foi ampliado de R\$ 992,9 milhões para R\$ 1,191 bilhão, com uma variação de 19,95%. As inversões



declinaram de R\$ 19,6 milhões para R\$ 1,4 milhão, numa redução de 92,94%. O valor comprometido com amortização da dívida aumentou de R\$ 472,1 milhões para R\$ 609,3 milhões, registrando 29,06% de acréscimo, em valores atualizados pelo IPCA, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 19 - DESPESAS DE CAPITAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016



Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016
Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

3.1.2.6. DESPESA TOTAL E SUA TRAJETÓRIA

87. A comparação das Despesas Correntes no período 2007/2016 indica um crescimento da ordem de 42,19% e a Despesa de Capital cresceu 21,36%. Observa-se que no período de 2011 a 2013, a Despesa de Capital subiu 80,67% saltando de R\$ 1,8 bilhão em 2011, para pouco mais de R\$ 3,4 bilhões, nos exercícios de 2012 e 2013, em valores atualizados pelo IPCA. Tal crescimento foi impulsionado pelo evento Copa do Mundo de Futebol, que teve a Capital do Estado como uma das sedes, conforme evidenciado na tabela a seguir.



TABELA 22 - DESPESA TOTAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016

R\$ Milhões

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesa Total	10.746,9	12.354,6	13.881,4	13.598,8	14.213,9	16.163,6	14.509,2	14.645,1	13.569,6	14.971,5
Despesas Correntes	9.262,2	10.479,4	11.452,4	11.953,8	12.322,9	12.760,8	11.092,6	12.043,1	12.021,4	13.169,8
Despesas de Capital	1.484,6	1.875,3	2.429,0	1.645,1	1.891,1	3.402,8	3.416,5	2.601,9	1.548,2	1.801,7

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

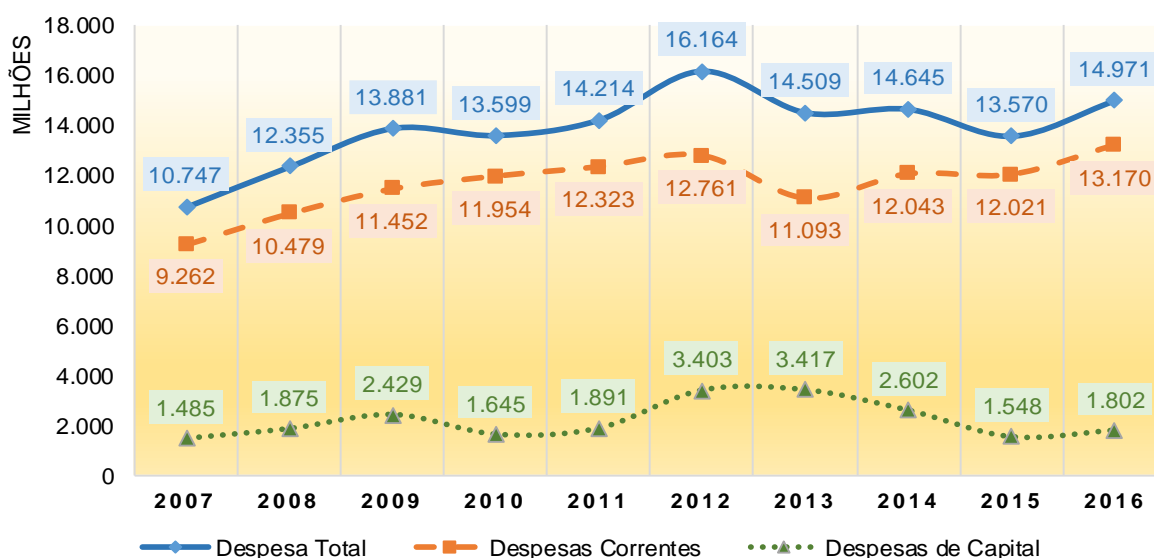
Excluídas as Despesas intraorçamentárias

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado – 2016

3.1.2.6.1. DESPESA DE CAPITAL EM RELAÇÃO À DESPESA DE TOTAL

88. A Despesa de Capital no período 2007/2016 se destacou pelo volume de investimentos muito acima do praticado nos exercícios de 2012 a 2014, atingindo seu ápice no exercício de 2013, com R\$ 3,417 bilhões. Por outro lado, o pior resultado foi registrado em 2007, e o segundo, ocorreu no exercício de 2015, com R\$ 1,548 bilhão, valores atualizados pelo IPCA.

GRÁFICO 20 - DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL DO ESTADO DE MT - 2007 A 2016



Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016. Excluídas as Despesas intraorçamentárias

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado – 2016



3.1.3. RESULTADOS

3.1.3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2007 A 2016

89. O orçamento é o instrumento utilizado pelo Poder Executivo para definir como os recursos arrecadados serão aplicados em políticas públicas, com o objetivo de atender as necessidades e demandas da sociedade. Por sua vez, a execução orçamentária trata das receitas arrecadadas e despesas públicas realizadas, que quando confrontadas, apresentam o Resultado Orçamentário, conforme tabela a seguir.

TABELA 23 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE MT - 2007 A 2016

R\$ Milhões

HISTÓRICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - R\$										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
(a) Receitas Arrecadadas	11.426	12.667	13.107	13.985	13.877	16.400	14.491	15.237	13.272	14.732
(b) Despesas Realizadas	10.747	12.355	13.881	13.599	14.214	16.164	14.509	14.645	13.570	14.971
Resultado Orçamentário (a-b)	680	312	-774	387	-337	236	-18	592	-298	-240

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Excluídas as Receitas intraorçamentárias

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016

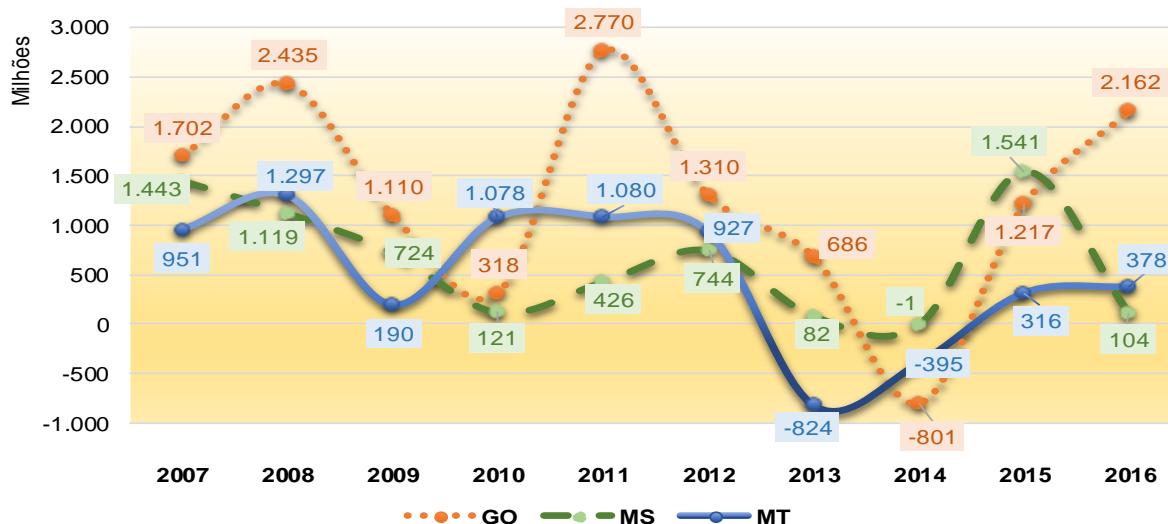
90. Conforme demonstrado, o resultado orçamentário de 2016 foi deficitário em R\$ 240 milhões. No período 2007/2016, o resultado orçamentário oscilou, apresentando superávit nos anos de 2007, 2008, 2010, 2012 e 2014, e déficit nos demais exercícios. No período de 2015/2016 o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 538 milhões, apesar do superávit de R\$ 592 milhões registrado em 2014.
91. Tanto as receitas quanto as despesas realizadas apresentaram incremento no período 2007/2016; enquanto a receita cresceu 28,92% a despesa aumentou 39,31%.



3.1.3.2. RESULTADO PRIMÁRIO 2007/2016

92. Resultado Primário é a diferença entre o total das receitas e das despesas do governo, excluídas as receitas e despesas financeiras, e indica a capacidade do governo de gerar receitas em volume suficiente para pagar as despesas usuais, sem comprometer sua capacidade de administrar a dívida existente. O déficit/superávit primário mede como as ações correntes melhoram ou pioram o endividamento líquido do setor público, e é importante para avaliar a sustentabilidade da política fiscal.
93. Resultado Primário superavitário, portanto, representa a economia realizada para pagamento de juros, de correção monetária e de amortização da dívida pelo setor público. É um indicador de compromisso e de vontade do governo de honrar contratos e pagar dívidas. Também é um sinalizador para a sociedade, da seriedade e consistência do programa fiscal desenvolvido pelo governo.

GRÁFICO 21 - RESULTADO PRIMÁRIO DOS ESTADOS DE GO, MS E MT - 2007 A 2016



Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: RREO

94. O Resultado Primário do Estado de Mato Grosso, no período de 2007 a 2016, apresentou um decréscimo de 60,26%, ficando à frente do Estado de Mato Grosso do Sul, com uma redução de 92,77%, e atrás do Estado de Goiás, que teve um



acréscimo de 26,99%. O resultado primário de Mato Grosso em 2016 foi positivo em R\$ 378 milhões se comparado a 2015, e deficitário nos exercícios de 2014 e 2013, que registrou o pior resultado, com R\$ 824 milhões de déficit, em valores atualizados pelo IPCA.

3.1.3.3. RESULTADO NOMINAL – 2007/2016

O resultado nominal do setor público também é conhecido como Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). Atualmente, no Brasil, o resultado nominal é calculado com base na variação da Dívida Fiscal Líquida, que exclui, dentre outros, o efeito dos passivos contingentes registrados (chamados “esqueletos”) e das receitas de privatização, visto que estes não representam resultado de esforço fiscal no exercício em que foram contabilizados.⁸

95. O Resultado Nominal (variação da dívida fiscal líquida) dos Estados da Região Centro-Oeste apresentou oscilações no período 2007/2016. O Estado de Goiás registrou, em 2016, aumento do saldo da dívida fiscal líquida no montante de R\$ 473 milhões. Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, por outro lado, diminuíram esse saldo em R\$ 111 milhões e R\$ 597 milhões, respectivamente, conforme gráfico a seguir.

GRÁFICO 22 - RESULTADOS NOMINAIS DOS ESTADOS DE GO, MS E MT - 2007/2016



Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: RREO

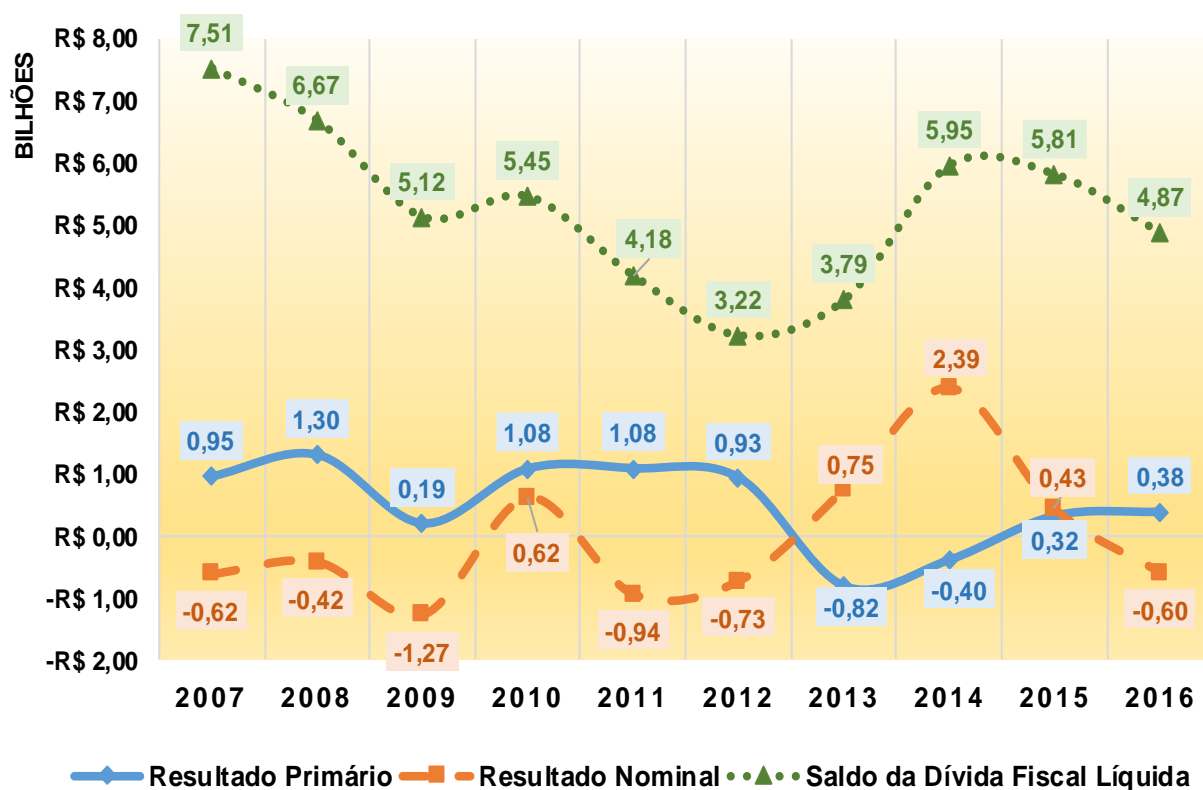
⁸ www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/Parte%201_4.pdf



3.1.3.4. RESULTADOS PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E SALDO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA DO ESTADO DE MATO GROSSO – 2007/2016

96. No período 2007/2016, os resultados primário e nominal, e o saldo da dívida fiscal líquida também apresentaram oscilações, conforme demonstrado a seguir.

GRÁFICO 23 - COMPARATIVO RESULTADO PRIMÁRIO, NOMINAL E SALDO DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA – 2007/2016



Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: RREO

97. O saldo da dívida fiscal líquida foi reduzido de R\$ 7,51 bilhões em 2007, para R\$ 4,87 bilhões em 2016.



3.1.3.5. DÍVIDA PÚBLICA, 2007 A 2016.

98. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN)⁹ define a dívida pública como sendo os Compromissos de entidade pública decorrentes de operações de créditos, com o objetivo de atender as necessidades dos serviços públicos, em virtude de orçamentos deficitários, caso em que o governo emite promissórias, bônus rotativos, etc., a curto prazo, ou para a realização de empreendimentos de vulto, em que se justifica a emissão de um empréstimo a longo prazo, por meio de obrigações e apólices. Os empréstimos que caracterizam a dívida pública são de curto ou longo prazo. A dívida pública pode ser proveniente de outras fontes, tais como: depósitos (fianças, cauções, cofre de órgãos, etc.), e de resíduos passivos (restos a pagar). A dívida pública classifica-se em **consolidada ou fundada** (interna ou externa) e **flutuante ou não consolidada**.
99. Em função da classificação estabelecida como dívida pública, este item será dividido em dívida flutuante, consolidada e dívida pública total.

3.1.3.5.1. DÍVIDA FLUTUANTE

Também denominado Dívida Não Consolidada, é aquela contraída pelo Tesouro (da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município), por um período limitado de tempo (até 12 meses), quer seja na condição de administrador de bens de terceiros confiados à sua guarda (fianças, cauções), seja para atender às momentâneas necessidades de caixa.

100. No período 2007/2016, o saldo da Dívida Flutuante apresentou crescimento real acentuado, passando de R\$ 1.074 milhões para R\$ 6.015 milhões. Entretanto, em 2016 registrou uma pequena queda de 10,56% em relação ao exercício de 2015, conforme tabela e gráfico a seguir.

⁹STN: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp



TABELA 24 - DÍVIDA FLUTUANTE - 2007 A 2016

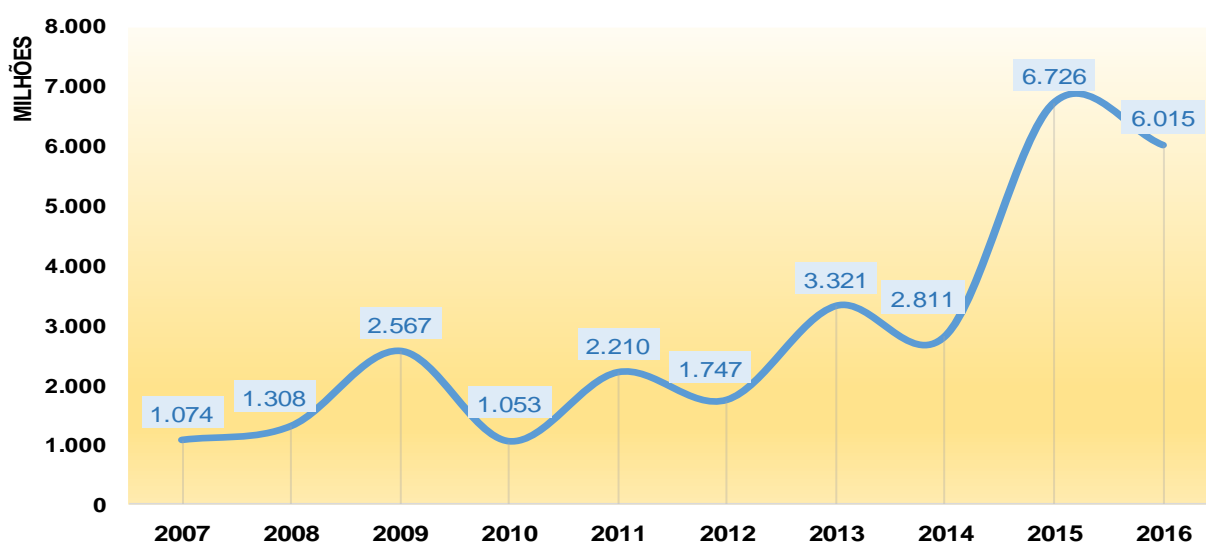
R\$ Milhões

Dívidas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Flutuante (Curto Prazo)	1.074	1.308	2.567	1.053	2.210	1.747	3.321	2.811	6.726	6.015
%-variação	-	21,73%	96,26%	-58,99%	109,96%	-20,94%	90,04%	-15,34%	139,24%	-10,56%

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: Balanço Geral do Estado

GRÁFICO 24 - SALDO DA DÍVIDA FLUTUANTE



Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: Balanço Geral do Estado

3.1.3.5.2. DÍVIDA CONSOLIDADA

É o montante de dívidas contraídas pelo Tesouro, mediante a emissão de títulos, a assunção de compromissos, ou a contratação com instituições financeiras, para atender a compromissos de exigibilidade (amortização) em prazo superior a doze meses e destinadas ao equacionamento de desequilíbrios orçamentários ou à viabilização financeira de obras, de programas de média ou longa duração, e/ou serviços públicos cuja natureza viabilize e justifique a tomada de recursos junto a terceiros.

101. No período de 2007 a 2016 o saldo da dívida consolidada (longo prazo), em valores atualizados pelo IPCA, apresentou redução significativa até o exercício de 2012, passando de R\$ 9.365 milhões para R\$ 6.014 milhões. De 2012 até 2015, cresceu



R\$ 1.537 milhões e em 2016 sofreu decréscimo de 10,14% em relação a 2015, alcançando o montante de R\$ 6.785 milhões, conforme tabela e gráfico a seguir.

TABELA 25 – DÍVIDA CONSOLIDADA DE MT - 2007 A 2016

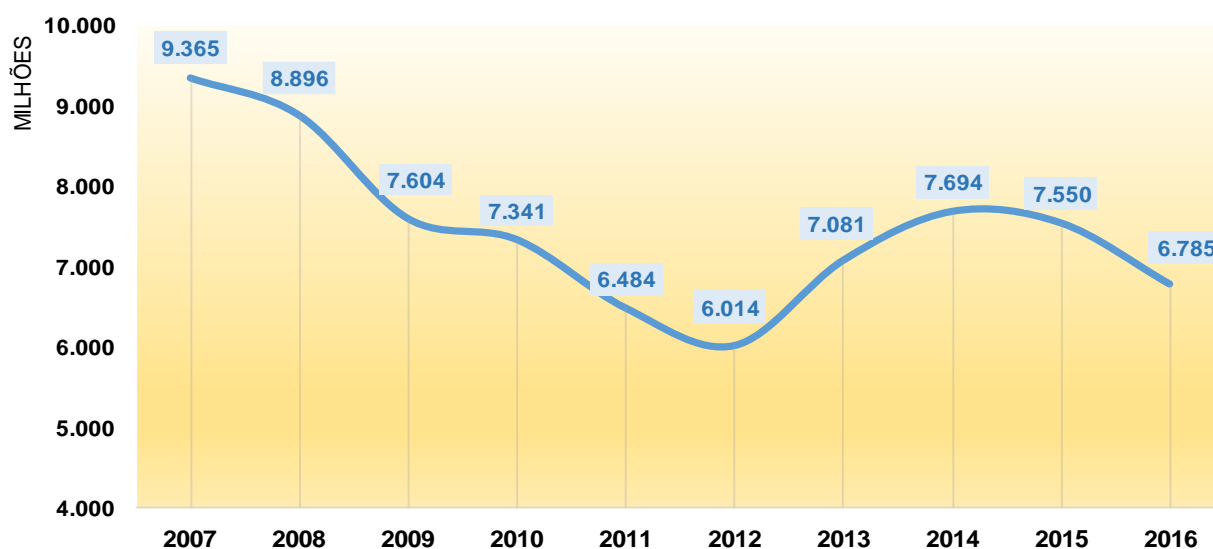
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida Consolidada	9.365	8.896	7.604	7.341	6.484	6.014	7.081	7.694	7.550	6.785
Pagamento da Dívida	2.015	1.924	2.062	1.952	1.991	3.373	1.007	1.022	1.208	990
Receita Corrente Líquida	8.536	10.205	10.236	10.609	10.973	11.799	12.145	12.834	12.377	13.589
Relação Dívida/RCL	1,10	0,87	0,74	0,69	0,59	0,51	0,58	0,60	0,61	0,50

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: RREO

RCL 2016 considera o montante do IRRF

GRÁFICO 25 - SALDO DA DÍVIDA CONSOLIDADA



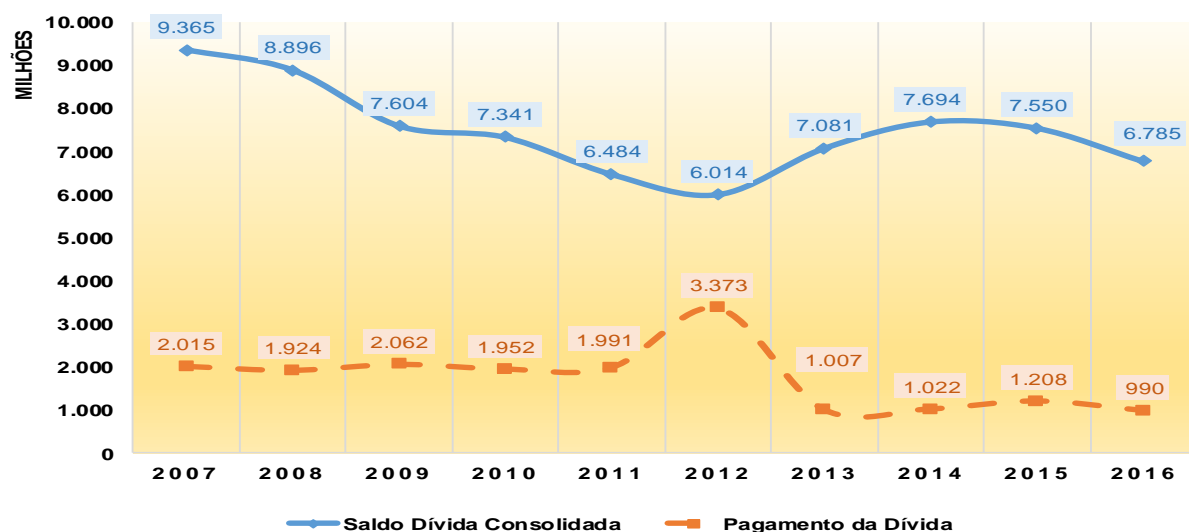
Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: RREO

102. Observando a relação do Saldo da Dívida Consolidada e Receita Corrente Líquida, no período 2007/2016, verifica-se redução significativa de 0,60 pontos no índice resultante (1,10 - 0,50). O que significa que para cada R\$ 1,00 de RCL, em 2007, o Estado devia R\$ 1,10; em 2016, esse índice caiu para 0,50, significando que para cada R\$ 0,50 de dívida, o Estado tem R\$ 1,00 de RCL.



GRÁFICO 26 - SALDO E PAGAMENTO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

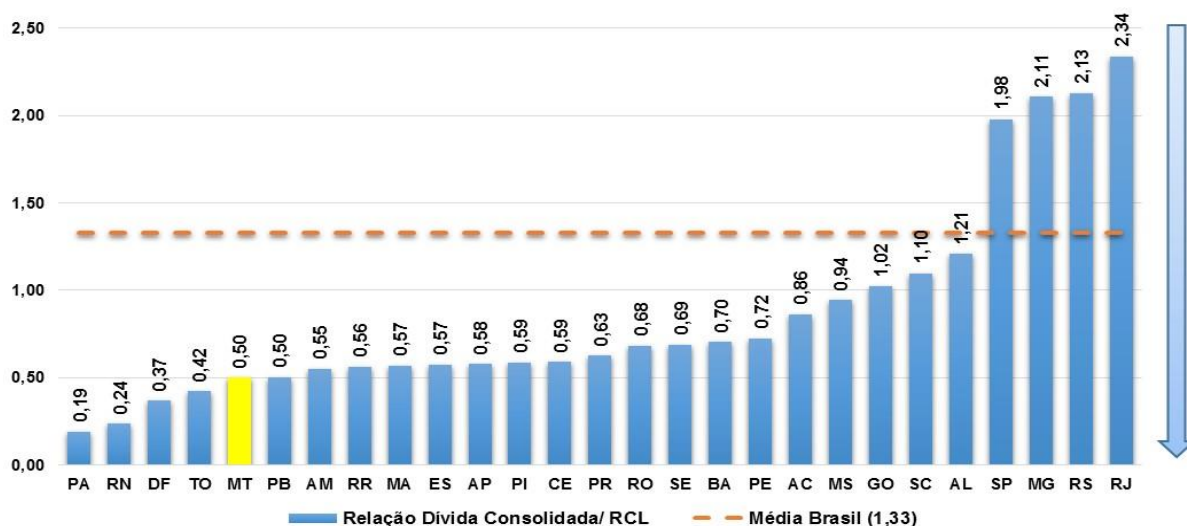


Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: RREO

103. Historicamente, o desembolso com a dívida consolidada, com exceção do exercício 2012, apresentou queda, conforme evidenciado no gráfico anterior.
104. Quando comparado aos demais Estados da Federação, no exercício de 2016, o Estado de Mato Grosso obteve o quinto resultado no âmbito nacional, na relação Saldo da Dívida Consolidada/RCL, ficando bem abaixo da média nacional, que foi de 1,33, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 27 - RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA / RCL - ESTADOS - 2016



Fonte: RREO

RCL 2016 considera o montante do IRRF



105. Contudo, não é possível realçar o resultado alcançado em 2016 sem mencionar a origem dessa melhoria concreta do desempenho fiscal de Mato Grosso nesse período. Trata-se, efetivamente, de uma realidade planejada 19 anos antes, por meio da Lei Federal 9.496, de 11 de setembro de 1997, sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, estabelecendo critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. A referida Lei deu forma e legitimidade à renegociação e reestruturação da dívida do Estado de Mato Grosso.
106. Alguns aspectos daquele cenário merecem ser lembrados, pois surtiram efeitos na história recente de Mato Grosso. Em 1997, a administração estadual do então Governador Dante Martins de Oliveira repactuou o pagamento do estoque da dívida, que era de R\$ 2,9 bilhões à época e representava 3,4 vezes a Receita Própria, com a imposição de grandes sacrifícios para o governo nos quatro anos posteriores. Apesar disso, a partir da década seguinte, as condições de reestruturação da dívida impostas se mostraram altamente vantajosas e tranquilizadoras para o Estado.
107. O índice 0,50 na relação do Saldo da Dívida Consolidada e RCL obtido pelo Estado em 2016, é resultado da visão de longo prazo e da responsabilidade social do programa fiscal implantado pelo Governo da União a partir de 1994 e adotado por Mato Grosso dois anos depois. Mato Grosso foi o segundo Estado, precedido apenas por São Paulo, a aderir ao programa, estabelecendo metas fiscais que resultaram na reconquista da credibilidade institucional e, por conseguinte, na retomada do desenvolvimento.

3.1.3.5.3. DÍVIDA PÚBLICA TOTAL (FLUTUANTE + CONSOLIDADA-DISPONIBILIDADE)

108. Nesse tópico, considera-se como Dívida Pública Total o resultado da soma do Saldo das Dívidas Flutuante e Consolidada, deduzida a disponibilidade de caixa dos



exercícios analisados, conforme tabela a seguir.

TABELA 26 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL - 2007 A 2016

R\$ Milhões

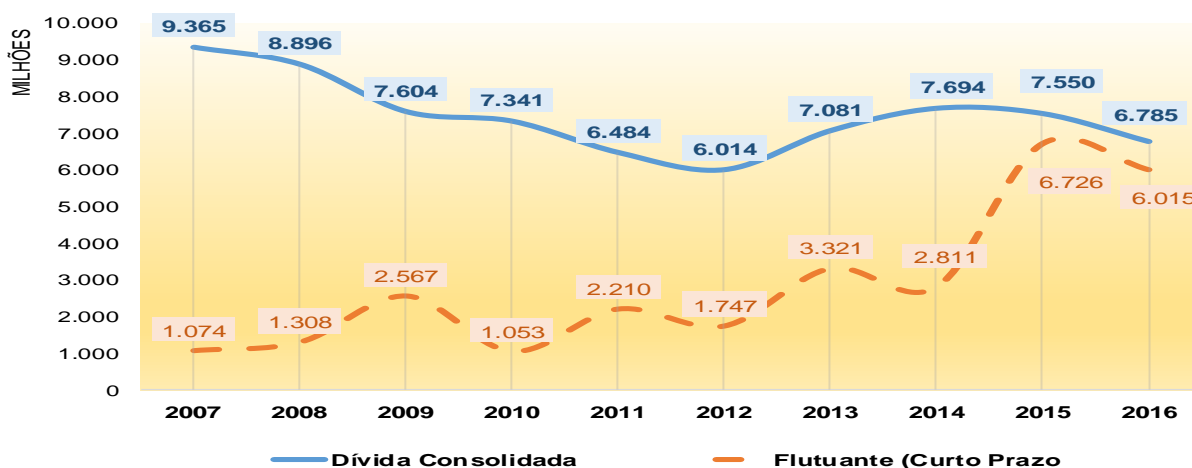
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Dívida Consolidada - a	9.365	8.896	7.604	7.341	6.484	6.014	7.081	7.694	7.550	6.785
Flutuante (Curto Prazo) - b	1.074	1.308	2.567	1.053	2.210	1.747	3.321	2.811	6.726	6.015
Ativo Financeiro (disponível) - c	1.048	1.445	1.360	935	1.123	1.744	2.332	2.332	1.583	2.400
Dívida Total (a+b-c)	9.391	8.759	8.810	7.459	7.571	6.017	8.070	8.173	12.693	10.401

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: RREO, Balanço Geral do Estado

109. Observando a trajetória da dívida consolidada e da fluutuante, atualizadas pelo IPCA de dezembro de 2016, constata-se que o saldo dos deveres de longo prazo (dívida consolidada) teve queda significativa no período de 2007 a 2016, de R\$ 9.365 milhões para R\$ 6.785 milhões. Por sua vez, as obrigações de curto prazo (dívida fluutuante) apresentaram forte crescimento real no período, acentuando-se em 2015, quando passou de R\$ 1.074 milhões em 2007 para R\$ 6.726 milhões, e encerrando 2016, com o saldo de R\$ 6.015 milhões, montante este que se aproxima do valor da dívida consolidada, que foi de R\$ 6.785 milhões.

GRÁFICO 28 - DÍVIDAS CONSOLIDADA E FLUTUANTE



Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: RREO



110. Ressalta-se que a partir de 2012, a Dívida Pública Total de R\$ 6,01 bilhões cresceu significativamente, chegando à mais de R\$ 12 bilhões em 2015, com decréscimo em 2016, ficando em R\$ 10,40 bilhões, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 29 - DÍVIDA PÚBLICA TOTAL (FLUTUANTE + CONSOLIDADA - DISPONIBILIDADE)



Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: RREO, Balanço Geral do Estado

3.1.3.6. RESULTADOS FINANCEIROS, 2007 A 2016

111. Experiências internacionais têm demonstrado que a manutenção de superávits primários é condição primordial para a efetiva redução do estoque das dívidas ou para sua administração em níveis compatíveis com a situação fiscal do ente público.
112. Com a receita superior à despesa – sem considerar os pagamentos de juros e amortizações da dívida na despesa - é possível assegurar condições adequadas e eficazes para a administração dos passivos, evitando o comprometimento das metas e das ações governamentais.
113. No âmbito nacional, os últimos 2 anos se mostraram desafiadores para a administração da Dívida Pública brasileira devido à deterioração da estabilidade no cenário político e econômico. Segundo especialistas, as contas públicas brasileiras



conservam quadro preocupante que reflete o panorama recessivo das atividades econômicas. Os indicadores fiscais ilustraram a situação difícil no exercício de 2016, embora algumas medidas adotadas pelo Governo Federal - como a repatriação de recursos de residentes no exterior - tenham gerado receita adicional ao governo. No entanto, o desempenho fiscal permanece afetado pela queda generalizada na arrecadação e pelo incremento dos gastos previdenciários.

114. A tabela a seguir, apresenta uma síntese dos principais resultados financeiros do Estado de Mato Grosso, no período 2007/2016.

TABELA 27 - RESULTADO FINANCEIRO DE MT - 2007 A 2016

	R\$ Milhões									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Resultado Orçamentário	680	312	-774	387	-337	236	-18	592	-298	-240
Receitas (exceto intraorçamentárias)	11.426	12.667	13.107	13.985	13.877	16.400	14.491	15.237	13.272	14.732
Despesas (exceto intraorçamentárias)	10.747	12.355	13.881	13.599	14.214	16.164	14.509	14.645	13.570	14.971
Resultado Primário	951	1.297	190	1.078	1.080	927	-824	-395	316	378
Pagamento da Dívida	1.153	1.166	1.303	1.306	1.419	2.545	805	869	1.137	990
Juros e Encargos	681	693	749	865	624	280	362	432	503	380
Amortização	472	472	554	442	795	2.265	443	437	634	609
Estoque da Dívida	9.365	8.896	7.604	7.341	6.484	6.014	7.081	7.694	7.550	6.785
Relação Dívida/RCL	1,10	0,87	0,74	0,69	0,59	0,51	0,58	0,60	0,61	0,50
Investimento	993	1.383	1.855	1.199	1.088	1.132	2.958	2.075	902	1.191

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016. RCL 2016 considera o montante do IRRF

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), RREO, Balanço Geral do Estado - 2016,

115. Em relação à dívida, constata-se que o Estado de Mato Grosso tem se mantido dentro dos limites legais.

3.1.3.7. DÍVIDA ATIVA

116. O recebimento da Dívida Ativa representa, em relação ao seu estoque, o resultado do esforço para resgatar direitos em posse de contribuintes que não cumpriram com as suas obrigações fiscais, e fornece claras evidências do desempenho das administrações na cobrança desse passivo.



TABELA 28 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO DE MT - 2007 A 2016

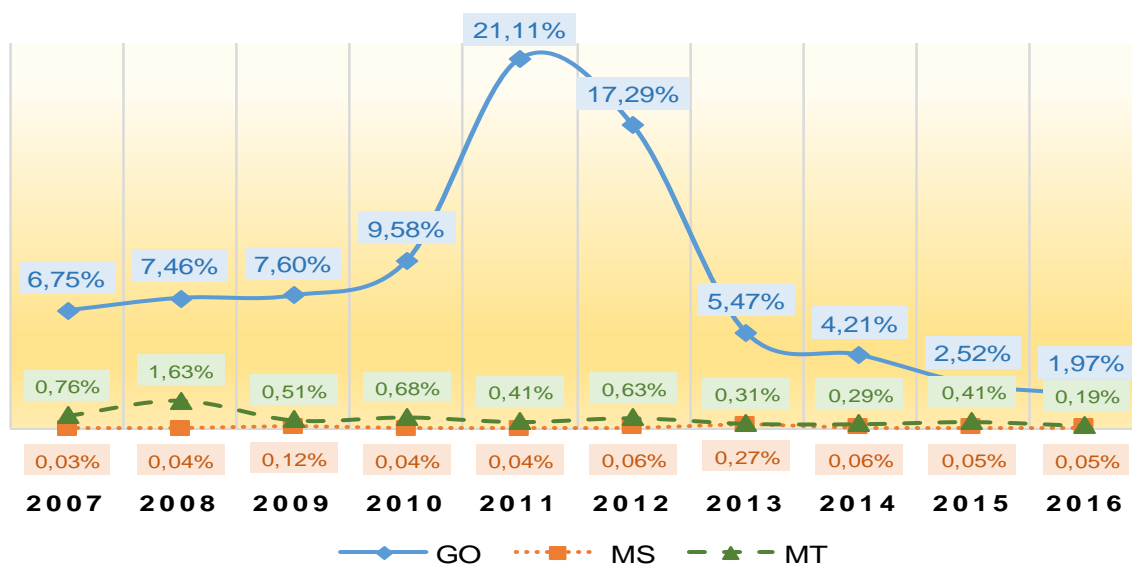
	R\$ Milhões									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Estoque da Dívida Ativa (a)	10.654	10.643	11.674	14.578	15.274	15.256	15.332	19.569	25.809	31.010
% variação	102,01%	-0,10%	9,69%	24,88%	4,77%	-0,11%	0,50%	27,63%	31,89%	20,15%
Receita Orçamentária (b)	11.426	12.667	13.107	13.985	13.877	16.400	14.491	15.237	13.272	14.732
% variação	8,96%	10,86%	3,47%	6,70%	-0,77%	18,18%	-11,64%	5,15%	-12,90%	11,00%
(a/b)	0,93	0,84	0,89	1,04	1,10	0,93	1,06	1,28	1,94	2,10
% Recebimento de Dívida Ativa	0,76%	1,63%	0,51%	0,68%	0,41%	0,63%	0,31%	0,29%	0,41%	0,19%

Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.

Fonte: STN (exec.orç. estados, Siconfi), Balanço Geral do Estado

117. Pelos dados apresentados na tabela, observa-se que o crescimento exponencial da Dívida Ativa, especialmente nos exercícios de 2007, 2010, e nos três últimos, apresentando uma variação média de 22,13% no período, e de 20,15% no exercício de 2016 em relação a 2015.
118. Já a Receita Orçamentária apresentou um crescimento médio de 3,90% no mesmo período 2007/2016, com um aumento de 11% registrado em 2016, se comparado ao exercício imediatamente anterior.

GRÁFICO 30 - RECEBIMENTO DE DÍVIDA ATIVA (%) - 2007 A 2016



Fonte: Balanços Gerais dos Estados



119. Quanto ao recebimento da dívida ativa no período 2007/2016, o Estado de Mato Grosso apresentou um desempenho insignificante, sendo o melhor resultado em 2008 e o pior, em 2016, com 1,63% e 0,19%, respectivamente. Quando comparado aos demais Estados do Centro Oeste, Mato Grosso supera os resultados obtidos por Mato Grosso do Sul, mas fica muito aquém do Estado de Goiás.

3.2. DESEMPENHO ECONÔMICO

120. Para analisar o desempenho econômico é necessário destacar alguns itens que definem os rumos que a economia Brasileira e a de Mato Grosso seguiram em 2016. Foram correlacionados os itens Exportações, Importações e Saldo Comercial e também o resultado do Produto Interno Bruto - PIB.
121. O PIB é representado pela soma das riquezas produzidas por um país ou região, englobando todas as atividades produtivas, como agropecuária, indústria, comércio e serviços.
122. Na presente análise o PIB foi utilizado como principal elemento de comparação do desempenho de Mato Grosso em relação às demais unidades da Federação.

3.2.1. EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

123. No período entre 2007 e 2016 as exportações Nacionais, da Região Centro Oeste e do Estado de Mato Grosso apresentaram crescimento de 15,30%, 134,72% e 145,35%, respectivamente.
124. Ao analisar o histórico do Estado de Mato Grosso, constata-se um comportamento crescente das exportações entre os exercícios de 2007 a 2013; no entanto, houve um decréscimo nos três últimos exercícios de 14,92% (14,79 US\$ milhões para



12,58 US\$ bilhões), sendo 3,69% somente em 2016, quando comparado ao exercício de 2015 (13,07 US\$ bilhões para 12,58 US\$ bilhões), conforme tabela a seguir.

TABELA 29 - EXPORTAÇÕES DOS ESTADOS - 2007 A 2016

US\$ Milhões FOB

REGIÃO ESTADO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
REGIÃO CENTRO OESTE	9.694	14.165	14.110	15.620	20.805	25.622	28.378	27.353	23.972	22.755
DF	82	166	130	153	184	229	263	331	288	165
GO	3.185	4.092	3.615	4.045	5.605	7.315	7.043	6.980	5.878	5.930
MT	5.131	7.812	8.427	8.462	11.100	13.865	15.816	14.797	13.071	12.589
MS	1.297	2.096	1.938	2.961	3.916	4.213	5.256	5.245	4.735	4.071
REGIÃO NORDESTE	13.086	15.452	11.616	15.863	18.845	18.773	17.270	15.914	14.655	12.814
AL	664	877	824	971	1.372	1.014	742	629	672	421
BA	7.409	8.699	7.011	8.879	11.016	11.268	10.092	9.310	7.883	6.777
CE	1.148	1.277	1.080	1.269	1.403	1.267	1.420	1.471	1.046	1.294
MA	2.177	2.836	1.233	2.920	3.047	3.025	2.342	2.796	3.050	2.210
PB	236	228	158	218	225	243	188	179	142	121
PE	871	938	824	1.113	1.199	1.320	1.992	944	1.047	1.418
PI	57	137	167	129	164	226	162	256	402	175
RN	380	348	258	285	281	261	248	251	318	285
SE	145	112	61	79	137	149	85	78	96	113
REGIÃO NORTE	9.809	13.060	10.112	15.111	20.861	17.693	19.089	17.597	13.207	12.888
AC	19	22	16	21	17	9	11	7	16	13
AP	128	193	183	353	603	447	416	425	250	264
AM	1.107	1.268	884	1.119	914	988	1.058	943	772	575
PA	7.925	10.681	8.345	12.835	18.337	14.795	15.852	14.259	10.272	10.511
RO	458	583	391	427	490	793	1.041	1.083	983	877
RR	17	16	13	12	15	15	8	19	12	15
TO	155	298	280	344	486	644	702	860	902	633
REGIÃO SUDESTE	91.277	110.961	81.928	115.490	145.891	133.520	121.791	116.088	94.442	91.843
ES	6.872	10.099	6.510	11.954	15.158	12.161	10.908	12.690	9.830	6.531
MG	18.355	24.444	19.518	31.225	41.393	33.249	33.437	29.321	22.009	21.921
RJ	14.316	18.714	13.519	20.022	29.446	28.761	21.273	22.619	17.027	17.186
SP	51.734	57.703	42.381	52.289	59.894	59.350	56.173	51.458	45.576	46.206
REGIÃO SUL	34.752	41.964	32.887	37.139	45.872	44.016	52.022	44.015	40.071	39.343
PR	12.353	15.247	11.223	14.176	17.394	17.710	18.239	16.332	14.909	15.171
RS	15.018	18.385	15.236	15.382	19.427	17.386	25.094	18.696	17.518	16.578
SC	7.382	8.331	6.428	7.582	9.051	8.921	8.689	8.987	7.644	7.593
BRASIL	160.649	197.942	152.995	201.915	256.040	242.578	242.034	225.101	191.134	185.235

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>



TABELA 30 - EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASIL E ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007 A 2016

Unidade da Federação	% Evolução - Exportações										% Representativa de em relação ao Brasil
	2008/2007	2009/2008	2010/2009	2011/2010	2012/2011	2013/2012	2014/2013	2015/2014	2016/2015	2016/2007	2016
BRASIL	23,21%	0,00%	31,98%	26,81%	-5,26%	-0,22%	-7,00%	-15,09%	-3,09%	15,30%	-
Região Centro Oeste	46,12%	-0,39%	10,71%	33,19%	23,15%	10,76%	-3,61%	-12,36%	-5,08%	134,72%	12,28%
GO	28,48%	-11,65%	11,89%	38,58%	30,50%	-3,72%	-0,89%	-5,78%	0,88%	86,20%	3,20%
MT	52,26%	7,87%	0,42%	31,17%	24,91%	14,07%	-6,44%	-11,66%	-3,69%	145,35%	6,80%
MS	61,55%	-7,54%	52,79%	32,28%	7,57%	24,77%	-0,21%	-9,73%	-14,02%	213,86%	2,20%

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo>

125. O Estado de Mato Grosso representa aproximadamente 55% das exportações da Região Centro-Oeste, e 6,80% da exportação brasileira.

3.2.2. EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

TABELA 31 - IMPORTAÇÕES DOS ESTADOS - 2007 A 2016

US\$ Milhões FOB

REGIÃO - EST	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
REGIÃO CENTRO OESTE	5.777	9.090	7.427	10.116	13.029	12.986	13.650	12.700	9.318	7.621
DF	1.132	1.080	1.091	1.569	1.253	1.169	1.352	1.275	1.200	1.491
GO	1.702	3.050	2.853	4.175	5.728	5.125	4.840	4.419	3.363	2.642
MT	753	1.277	792	989	1.578	1.578	1.705	1.768	1.332	1.186
MS	2.190	3.683	2.690	3.383	4.469	5.114	5.753	5.237	3.422	2.303
REGIÃO NORDESTE	11.777	15.526	10.796	17.586	24.132	26.007	27.740	28.713	21.427	17.540
AL	240	216	112	247	452	434	496	582	621	612
BA	5.415	6.310	4.673	6.706	7.744	7.765	8.889	9.281	8.287	6.151
CE	1.408	1.558	1.230	2.169	2.401	2.864	3.302	3.002	2.690	3.490
MA	2.353	4.103	1.993	3.817	6.281	7.060	6.833	7.069	3.621	2.102
PB	305	396	434	685	1.018	620	656	656	570	313
PE	1.720	2.461	1.981	3.273	5.534	6.596	6.811	7.333	5.067	4.449
PI	44	72	68	189	158	171	197	246	111	93
RN	152	207	150	319	243	222	266	314	248	185
SE	140	204	153	180	302	275	290	230	214	145
REGIÃO NORTE	7.676	11.380	8.079	12.738	14.726	15.702	16.144	14.900	10.632	8.048
AC	2	1	1	3	7	5	2	10	6	2
AP	53	44	40	49	68	124	96	112	55	24
AM	6.840	10.024	6.939	11.055	12.730	13.395	14.126	12.922	8.838	6.250
PA	639	1.012	794	1.148	1.345	1.368	1.111	967	945	1.104
RO	68	153	166	235	408	677	615	642	635	544
RR	1	2	10	7	7	6	7	10	10	7
TO	73	144	128	240	162	128	187	239	143	117
REGIÃO SUDESTE	71.125	99.864	74.968	102.016	124.940	119.035	131.136	124.378	94.819	74.570
ES	6.639	8.607	5.484	7.595	10.738	8.698	7.436	6.881	5.156	3.699
MG	6.505	10.483	7.351	9.967	13.028	12.055	12.344	11.009	8.777	6.555
RJ	9.563	14.423	11.645	16.666	18.989	20.457	21.593	21.671	17.173	12.552
SP	48.419	66.351	50.488	67.787	82.184	77.826	89.763	84.817	63.713	51.764
REGIÃO SUL	24.186	37.036	26.379	39.210	49.271	49.310	50.904	48.263	35.082	29.774
PR	9.018	14.570	9.621	13.957	18.768	19.388	19.345	17.296	12.449	11.092
RS	10.168	14.525	9.470	13.275	15.662	15.371	16.779	14.948	10.021	8.313
SC	5.000	7.941	7.288	11.978	14.841	14.552	14.779	16.019	12.613	10.368
BRASIL	120.617	172.985	127.722	181.768	226.247	223.183	239.748	229.154	171.449	137.552

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/comercio-externo/estatisticas-de-comercio-externo>



126. Os valores referentes às importações, tanto em nível nacional quanto regional, apresentaram fortes oscilações no período de 2007 a 2016.

**TABELA 32 -EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASIL E DOS ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007
A 2016**

Unidade da Federação	% Evolução - Importações										% Represen tatividade em relação ao Brasil
	2008/ 2007	2009/ 2008	2010/ 2009	2011/ 2010	2012/ 2011	2013/ 2012	2014/ 2013	2015/ 2014	2016/ 2015	2016/ 2007	2016
BRASIL	43,42%	-26,17%	42,32%	24,47%	-1,35%	7,42%	-4,42%	-25,18%	-19,77%	14,04%	-
Região Centro Oeste	57,35%	-18,30%	36,21%	28,80%	-0,33%	5,11%	-6,96%	-26,63%	-18,22%	31,92%	5,54%
GO	79,22%	-6,48%	46,36%	37,20%	-10,54%	-5,55%	-8,69%	-23,90%	-21,46%	55,21%	1,92%
MT	69,55%	-37,96%	24,81%	59,61%	0,00%	8,02%	3,70%	-24,68%	-10,96%	57,41%	0,86%
MS	68,16%	-26,95%	25,74%	32,12%	14,43%	12,50%	-8,97%	-34,65%	-32,72%	5,14%	1,67%

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>

127. As importações de Mato Grosso possuem baixa representatividade se comparadas com as exportações, representando apenas 0,86% da média do país em 2016. Muito embora o Estado de Mato Grosso tenha tido a menor redução nas importações, 10,96% em 2016 se comparado a 2015, ainda permaneceu com o menor índice de importações.
128. Mato Grosso do Sul e Goiás, juntos, representaram 4,16 vezes o volume de importações feitas por Mato Grosso em 2016.

3.2.3. COMPORTAMENTO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

129. Balança Comercial é o resultado do confronto, num determinado período de tempo, do valor das importações de bens com o valor das exportações de bens.



TABELA 33 - BALANÇA COMERCIAL BRASIL E DOS ESTADOS DO CENTRO OESTE - 2007 A 2016

US\$ Milhões FOB

Balança Comercial - (Exportações - Importações)										
REGIÃO ESTADO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
REGIÃO CENTRO OESTE	3.918	5.076	6.683	5.504	7.776	12.636	14.728	14.653	14.654	15.134
DF	-1.050	-914	-961	-1.416	-1.069	-939	-1.089	-944	-913	-1.326
GO	1.483	1.042	762	-131	-123	2.190	2.203	2.561	2.515	3.289
MT	4.378	6.535	7.634	7.473	9.521	12.286	14.111	13.029	11.739	11.403
MS	-893	-1.587	-753	-422	-553	-901	-497	8	1.313	1.769
REGIÃO NORDESTE	1.310	-75	821	-1.722	-5.287	-7.233	-10.470	-12.799	-6.772	-4.726
AL	424	661	712	724	920	580	246	48	51	-191
BA	1.994	2.389	2.338	2.173	3.273	3.503	1.203	29	-404	625
CE	-260	-282	-150	-900	-997	-1.597	-1.881	-1.531	-1.644	-2.196
MA	-176	-1.266	-761	-897	-3.234	-4.036	-4.491	-4.273	-571	108
PB	-69	-169	-276	-467	-793	-377	-468	-477	-428	-191
PE	-850	-1.523	-1.157	-2.160	-4.335	-5.276	-4.820	-6.389	-4.020	-3.031
PI	13	65	99	-60	6	55	-35	10	291	82
RN	228	141	108	-35	39	39	-18	-62	71	100
SE	5	-92	-93	-101	-164	-126	-206	-152	-118	-32
REGIÃO NORTE	2.133	1.680	2.033	2.373	6.136	1.991	2.945	2.697	2.575	4.840
AC	18	21	14	18	10	5	9	-2	10	11
AP	75	148	143	304	535	324	320	314	195	240
AM	-5.733	-8.756	-6.055	-9.936	-11.816	-12.407	-13.068	-11.978	-8.066	-5.675
PA	7.286	9.669	7.551	11.688	16.992	13.428	14.741	13.293	9.327	9.407
RO	390	430	225	192	82	116	426	440	348	333
RR	16	14	3	4	8	9	1	9	2	8
TO	82	154	153	104	324	516	515	621	759	516
REGIÃO SUDESTE	20.152	11.097	6.960	13.475	20.951	14.485	-9.345	-8.290	-378	17.273
ES	233	1.493	1.026	4.359	4.420	3.463	3.473	5.809	4.674	2.832
MG	11.850	13.961	12.167	21.257	28.364	21.194	21.093	18.312	13.232	15.366
RJ	4.753	4.292	1.875	3.356	10.456	8.305	-320	948	-147	4.634
SP	3.316	-8.649	-8.107	-15.498	-22.290	-18.476	-33.591	-33.359	-18.137	-5.558
REGIÃO SUL	10.566	4.928	6.507	-2.071	-3.398	-5.294	1.118	-4.248	4.989	9.569
PR	3.335	677	1.602	219	-1.373	-1.678	-1.106	-964	2.461	4.079
RS	4.849	3.860	5.766	2.107	3.765	2.015	8.315	3.747	7.497	8.265
SC	2.382	390	-860	-4.396	-5.790	-5.631	-6.091	-7.031	-4.969	-2.774
BRASIL	40.032	24.958	25.272	20.147	29.793	19.395	2.286	-4.054	19.685	47.683

Fonte: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>

130. O saldo comercial brasileiro aumentou de US\$ 40.032 milhões para US\$ 47.683 milhões entre 2007 e 2016, o que representa um acréscimo de 19,11%.
131. Mato Grosso, no mesmo período, aumentou seu saldo de US\$ 4.378 milhões para US\$ 11.403 milhões, representando 160,48% de crescimento.



132. No Estado de Goiás a variação foi de U\$S 1.483 milhão para U\$S 3.289. milhões, o que representa um acréscimo de 121,77%.
133. Já o Estado de Mato Grosso do Sul apresentou a maior variação, passando de menos US\$ 893 milhões para US\$ 1.769 milhões, representando 298,13% de aumento no resultado do saldo comercial.

3.2.4. PIB DOS ESTADOS

134. Os Estados que mantiveram o foco em economias industriais e serviços, e que forneceram produtos com valor agregado para o consumo interno e externo, avançaram com mais propriedade ou permaneceram em posições de destaque na participação do PIB brasileiro. Mato Grosso manteve-se em posição intermediária entre os Estados com resultados inferiores à média nacional.

TABELA 34 - PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO CORRENTE, DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2007 A 2016

R\$ Milhões

	2007			2008			2009			2010			2011		
BR	2.720.263	100%	Nº	3.109.803	100%	Nº	3.333.039	100%	Nº	3.885.847	100%	Nº	4.376.382	100%	Nº
SP	935.653	34,40%	1º	1.042.510	33,52%	1º	1.127.094	33,82%	1º	1.294.696	33,32%	1º	1.436.673	32,83%	1º
RJ	323.698	11,90%	2º	378.286	12,16%	2º	391.651	11,75%	2º	449.858	11,58%	2º	512.768	11,72%	2º
MG	240.355	8,84%	3º	278.608	8,96%	3º	287.444	8,62%	3º	351.123	9,04%	3º	400.125	9,14%	3º
PR	165.209	6,07%	5º	185.684	5,97%	5º	196.676	5,90%	5º	225.205	5,80%	5º	257.122	5,88%	5º
RS	168.010	6,18%	4º	190.230	6,12%	4º	204.345	6,13%	4º	241.249	6,21%	4º	265.056	6,06%	4º
SC	103.728	3,81%	7º	121.477	3,91%	7º	129.099	3,87%	7º	153.726	3,96%	7º	174.068	3,98%	6º
BA	109.330	4,02%	6º	121.667	3,91%	6º	137.942	4,14%	6º	154.420	3,97%	6º	166.603	3,81%	7º
GO	71.411	2,63%	8º	82.418	2,65%	8º	92.866	2,79%	8º	106.770	2,75%	8º	121.297	2,77%	8º
PE	62.459	2,30%	9º	70.414	2,26%	10º	79.761	2,39%	9º	97.190	2,50%	9º	110.162	2,52%	9º
PA	51.847	1,91%	11º	60.957	1,96%	11º	61.665	1,85%	12º	82.685	2,13%	11º	98.711	2,26%	11º
CE	50.819	1,87%	12º	60.416	1,94%	12º	67.200	2,02%	11º	79.336	2,04%	12º	89.696	2,05%	12º
ES	60.658	2,23%	10º	72.091	2,32%	9º	69.215	2,08%	10º	85.310	2,20%	10º	105.976	2,42%	10º
MT	38.028	1,40%	14º	49.203	1,58%	13º	52.693	1,58%	13º	56.601	1,46%	14º	69.154	1,58%	14º
AM	43.480	1,60%	13º	48.115	1,55%	14º	50.560	1,52%	14º	60.877	1,57%	13º	70.734	1,62%	13º
MA	30.731	1,13%	15º	37.932	1,22%	15º	40.995	1,23%	15º	46.310	1,19%	16º	52.144	1,19%	16º
MS	30.085	1,11%	16º	36.219	1,16%	16º	39.518	1,19%	16º	47.271	1,22%	15º	55.133	1,26%	15º
PB	22.910	0,84%	18º	26.890	0,86%	18º	30.230	0,91%	18º	33.522	0,86%	18º	37.109	0,85%	18º
RN	26.318	0,97%	17º	28.899	0,93%	17º	30.941	0,93%	17º	36.185	0,93%	17º	40.993	0,94%	17º
AL	19.871	0,73%	19º	22.262	0,72%	19º	24.182	0,73%	19º	27.133	0,70%	19º	31.657	0,72%	19º
SE	18.218	0,67%	20º	21.418	0,69%	20º	21.707	0,65%	20º	26.405	0,68%	20º	29.108	0,67%	20º
RO	14.438	0,53%	21º	17.286	0,56%	21º	19.725	0,59%	21º	23.908	0,62%	21º	27.575	0,63%	21º
PI	13.736	0,50%	22º	16.203	0,52%	22º	18.946	0,57%	22º	22.269	0,57%	22º	25.941	0,59%	22º
TO	10.193	0,37%	23º	12.116	0,39%	23º	13.690	0,41%	23º	16.405	0,42%	23º	18.346	0,42%	23º
AP	6.013	0,22%	24º	6.950	0,22%	24º	7.491	0,22%	24º	8.238	0,21%	25º	9.409	0,22%	24º
AC	5.458	0,20%	25º	6.410	0,21%	25º	7.408	0,22%	25º	8.342	0,21%	24º	8.949	0,20%	25º
RR	4.203	0,15%	26º	4.842	0,16%	26º	5.672	0,17%	26º	6.639	0,17%	26º	7.304	0,17%	26º



R\$ Milhões

	2012			2013			2014			2015*			2016*		
BR	4.814.760	100%	Nº	5.331.619	100%	Nº	5.778.953	100%	Nº	6.039.749	100%	Nº	5.907.689	100%	Nº
SP	1.559.033	32,38%	1º	1.715.238	32,17%	1º	1.858.196	32,15%	1º	1.970.121	32,62%	1º	1.853.162	31,37%	1º
RJ	574.885	11,94%	2º	628.226	11,78%	2º	671.077	11,61%	2º	715.675	11,85%	2º	614.612	10,40%	2º
MG	442.283	9,19%	3º	488.005	9,15%	3º	516.634	8,94%	3º	574.113	9,51%	3º	564.518	9,56%	3º
RS	285.620	5,93%	5º	333.481	6,25%	4º	348.084	6,02%	5º	439.820	7,28%	4º	442.010	7,48%	4º
PR	287.587	5,97%	4º	332.293	6,23%	5º	357.816	6,19%	4º	385.562	6,38%	5º	417.223	7,06%	5º
SC	191.795	3,98%	6º	214.512	4,02%	6º	242.553	4,20%	6º	262.770	4,35%	6º	262.396	4,44%	6º
BA	182.573	3,79%	7º	204.844	3,84%	7º	223.930	3,87%	7º	253.381	4,20%	7º	251.861	4,26%	7º
GO	138.758	2,88%	8º	151.300	2,84%	8º	165.015	2,86%	8º	180.289	2,99%	8º	188.950	3,20%	8º
PE	127.989	2,66%	9º	141.150	2,65%	9º	155.143	2,68%	9º	162.037	2,68%	9º	162.430	2,75%	9º
ES	107.081	2,22%	11º	121.225	2,27%	10º	124.585	2,16%	12º	151.712	2,51%	10º	152.910	2,59%	10º
CE	96.974	2,01%	12º	109.037	2,05%	12º	126.054	2,18%	11º	130.346	2,16%	11º	144.873	2,45%	11º
PA	116.851	2,43%	10º	117.274	2,20%	11º	128.784	2,23%	10º	129.570	2,15%	12º	122.302	2,07%	12º
MT	79.666	1,65%	13º	89.213	1,67%	13º	101.235	1,75%	13º	104.866	1,74%	13º	116.507	1,97%	13º
AM	72.243	1,50%	14º	83.051	1,56%	14º	86.669	1,50%	14º	93.068	1,54%	14º	90.452	1,53%	14º
MS	60.490	1,26%	16º	67.695	1,27%	16º	76.842	1,33%	16º	77.492	1,28%	15º	85.542	1,45%	15º
MA	62.013	1,29%	15º	69.203	1,30%	15º	78.950	1,37%	15º	76.721	1,27%	16º	82.755	1,40%	16º
RN	42.488	0,88%	18º	46.377	0,87%	18º	52.936	0,92%	18º	55.131	0,91%	18º	57.845	0,98%	17º
PB	46.412	0,96%	17º	51.518	0,97%	17º	54.023	0,93%	17º	57.064	0,94%	17º	57.803	0,98%	18º
AL	34.650	0,72%	19º	37.283	0,70%	19º	40.975	0,71%	19º	44.536	0,74%	19º	50.842	0,86%	19º
PI	32.853	0,68%	20º	35.336	0,66%	20º	37.472	0,65%	21º	40.084	0,66%	20º	40.345	0,68%	20º
SE	30.113	0,63%	21º	31.121	0,58%	22º	34.031	0,59%	22º	37.365	0,62%	21º	39.641	0,67%	21º
RO	28.638	0,59%	22º	31.284	0,59%	21º	37.723	0,65%	20º	34.770	0,58%	22º	38.050	0,64%	22º
TO	20.684	0,43%	23º	23.797	0,45%	23º	26.189	0,45%	23º	26.968	0,45%	23º	29.716	0,50%	23º
AC	11.131	0,23%	24º	12.763	0,24%	24º	13.400	0,23%	25º	13.442	0,22%	24º	15.982	0,27%	24º
AP	10.138	0,21%	25º	11.474	0,22%	25º	13.459	0,23%	24º	12.693	0,21%	25º	13.554	0,23%	25º
RR	7.711	0,16%	26º	9.011	0,17%	26º	9.744	0,17%	26º	10.081	0,17%	26º	11.409	0,19%	26º

Fonte: IBGE

*PIB 2015 e 2016 Projetado

135. Dados divulgados pelo IBGE, relativos às contas regionais, apontam que no período 2007/2016 a participação de Mato Grosso no ranking do PIB nacional oscilou entre a 13ª e a 14ª posição entre os Estados.

3.2.4.1. PIB PER CAPITA DOS ESTADOS

136. PIB per Capita é a riqueza total produzida pelos Estados dividida pelo número de habitantes. No período analisado, o melhor desempenho de Mato Grosso foi alcançado em 2016, quando ocupou a 6ª posição no ranking nacional, ficando atrás de São Paulo, do Rio de Janeiro e dos três Estados da Região Sul, conforme demonstrado na tabela a seguir.



TABELA 35 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA DO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015*		2016*	
	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº	R\$	Nº
BR	14.785	-	16.401	-	17.407	-	20.372	-	22.749	-	24.825	-	26.521	-	28.500	-	29.541	-	28.667	-
SP	23.493	1º	25.420	1º	27.235	1º	31.385	1º	34.546	1º	37.207	1º	39.283	1º	42.198	1º	44.376	1º	41.412	1º
PR	16.064	5º	17.534	5º	18.405	6º	21.572	6º	24.459	6º	27.002	5º	30.323	5º	31.411	6º	39.400	3º	39.315	2º
SC	17.681	4º	20.070	4º	21.099	3º	24.597	3º	27.555	4º	30.046	4º	32.334	3º	36.056	3º	38.534	4º	37.970	3º
RS	15.876	6º	17.524	6º	18.723	5º	22.556	5º	24.695	5º	26.701	6º	29.765	6º	31.927	5º	34.278	5º	36.967	4º
RJ	20.991	2º	23.833	2º	24.462	2º	28.127	2º	31.824	2º	35.418	2º	38.379	2º	40.767	2º	43.243	2º	36.945	5º
MT	13.321	8º	16.635	7º	17.555	7º	18.656	8º	22.482	7º	25.572	7º	28.036	7º	31.397	7º	32.135	7º	35.246	6º
MS	13.278	9º	15.504	8º	16.741	8º	19.299	7º	22.253	8º	24.755	8º	26.748	8º	30.138	8º	28.938	8º	30.851	7º
ES	18.098	3º	20.874	3º	19.848	4º	24.286	4º	29.877	3º	32.657	3º	30.545	4º	33.149	4º	32.970	6º	30.778	8º
GO	12.646	10º	14.101	10º	15.670	9º	17.783	10º	19.948	11º	22.544	9º	23.516	10º	25.297	9º	27.272	10º	28.219	9º
MG	12.471	11º	14.036	11º	14.348	11º	17.919	9º	20.281	9º	22.275	10º	23.697	9º	24.917	10º	27.510	9º	26.885	10º
AM	13.495	7º	14.401	9º	14.900	10º	17.489	11º	19.991	10º	20.118	11º	21.810	11º	22.373	11º	23.631	11º	22.603	11º
RR	10.622	12º	11.730	12º	13.457	12º	14.714	13º	15.872	13º	16.424	13º	18.462	12º	19.608	12º	19.936	13º	22.187	12º
RO	9.932	14º	11.573	13º	13.116	13º	15.321	12º	17.492	12º	18.939	12º	18.008	13º	19.463	13º	21.132	12º	22.180	13º
AP	10.237	13º	11.335	14º	11.954	14º	12.319	15º	13.750	15º	15.933	14º	17.365	14º	17.845	14º	17.533	17º	20.430	14º
TO	8.196	18º	9.462	16º	10.595	17º	11.858	16º	13.096	16º	14.590	16º	16.099	15º	17.496	15º	17.799	16º	19.386	15º
PA	7.338	21º	8.326	20º	8.298	21º	10.875	21º	12.839	17º	13.741	19º	15.211	19º	15.431	20º	18.558	14º	18.484	16º
SE	9.394	15º	10.713	15º	10.748	15º	12.768	14º	13.929	14º	15.564	15º	16.094	16º	16.883	17º	17.871	15º	17.806	17º
PE	7.360	20º	8.062	21º	9.053	20º	11.049	19º	12.427	19º	14.331	18º	15.328	17º	16.722	18º	17.339	18º	17.261	18º
RN	8.733	16º	9.303	18º	9.862	18º	11.421	17º	12.816	18º	14.377	17º	15.269	18º	15.849	19º	16.578	20º	16.634	19º
AC	8.328	17º	9.426	17º	10.718	16º	11.384	18º	11.990	20º	13.361	20º	14.777	20º	17.034	16º	15.797	21º	16.596	20º
BA	7.765	19º	8.389	19º	9.424	19º	11.013	20º	11.818	21º	12.880	21º	13.616	21º	14.804	21º	16.665	19º	16.487	21º
CE	6.209	24º	7.149	23º	7.862	23º	9.391	22º	10.515	22º	11.268	22º	12.421	22º	14.255	22º	14.638	22º	16.162	22º
AL	6.543	22º	7.118	24º	7.662	24º	8.694	24º	10.071	23º	10.946	24º	11.295	24º	12.335	24º	13.330	24º	15.136	23º
PB	6.291	23º	7.185	22º	8.019	22º	8.899	23º	9.788	24º	11.137	23º	11.848	23º	13.422	23º	13.879	23º	14.463	24º
MA	5.022	25º	6.016	25º	6.438	25º	7.049	26º	7.846	26º	9.009	26º	9.963	25º	11.216	26º	11.224	25º	12.301	25º
PI	4.530	26º	5.194	26º	6.024	26º	7.140	25º	8.261	25º	9.060	25º	9.825	26º	11.808	25º	10.852	26º	11.846	26º

Fonte: IBGE

*PIB 2015 e 2016 Projetado

3.2.5. RANKING DA COMPETITIVIDADE

137. O Fórum Econômico Mundial define “competitividade” como o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país.
138. O Brasil atingiu a sua pior posição em 2016 no ranking do Relatório Global de Competitividade – RGC, chegando ao 81º lugar, confirmando uma perda histórica de 33 posições desde 2012. Esta colocação coloca o país abaixo de alguns de seus principais concorrentes e aponta para um agravamento da desaceleração do crescimento e da produtividade.



139. De acordo com o mencionado RGC, os principais fatores por trás dessa tendência de perda de competitividade estão ligados à atual conjuntura política, mas também a componentes estruturais e sistêmicos que têm sido apontados em todas as edições do RGC desde a década de 90. Fatores da conjuntura econômica e política, que vêm se deteriorando desde 2014, estão associados à sistemas regulatório e tributário inadequados, infraestrutura deficiente, e baixa produtividade, que resultam na fragilidade e incapacidade para promover avanços na competitividade interna e internacional sem maior inserção no mercado mundial.

3.2.5.1. RANKING DA COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS

140. O Ranking de Competitividade dos Estados vem sendo elaborado desde 2011 pelo Centro de Liderança Pública - CLP, com desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada.
141. Em 2016 o ranking permite identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos - infraestrutura, sustentabilidade social, segurança pública, educação, solidez fiscal, eficiência da máquina pública, capital humano, sustentabilidade ambiental, potencial de mercado e inovação - quais são os pontos fortes e os fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos 65 indicadores contemplados.
142. Aliado à vontade política, o Ranking de Competitividade dos Estados é uma poderosa ferramenta para balizar as ações dos governos estaduais. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível.



143. A competitividade de um Estado está diretamente relacionada à capacidade de ação dos seus líderes públicos. O ranking veio oferecer as bases para a construção do legado de competitividade para aqueles governos que assim desejam proceder.
144. O mencionado Ranking tem como objetivo principal, o entendimento aprofundado e abrangente das 27 unidades da federação, trazendo para o público uma ferramenta simples e objetiva para pautar a atuação dos líderes públicos brasileiros na melhoria da competitividade e da gestão dos seus Estados.
145. Ao mesmo tempo, o Ranking pode representar, também - ao estabelecer critérios de atratividade entre os Estados, de acordo com as especificidades de cada projeto de investimento - uma ferramenta útil para o setor privado balizar suas decisões no que se refere a investimentos produtivos¹⁰.
146. Saliente-se, entretanto, que a base de dados utilizada no Ranking da Competitividade 2016, é de anos anteriores ao da publicação. Nos pilares de infraestrutura, sustentabilidade social, eficiência da máquina pública e capital humano, são utilizados dados de 2014/2015; em segurança e sustentabilidade ambiental, os dados são de 2014; em solidez fiscal e potencial de mercado são os de 2015; na educação os de 2012 a 2016; e, por fim, na inovação, os dados são de 2012 a 2014.

3.2.5.1.1. INFRAESTRUTURA

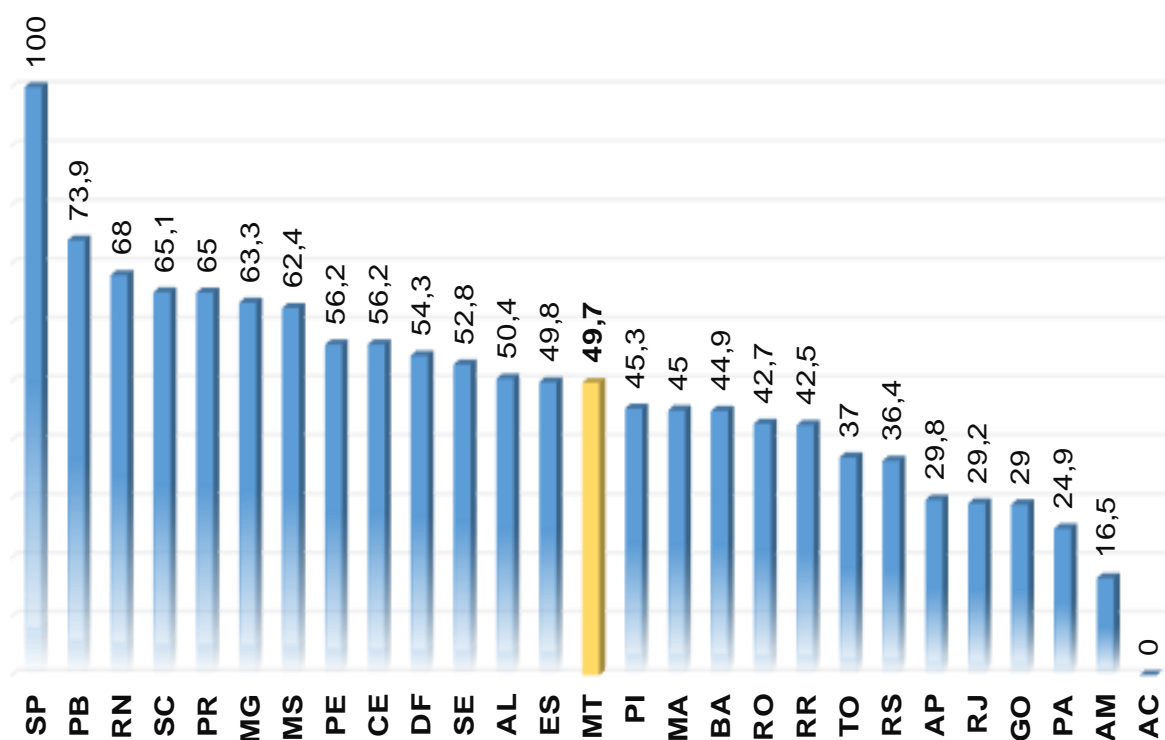
147. Um dos grandes desafios para aumentar a competitividade diz respeito à infraestrutura e à qualificação educacional. O pilar foi identificado pelo Ranking como o segundo maior gargalo do País, atrás apenas da segurança pública.
148. Mato Grosso foi o Estado que mais evoluiu em comparação ao ano anterior, subindo 10 posições, com melhoras relativas nos custos de combustíveis, energia elétrica, mobilidade urbana e qualidade das rodovias, alcançando a 14ª posição.

¹⁰¹⁰ <http://conteudo.clp.org.br/ranking-de-competitividade-dos-estados-2016>



Em seguida, Alagoas e Mato Grosso do Sul tiveram, cada um, a ascensão de 9 posições, representando os maiores crescimentos. Roraima foi o Estado que teve a maior queda em infraestrutura, passando de 7º lugar em 2015, para 19º em 2016.

GRÁFICO 31 - RANKING COMPETITIVIDADE: INFRAESTRUTURA



3.2.5.1.2. SUSTENTABILIDADE SOCIAL

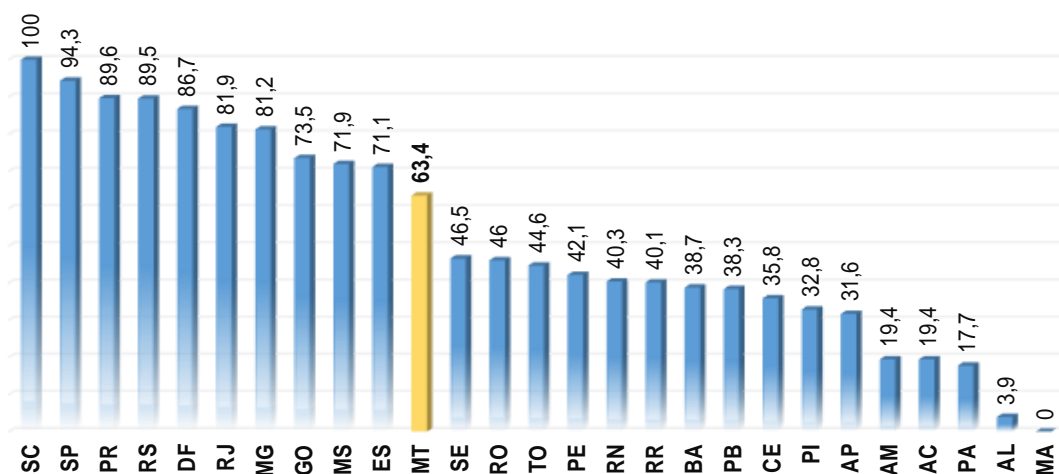
149. O pilar da sustentabilidade social foi construído a partir de uma visão multidimensional para o tema da vulnerabilidade. De maneira geral, o pilar foi incorporado como ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. A ideia subjacente ao pilar é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social.



150. Nessa concepção, a qualidade de vida é resultado de uma combinação de ações governamentais que permitem o acesso aos direitos fundamentais e sociais para a população. Naturalmente, há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis e que não conseguem se incorporar à economia de mercado.
151. Esta visão mais holística da questão social, está alinhada com os princípios institucionais que fundamentam a existência do Estado brasileiro. O primeiro artigo da carta constitucional coloca a dignidade humana como fundamento do pacto político criado em 1988. O pilar da sustentabilidade social, em boa medida, traz indicadores para verificar a taxa do sucesso dos entes estaduais em contribuir para diminuir as vulnerabilidades.
152. O pilar da sustentabilidade social é, em boa medida, o resultado do ranking de competitividade estadual como um todo – assim, juntamente com o pilar de infraestrutura, possui peso de destaque no cômputo geral do ranking (12,5%).
153. O pressuposto do conceito de sustentabilidade social, contudo, não se limita a ações de correção de distorções, mas é composto por indicadores que medem a capacidade do governo em tomar ações que evitem a vulnerabilidade dos indivíduos. A ideia é a de que o Estado deve fornecer ferramentas para potencializar a capacidade dos membros da sua comunidade, reforçando a sua autonomia em relação aos governos.
154. A conexão do pilar com a competitividade é absoluta, pois não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes. Assim, foram compilados neste pilar indicadores de saúde, pobreza, condições de moradia e saneamento básico, além de outros ligados à inserção econômica das famílias.
155. O Estado de Mato Grosso ficou com a 11ª posição, com 63,4 pontos, bem atrás dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, com 73,5 e 71,9, respectivamente, conforme gráfico a seguir.



GRÁFICO 32 - RANKING COMPETITIVIDADE: SUSTENTABILIDADE SOCIAL



3.2.5.1.3. SEGURANÇA PÚBLICA

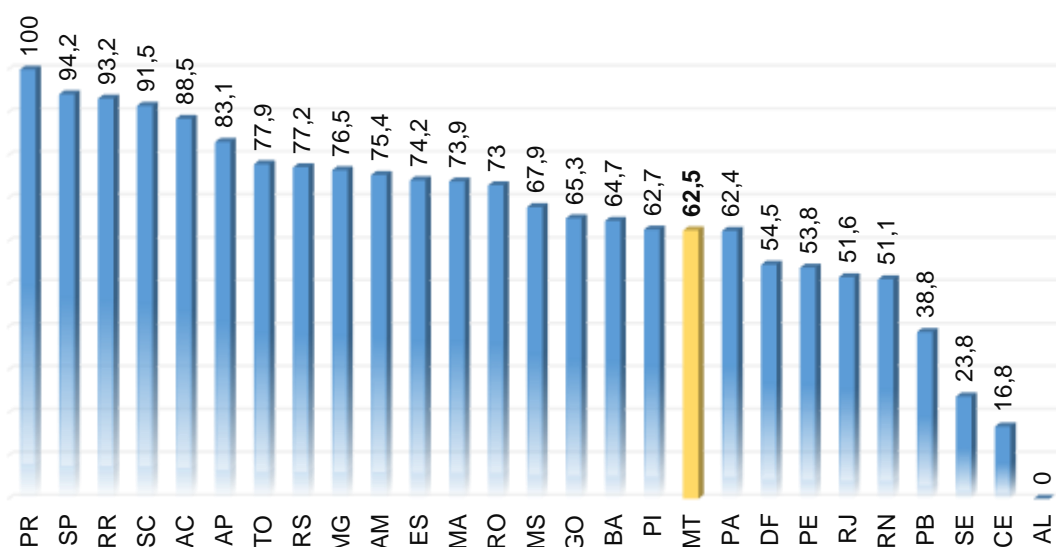
156. Segundo o relatório do Ranking de Competitividade dos Estados, a segurança pública é a variável que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais, ao longo de toda história, se mostraram essenciais para a construção de um ordenamento virtuoso para o desenvolvimento. O Estado moderno nasceu para criar estabilidade interna e proteção externa para sua comunidade política. A segurança pública é a dimensão que separa os países com equilíbrio virtuoso para o desenvolvimento, dos chamados “Estados falidos”. A preservação dos direitos individuais e dos mecanismos de institucionalização dos conflitos, são condição fundamentais para a competitividade dos Estados. A boa execução das políticas de segurança melhora a relação de confiança entre os indivíduos e a Administração Pública e contribui, decisivamente, para a qualidade das políticas públicas do Estado.
157. Trata-se de um conjunto de políticas públicas que está na fronteira da relação entre eficiência estatal e ambiente econômico. As concepções mais modernas de competitividade superaram a dicotomia entre público e privado. A boa governança pública é essencial para a redução dos riscos da atividade econômica. A relação entre segurança pública e competitividade estadual ocorre por meio de três canais



principais: 1) construção de confiança interpessoal, que é central para o bom funcionamento das economias de mercado; 2) ambiente de estabilidade para a inserção do indivíduo no sistema econômico; e 3) preservação da propriedade privada.

158. Conforme o gráfico a seguir, o Estado de Mato Grosso ficou com a 18ª posição, atrás de Mato Grosso do Sul e Goiás.

GRÁFICO 33 - RANKING COMPETITIVIDADE: SEGURANÇA PÚBLICA



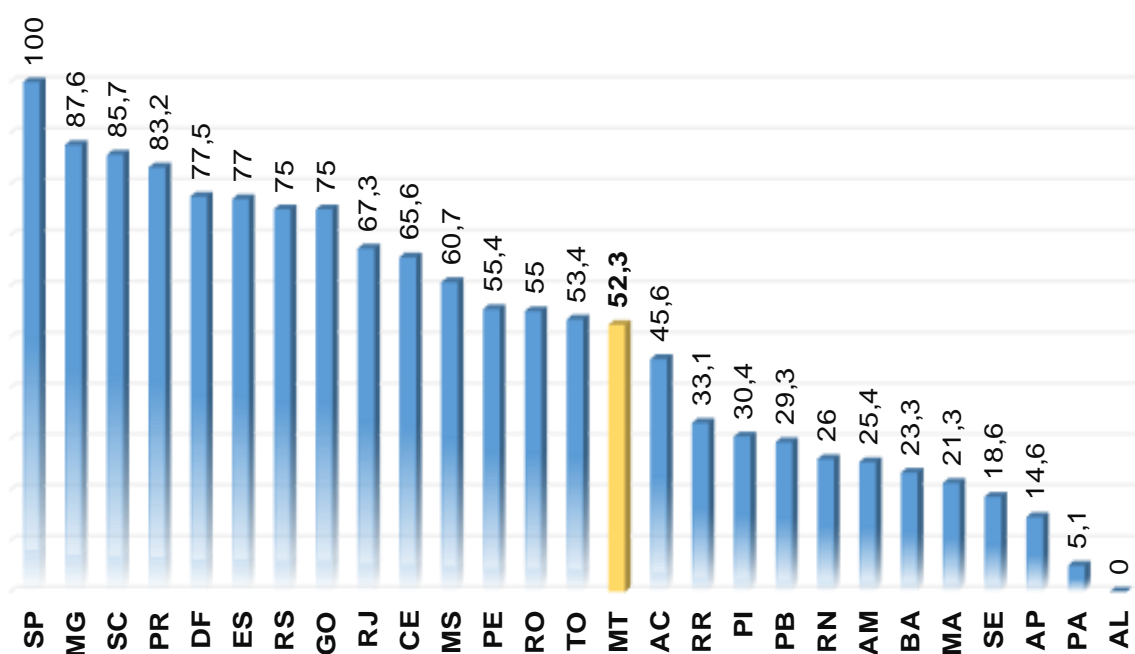
3.2.5.1.4. EDUCAÇÃO

159. De acordo com o relatório de competitividade, as graves deficiências na educação do País, juntamente com a crônica deficiência de infraestrutura, estão entre os principais desafios para a melhoria da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto o potencial de desenvolvimento social.
160. Na edição 2012 do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Brasil ficou entre os últimos colocados. Dos 65 países que participaram do exame, o Brasil ficou em 55º em leitura, 58º em matemática e 59º em ciências.



161. Segundo especialistas da área, há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas para reverter a situação e que vão muito além da melhora da qualificação e remuneração dos docentes, sendo que a melhoria da gestão das unidades educacionais deveria estar no centro das prioridades.
162. No pilar educação, foram contemplados indicadores de taxa de abandono e qualidade nos ensinos fundamental e médio, além do loeb (Índice de Oportunidades da Educação Brasileira).
163. Em razão da sua importância econômica e social e considerando as graves carências existentes nos Estados, o pilar educação possui um dos maiores pesos do ranking (11,5% do total), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,2% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação no País, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.
164. Nesse quesito, o Estado de Mato Grosso novamente ficou muito aquém de Goiás e de Mato Grosso do Sul, conseguindo somente a 15^o posição, com 52,3 pontos.

GRÁFICO 34 - RANKING COMPETITIVIDADE: EDUCAÇÃO

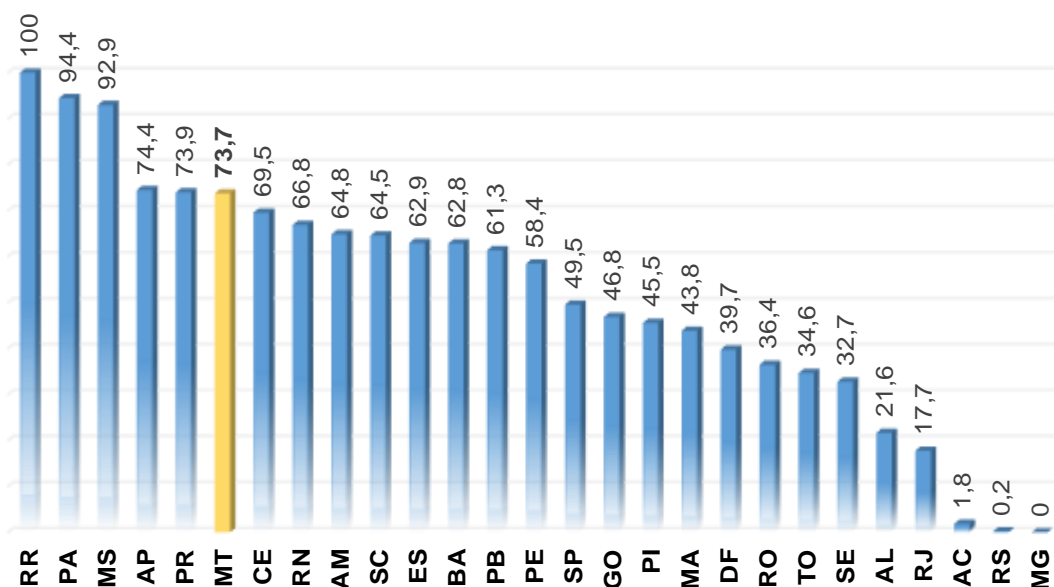




3.2.5.1.5. SOLIDEZ FISCAL

165. A solidez fiscal de qualquer governo é condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado País, Estado ou Município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em resultados fiscais negativos (déficits), resultando no aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, na baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos. Um governo que não consegue equilibrar suas contas perde credibilidade e confiança perante a todos, contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais. Um governo sem credibilidade fiscal e financeira retrai os investimentos e os negócios privados, ocasionando queda na produção de produtos e serviços, além de aumento da inflação e do desemprego.
166. Com relação a solidez fiscal, o Estado de Mato Grosso superou Goiás e ficou atrás de Mato Grosso do Sul, com a 6ª posição e pontuação de 73,7.

GRÁFICO 35 - RANKING COMPETITIVIDADE: SOLIDEZ FISCAL

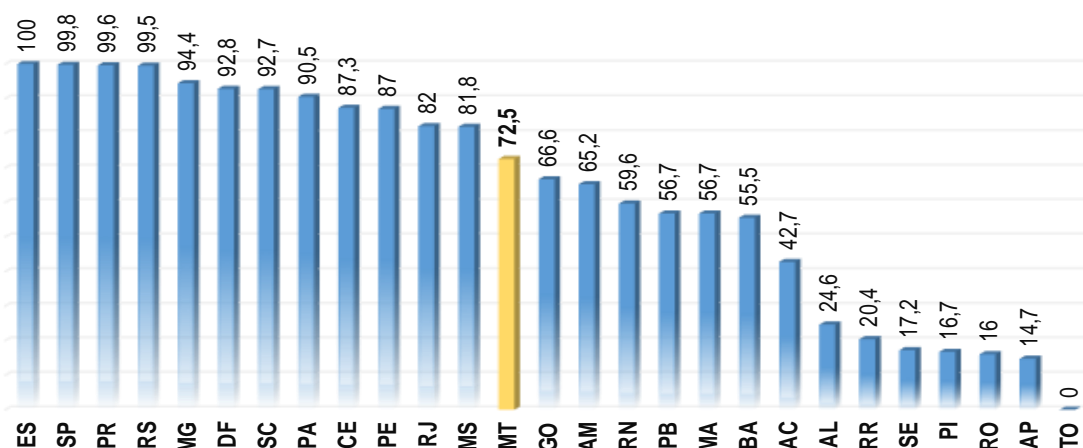




3.2.5.1.6. EFICIÊNCIA NA MÁQUINA PÚBLICA

167. A eficiência da máquina do aparato governamental é condição central para o reforço da legitimidade das organizações democráticas, atributo fundamental para a construção de uma ordem virtuosa para o desenvolvimento. A eclosão de conflitos políticos ao redor do mundo, seja em países desenvolvidos, seja em nações em desenvolvimento, mostra como a eficiência do Estado em resolver os problemas demandados pela sociedade é central para a estabilidade do regime democrático. Governos e partidos sem legitimidade não conseguem aprovar políticas públicas e são ingredientes nocivos para a construção da economia de mercado e de um bom ambiente para o desenvolvimento de negócios. A falta de confiança no órgão regulador das atividades econômicas mina a produtividade das economias.
168. O pilar da eficiência da máquina pública guarda relação central com a atual conjuntura política brasileira. A sociedade brasileira assiste aos efeitos políticos do processo de mudanças econômicas e sociais ao longo das últimas décadas. O eleitorado demanda progressivamente a melhoria dos serviços públicos como mecanismo para reforçar seu bem-estar.
169. Neste pilar, foram agregados indicadores de transparência do gasto público, eficiência do judiciário, além de indicadores de custos do executivo, legislativo e judiciário.

GRÁFICO 36 - RANKING COMPETITIVIDADE: EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA



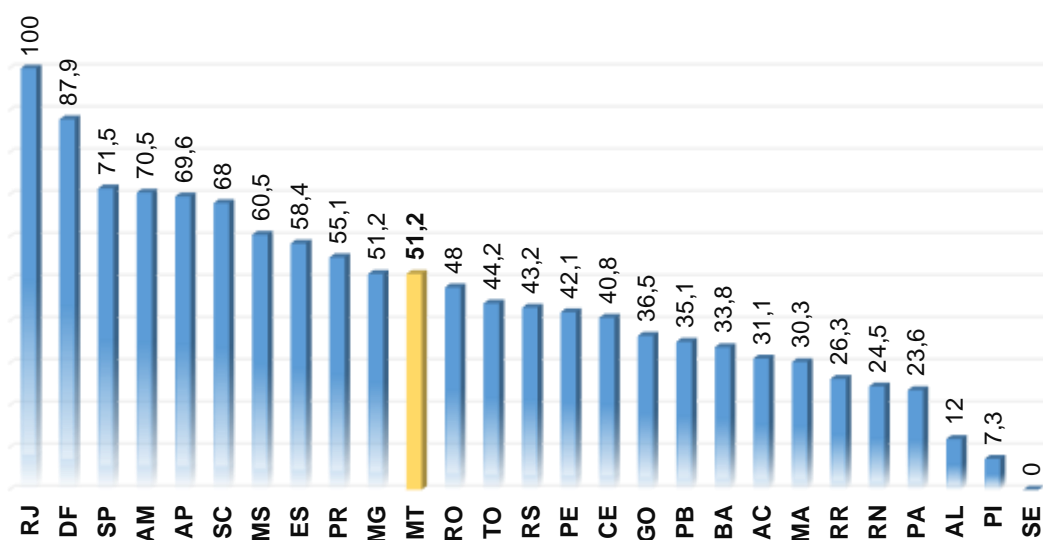


Quanto a eficiência da máquina pública, o Estado de Mato Grosso ficou com a 13ª posição, permanecendo à frente de Goiás e atrás de Mato Grosso do Sul.

3.2.5.1.7. CAPITAL HUMANO

170. Reconhecidamente, o baixo nível de qualificação da mão de obra é um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social de uma região.
171. Enquanto o trabalhador brasileiro possui 7 anos de escolaridade em média, nos países da OCDE a escolaridade média é de 11,4 anos.
172. Embora este pilar não esteja entre os de maior peso no ranking, existe uma complementariedade com o pilar educação. O pilar capital humano avalia o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia, enquanto o pilar educação analisa as condições atuais da educação no País e que irão determinar, portanto, a qualidade dos futuros profissionais dos Estados.

GRÁFICO 37 - RANKING COMPETITIVIDADE: CAPITAL HUMANO



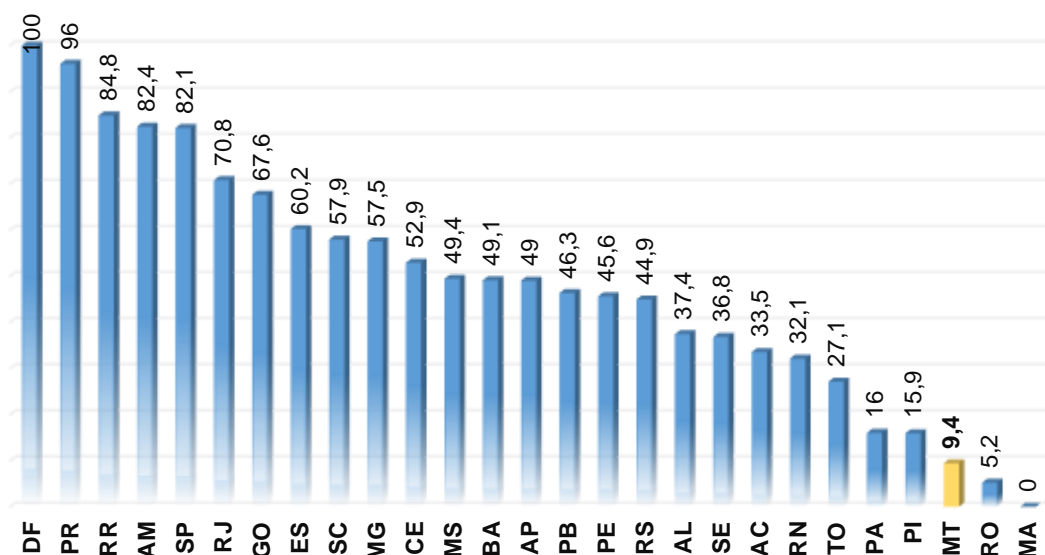


173. Nesse pilar, o Estado de Mato Grosso conseguiu 51,2 pontos, ficando somente com a 11ª posição, atrás de Mato Grosso do Sul e à frente de Goiás.

3.2.5.1.8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

174. Nosso padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento econômico.
175. Para se medir a sustentabilidade ambiental dos Estados foram utilizados quatro indicadores: emissões de CO₂, serviços urbanos, destinação do lixo e tratamento de esgoto.
176. Nesse pilar, o Estado de Mato Grosso ficou com a antepenúltima posição, com 9,4 pontos, superando apenas Rondônia e Maranhão.

GRÁFICO 38 - RANKING COMPETITIVIDADE: SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

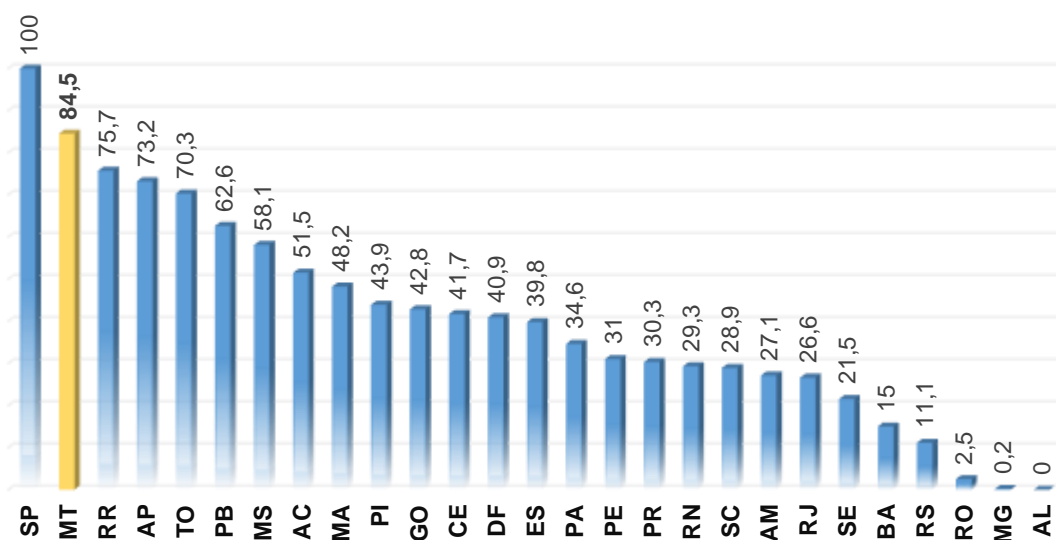




3.2.5.1.9. POTENCIAL DE MERCADO

177. Neste pilar foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos anos e também o crescimento potencial da força de trabalho nos próximos anos.
178. Naturalmente, o tamanho da economia é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de localização de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade dos maiores Estados da federação.
179. Da mesma forma, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico.
180. Também é considerado o crescimento potencial da força de trabalho nos próximos anos, indicador fundamental para a avaliação do dinamismo econômico nas Unidades Federativas.
181. Quanto ao potencial de mercado, Mato Grosso se destaca dos demais, ficando em segundo lugar, perdendo somente para o Estado de São Paulo.

GRÁFICO 39 - RANKING COMPETITIVIDADE: POTENCIAL DE MERCADO



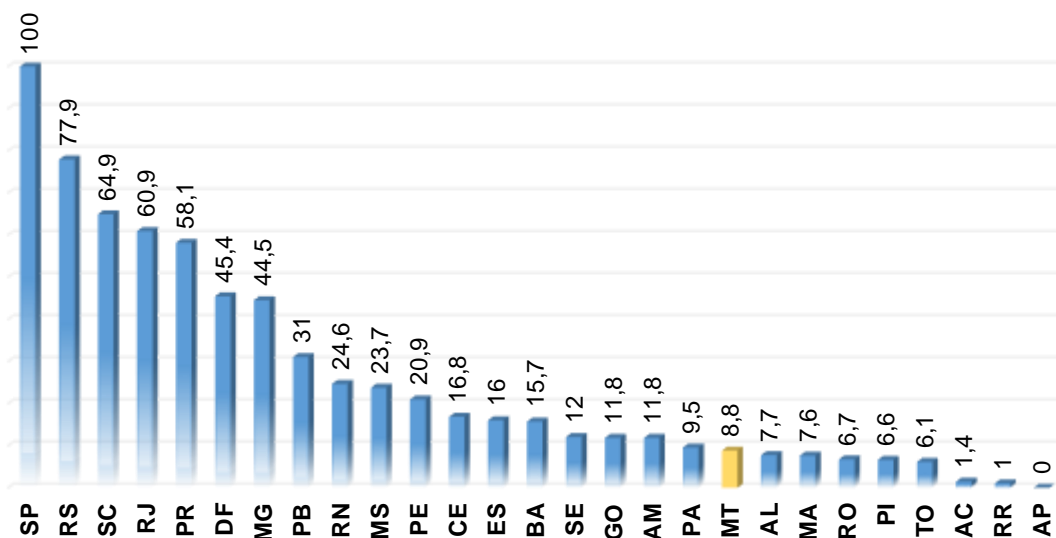


3.2.5.1.10. INOVAÇÃO

182. Num sentido amplo, a inovação envolve a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. Envolve, portanto, uma melhora significativa, que, em geral, substitui práticas e processos anteriores. A teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.
183. O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Não é à toa que as maiores inovações surgem, atualmente, a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia e institutos de pesquisa e o setor público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos, financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.
184. O pilar Inovação contempla três indicadores que refletem de modo claro a importância dos setores privado e público e das universidades como promotores da inovação: produção acadêmica, investimentos e pesquisa e desenvolvimento e patentes.
185. Neste pilar, o Estado de Mato Grosso conseguiu somente 8,8 pontos dos 100 possíveis, ficando na 19ª posição.



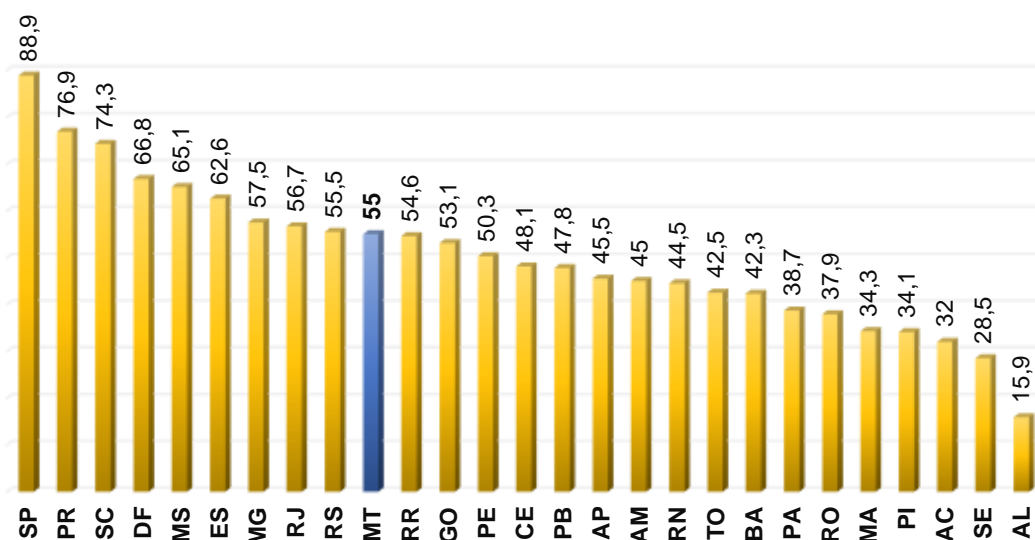
GRÁFICO 40 - RANKING COMPETITIVIDADE: INOVAÇÃO



3.2.5.1.11. RANKING COMPETITIVIDADE GERAL

186. No ranking geral, o Estado de Mato Grosso ficou na décima posição, com 55 pontos dos 100 possíveis, pouco à frente de Goiás e bem aquém de Mato Grosso do Sul, que ficou na quinta posição, com 65,1 pontos.

GRÁFICO 41 - RANKING COMPETITIVIDADE GERAL 2016





3.3. DESEMPENHO SOCIAL

3.3.1. GASTO PÚBLICO SOCIAL

187. O Governo do Estado de Mato Grosso realizou despesas nas funções segurança pública, saúde e educação que totalizaram aproximadamente 40% da despesa total em 2016 nessas três categorias de gasto social, conforme Balanço Geral do Estado. O gasto social é aquele destinado a atender pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e possibilitar oportunidades de promoção ou ascensão social. Saúde e segurança pública estão classificadas como gastos para a proteção social, e a educação como gastos para a promoção social.
188. Constata-se que os gastos sociais cresceram no período analisado (2008/2016), e é pertinente analisar se esse incremento teve impacto nos indicadores relacionados a cada uma das categorias citadas e elencadas no Plano Plurianual - PPA/MT 2016/2019, ou seja, se o aumento do gasto social possibilitou o alcance do resultado esperado ou estimado para o primeiro ano do PPA (2016). É importante a avaliação dos reais efeitos das políticas públicas, não só para a parte da população que obtém os benefícios, mas para toda a sociedade. Não se pode confundir avaliação de impacto de uma política pública, com medição de sua cobertura, que se refere apenas ao seu resultado quantitativo (recursos desembolsados, pessoas atendidas).
189. A avaliação das políticas públicas e de seus resultados é determinante na tomada de decisões acerca da manutenção, aprofundamento, realocação de recursos, descontinuidade ou melhoramento dos programas de governo, colaborando para a eficiência da ação do setor público.
190. O inciso I, do § 3º, do artigo 37, da Constituição da República, estabelece que o Estado tem que avaliar os serviços que oferta ao cidadão e à sociedade, tendo como referência rigorosos padrões de qualidade, para identificar se esses serviços



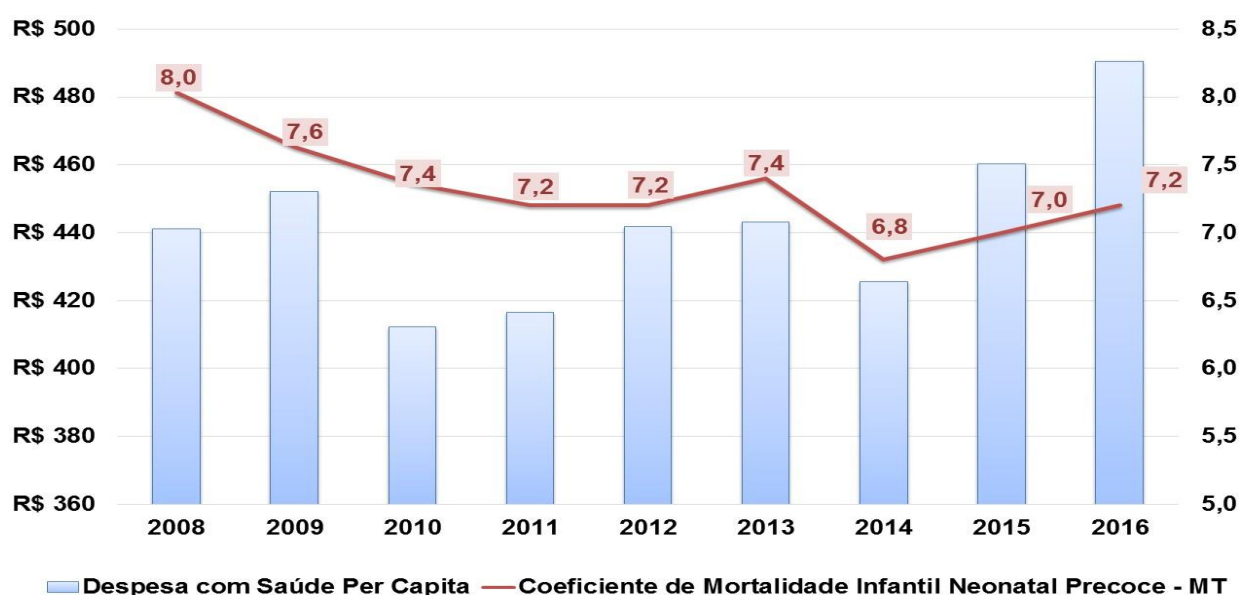
estão adequados ou se necessitam ser melhorados, inclusive sob a ótica da legitimidade.

191. No âmbito nacional, a aprovação da PEC 55/2016, que limita os gastos públicos (teto dos gastos) torna a avaliação das políticas públicas questão ainda mais urgente.

3.3.1.1. SAÚDE

192. As despesas per capita realizadas com saúde colaboraram para a redução do coeficiente de mortalidade infantil neonatal precoce (número de óbitos de 0 a 6 dias de vida completos, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado) entre 2008 e 2014. Não ficou evidente a relação inversa entre maior aplicação de recursos e redução do coeficiente (ou vice-versa). Em 2015 e 2016, apesar da evolução positiva dos gastos (8,21% e 6,54%, respectivamente), o coeficiente manteve-se estável.

GRÁFICO 42 - DESPESAS COM SAÚDE PER CAPITA E COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL NEONATAL PRECOCE



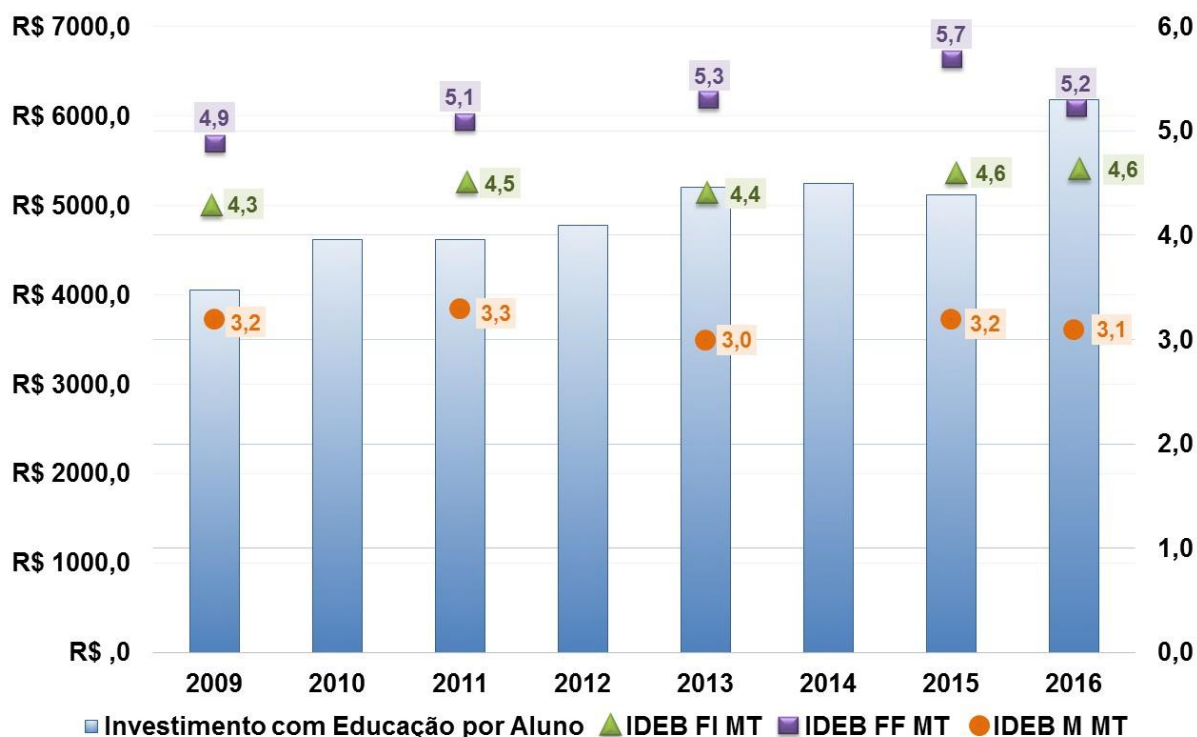
Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016/IBGE/SES-MT. Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.



3.3.1.2. EDUCAÇÃO

193. O IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, e é disponibilizado a cada dois anos. Constata-se o evidente crescimento do investimento em educação por aluno no período considerado (2009/2016); contudo os resultados obtidos para o IDEB Ensino Fundamental Inicial (1ª/4ªséries), IDEB Ensino Fundamental Final (5ª/9ª séries) e IDEB Ensino Médio permaneceram estáveis ou com pouca alteração. Para 2016 o IDEB registrado é referente aos resultados estratégicos esperados no PPA 2016/2019.

GRÁFICO 43- INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO POR ALUNO E RESULTADOS DO IDEB - MATO GROSSO



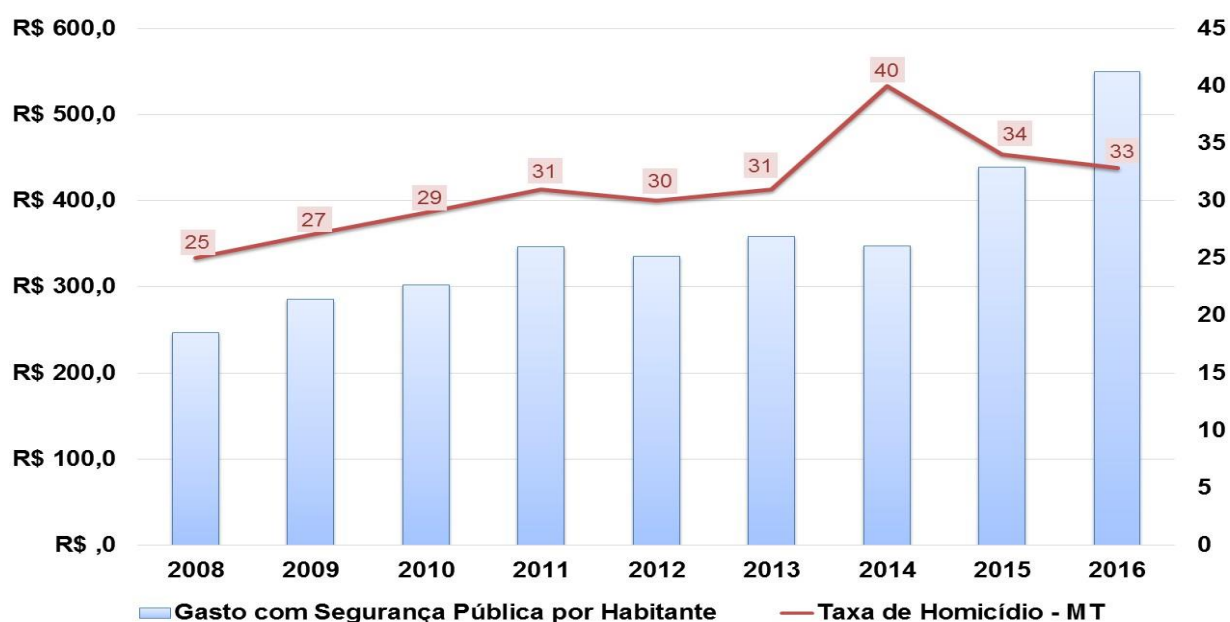
Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado – 2016, INEP
Valores atualizados pelo IPCA, base: 31.12.2016.



3.3.1.3. SEGURANÇA

194. No período 2008/2016 as despesas com segurança pública por habitante mantiveram movimento ascendente, à exceção de 2012 e de 2014. Esse incremento, contudo, não foi suficiente para reduzir o indicador estratégico da taxa de homicídio no Estado, que teve trajetória de crescimento no período de 2008 a 2014. Com o aumento da despesa, espera-se a redução na taxa de homicídios, conforme objetivo estabelecido no “Programa Pacto pela Segurança: MT Mais Seguro” (Programa 406). Em 2015 as despesas continuaram a crescer e a taxa de homicídio, em sentido contrário, caiu 17,65%, passando de 40 por cem mil habitantes em 2014, para 34 por cem mil habitantes. A taxa de homicídio diminuiu sutilmente em 2016, muito embora a despesa tenha se elevado consideravelmente.
195. A meta estabelecida no PPA 2016/2019 para o seu primeiro ano de vigência foi de 34,97; o resultado alcançado foi de 32,85 por cem mil habitantes, conforme informou a SESP-MT.

GRÁFICO 44 - DESPESAS COM SEGURANÇA PÚBLICA POR HABITANTE E TAXA DE HOMICÍDIO - MATO GROSSO



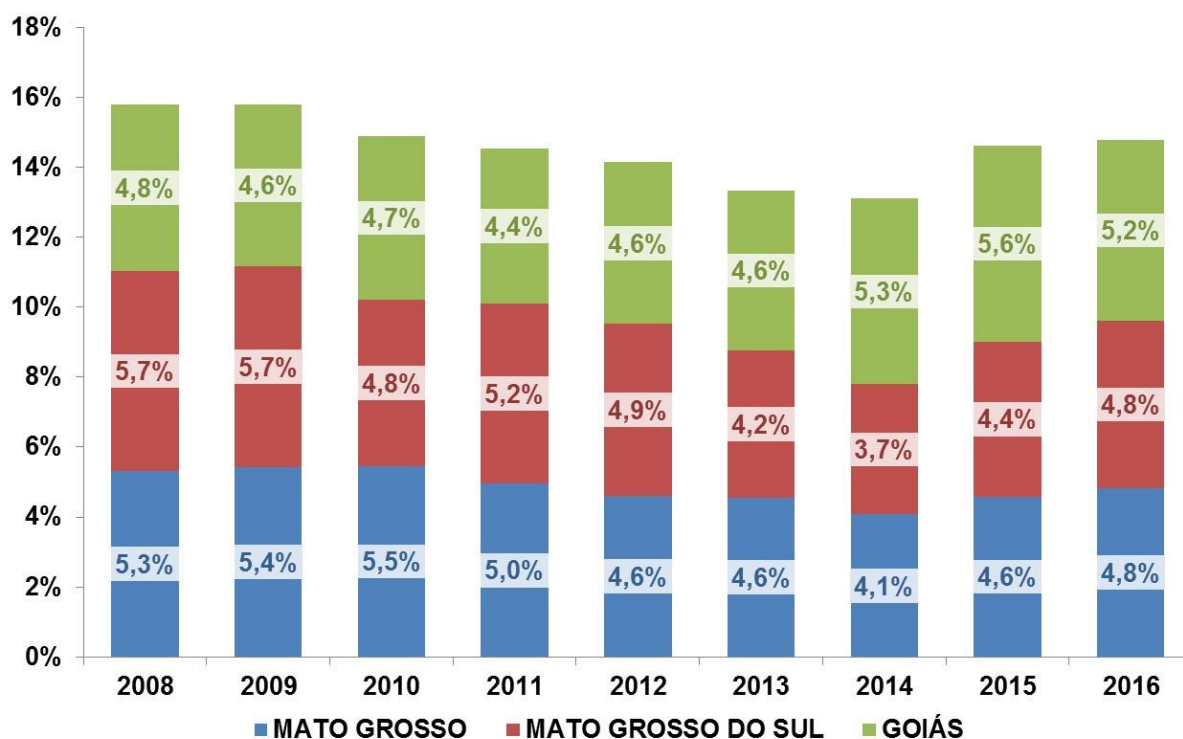
Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado – 2016, Fórum Brasileiro de Segurança Pública/SESP-MT/IBGE



3.3.1.4. EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL DE MT/MS/GO 2008/2016 – PERCENTUAL DO PIB

196. Comparando os Estados da região Centro-Oeste, constata-se que o gasto social das três unidades federativas em relação ao PIB foi decrescente de 2008 a 2014, apresentando incremento em 2015 e estabilidade em 2016. Mato Grosso destacou-se em 2010 apresentando seu melhor desempenho, com gasto social de 5,5%, superior a todos os demais Estados. Embora com variação a cada ano, no período 2008/2016 houve bastante semelhança no percentual alcançado do PIB relativo ao montante de despesas destinadas ao gasto social em cada um dos três Estados, se somados os resultados, conforme detalhado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 45 - GASTO SOCIAL EM RELAÇÃO AO PRODUTO INTERNO BRUTO



Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), RREO, Balanço Geral do Estado - 2016, IBGE



3.3.1.5. EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL DE MT/MS/GO 2008/2016 – PER CAPITA

197. Em relação ao gasto social per capita (gasto social dividido pelo número de habitantes), Mato Grosso foi o Estado que obteve a melhor tendência de crescimento no período 2008/2016 no Centro-Oeste, ou seja, apresentou incremento constante e sem grandes variações no indicador, alcançando, em 2016, o melhor resultado da Região Centro-Oeste. Mato Grosso do Sul teve desempenho cíclico e Goiás perdeu performance em 2016.

GRÁFICO 46 - GASTO SOCIAL PER CAPITA



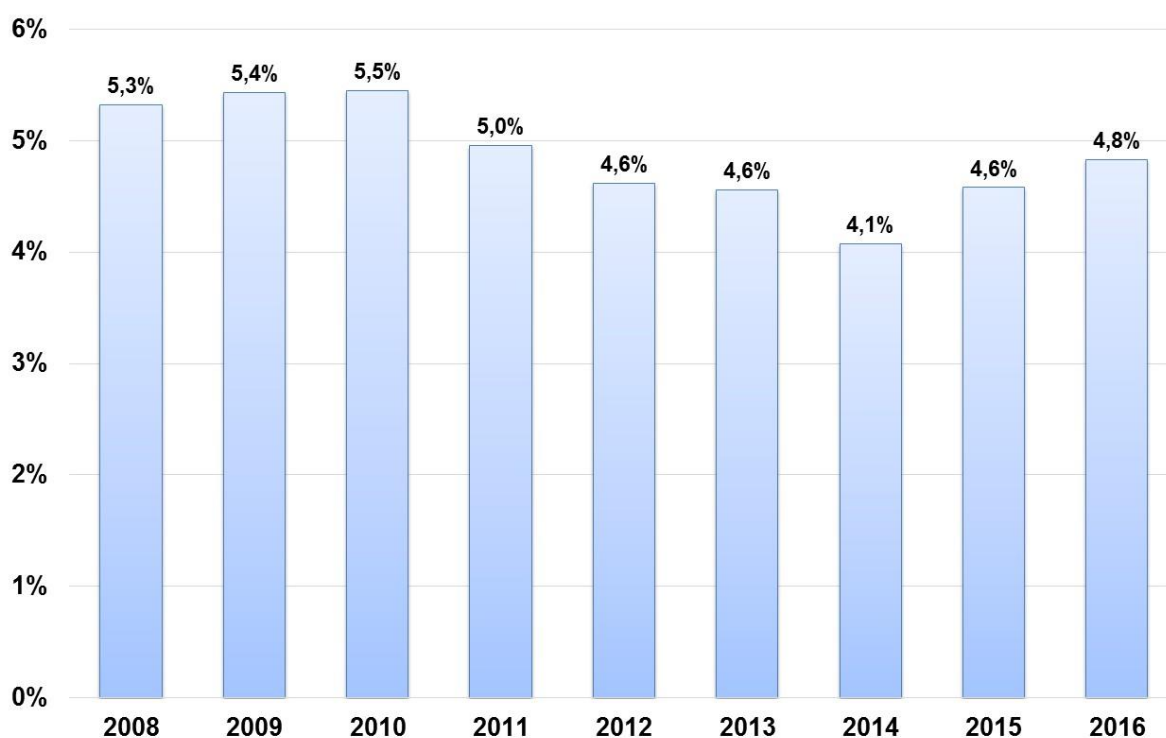
Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), RREO, Balanço Geral do Estado – 2016, IBGE



3.3.1.6. EVOLUÇÃO DO GASTO SOCIAL DO GOVERNO DE MATO GROSSO 2008/2016 – PERCENTUAL DO PIB

198. Entre 2008 e 2016 Mato Grosso teve um desempenho oscilante do gasto social em relação ao PIB, terminando o período analisado com desempenho menor do que no seu início. O ápice foi alcançado em 2010, com redução do indicador até 2014, voltando a crescer em 2015 e 2016. Políticas públicas sustentáveis necessitam de recursos, inclusive financeiros, para sua manutenção no longo prazo, sem os quais perdem eficiência na solução ou redução dos problemas e no atendimento das necessidades da sociedade, considerando a dinâmica do governo, seu relacionamento com o cidadão e a capacidade deste para fiscalizar e cobrar a proteção e a execução dos seus direitos.

GRÁFICO 47 - GASTO SOCIAL DO GOVERNO DE MATO GROSSO EM PERCENTUAL DO PIB - 2008/2016



Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado – 2016, IBGE



4. RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE 2016

199. Neste capítulo serão analisados os atos e fatos constantes do presente processo e, principalmente, o conteúdo do Relatório apresentado pela Comissão Técnica encarregada do exame das Contas Anuais do Governo do Estado, relativas ao exercício de 2016
200. No quadro a seguir é apresentado o histórico dos Pareceres Prévios das Contas do Governador, emitidos no período de 2013 a 2015.

TABELA 36 - HISTÓRICO DOS PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELO TCE- MT

PARECER PRÉVIO PELO TCE - MT (2013 a 2015)			
Exercício	Relator	Responsável	Resultado
2013	Humberto Bosaipo	Silval da Cunha Barbosa	Parecer Prévio Favorável a Aprovação
2014	Antônio Joaquim	Silval da Cunha Barbosa	Parecer Prévio Favorável a Aprovação
2015	José Carlos Novelli	José Pedro Gonçalves Taques	Parecer Prévio Favorável a Aprovação

4.1. PEÇAS DE PLANEJAMENTO

201. O Plano Plurianual (PPA), aprovado pela Lei 10.340, de 19 de novembro de 2015, para o período 2016-2019 foi protocolado neste Tribunal de Contas em 16/12/2015, sob o número 28.017-8/2015, contendo cinco eixos estruturantes. A execução orçamentária referente ao cumprimento desses eixos está demonstrada na tabela a seguir.

TABELA 37 - EIXOS ESTRUTURANTES DO PPA

Eixo Estruturante	Previsto LOA 2016 - R\$	Autorizado 2016 - R\$	Empenhado 2016 - R\$
Viver Bem	1.135.109.115,24	1.421.940.730,13	1.264.474.339,23
Educar para transformar e emancipar o Cidadão	458.945.474,01	491.040.250,03	387.475.875,42
Cidades para Viver Bem: Municípios Sustentáveis	220.060.601,97	211.735.740,32	162.084.836,75
Estado Parceiro e Empreendedor	1.163.464.997,30	1.141.270.643,35	1.058.550.630,71
Gestão Eficiente, Transparente e Integrada	13.575.912.628,29	14.628.429.849,39	14.152.398.478,15
TOTAL	16.553.492.816,81	17.894.417.213,22	17.024.984.160,26

Fonte: Balanço do Estado de Mato Grosso



202. A Lei 10.311, de 14 de setembro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias - LDO, para o exercício de 2016 foi protocolada neste Tribunal em 16/12/2015, sob o número 28.153-0/2015.
203. O Orçamento do Estado para o exercício de 2016, aprovado pela Lei 10.354, de 30/12/2015, foi protocolado neste órgão em 12/01/2016, compreendendo o Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social. A referida Lei estimou a receita e fixou a despesa, num orçamento de R\$ 16.553.492.816,81 (dezesesseis bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos), conforme demonstrado a seguir.

TABELA 38 - DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS - ORÇAMENTO INICIAL

DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS	ORÇAMENTO 2016 (R\$) - (A)	% DO ORÇAMENTO
1. PODER LEGISLATIVO	817.729.213,13	4,94%
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	467.809.566,48	2,83%
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso	429.467.563,36	2,59%
Diretoria Gestora do Extinto Fundo de Assistência Parlamentar	21.522.703,59	0,13%
Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo	16.819.299,53	0,10%
TRIBUNAL DE CONTAS	349.919.646,65	2,11%
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso	349.919.646,65	2,11%
2. PODER JUDICIÁRIO	1.367.334.238,00	8,26%
Tribunal de Justiça	1.367.334.238,00	8,26%
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	1.119.941.477,64	6,77%
Fundo de Apoio ao Judiciário	247.392.760,36	1,49%
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	453.370.846,53	2,74%
Procuradoria Geral de Justiça	453.370.846,53	2,74%
Procuradoria Geral da Justiça	452.970.011,18	2,74%
Fundo de Apoio ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso	400.835,35	0,00%
4. DEFENSORIA PÚBLICA	123.234.750,22	0,74%
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso	123.234.750,22	0,74%
5. PODER EXECUTIVO	13.791.823.768,93	83,32%
CASA CIVIL	81.921.953,53	0,49%
Casa Civil	25.207.529,00	0,15%
Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional	5.562.000,60	0,03%
Gabinete de Governo	10.570.872,11	0,06%
Gabinete de Assuntos Estratégicos	2.400.000,00	0,01%



DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS	ORÇAMENTO 2016 (R\$) - (A)	% DO ORÇAMENTO
Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção	3.234.953,69	0,02%
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso	12.858.872,45	0,08%
Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - AGEM/VRC	1.765.849,94	0,01%
Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso	20.321.875,74	0,12%
Casa Militar	19.567.713,97	0,12%
Casa Militar	19.567.713,97	0,12%
Controladoria Geral do Estado	34.574.232,71	0,21%
Controladoria Geral do Estado	34.574.232,71	0,21%
Gabinete da Vice Governadoria	3.442.887,53	0,02%
Gabinete da Vice Governadoria	3.442.887,53	0,02%
Procuradoria Geral do Estado	267.645.083,48	1,62%
Procuradoria Geral do Estado	267.645.083,48	1,62%
Secretaria de Estado de Gestão	2.408.427.366,32	14,55%
Secretaria de Estado de Gestão	66.809.675,71	0,40%
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Mato Grosso	55.577.372,48	0,34%
Mato Grosso Previdência	2.262.876.931,12	13,67%
Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado de Mato Grosso	23.163.387,01	0,14%
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários	120.426.660,51	0,73%
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários	28.747.776,70	0,17%
Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural	89.253.074,87	0,54%
Central de Abastecimento do Estado de Mato Grosso	2.425.808,94	0,01%
Gabinete de Comunicação	39.395.296,02	0,24%
Gabinete de Comunicação	39.395.296,02	0,24%
Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer	2.471.279.156,99	14,93%
Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer	2.429.909.743,07	14,68%
Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso	41.369.413,92	0,25%
Secretaria de Estado de Fazenda	657.988.898,38	3,97%
Secretaria de Estado de Fazenda	657.988.898,38	3,97%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	405.272.914,55	2,45%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	142.586.043,51	0,86%
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso	13.485.449,18	0,08%
Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso	28.500.000,00	0,17%
Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso	136.740.336,74	0,83%
Companhia Mato-Grossense de Mineração	14.202.562,97	0,09%
Companhia Mato-Grossense de Gás	3.350.679,94	0,02%
Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial	66.407.842,21	0,40%
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	416.589.157,66	2,52%
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	409.935.723,09	2,48%
Fundação Nova Chance	1.967.752,91	0,01%
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	4.685.681,66	0,03%



DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS	ORÇAMENTO 2016 (R\$) - (A)	% DO ORÇAMENTO
Secretaria de Estado de Segurança Pública	2.127.072.682,81	12,85%
Secretaria de Estado de Segurança Pública	1.916.840.626,88	11,58%
Departamento Estadual de Trânsito	210.232.055,93	1,27%
Secretaria de Estado de Planejamento	207.407.524,17	1,25%
Secretaria de Estado de Planejamento	66.833.357,39	0,40%
Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso	137.392.059,62	0,83%
MT Participações e Projetos S.A.	3.182.107,16	0,02%
Secretaria de Estado de Saúde	1.463.539.039,19	8,84%
Fundo Estadual de Saúde	1.463.539.039,19	8,84%
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social	115.319.608,39	0,70%
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social	91.306.766,40	0,55%
Fundo para Infância e Adolescência	581.153,65	0,00%
Fundo Estadual de Assistência Social	23.431.688,34	0,14%
Secretaria de Estado de Cultura	58.824.130,74	0,36%
Secretaria de Estado de Cultura	58.824.131,74	0,36%
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	1.016.529.547,59	6,14%
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	1.016.529.547,59	6,14%
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	402.845.482,23	2,43%
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	49.495.383,56	0,30%
Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso	309.150.750,55	1,87%
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso	44.199.348,12	0,27%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	142.442.641,73	0,86%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	142.442.641,73	0,86%
Secretaria de Estado das Cidades	240.468.963,30	1,45%
Secretaria de Estado das Cidades	221.884.277,50	1,34%
Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso -SANEMAT	18.584.685,80	0,11%
Encargos Gerais do Estado	957.151.949,88	5,78%
Recursos sob a Supervisão da SEGES	55.240.083,62	0,33%
Recursos sob a Supervisão da SEFAZ	901.911.866,26	5,45%
Reserva de Contingência	133.690.877,25	0,81%
Reserva de Contingência	133.690.877,25	0,81%
TOTAL	16.553.492.816,81	100,00%

Fonte: Lei Orçamentária/2016

204. Durante o exercício de 2016 foram abertos créditos suplementares que alteraram o Orçamento inicial, conforme demonstrado por Poder e Órgão na tabela a seguir.



TABELA 39 - DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS - ORÇAMENTO INICIAL VS FINAL

DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO FINAL (R\$)	VARIAÇÃO - (%)
1. PODER LEGISLATIVO	817.729.213,13	857.151.349,28	4,82%
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	467.809.566,48	499.418.296,13	6,76%
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso	429.467.563,36	440.786.316,69	2,64%
Diretoria Gestora do Extinto Fundo de Assistência Parlamentar	21.522.703,59	21.522.703,59	0,00%
Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo	16.819.299,53	37.109.275,85	120,64%
TRIBUNAL DE CONTAS	349.919.646,65	357.733.053,15	2,23%
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso	349.919.646,65	357.733.053,15	2,23%
2. PODER JUDICIÁRIO	1.367.334.238,00	1.428.215.765,84	4,45%
Tribunal de Justiça	1.367.334.238,00	1.428.215.765,84	4,45%
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	1.119.941.477,64	1.164.441.543,79	3,97%
Fundo de Apoio ao Judiciário	247.392.760,36	263.774.222,05	6,62%
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	453.370.846,53	473.064.577,67	4,34%
Procuradoria Geral de Justiça	453.370.846,53	473.064.577,67	4,34%
Procuradoria Geral da Justiça	452.970.011,18	469.868.310,82	3,73%
Fundo de Apoio ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso	400.835,35	3.196.266,85	697,40%
4. DEFENSORIA PÚBLICA	123.234.750,22	120.116.416,17	-2,53%
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso	123.234.750,22	120.116.416,17	-2,53%
5. PODER EXECUTIVO	13.791.823.768,93	15.015.869.104,26	8,88%
CASA CIVIL	81.921.953,53	66.661.284,36	-18,63%
Casa Civil	25.207.529,00	18.195.026,63	-27,82%
Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional	5.562.000,60	3.041.378,19	-45,32%
Gabinete de Governo	10.570.872,11	9.566.091,84	-9,51%
Gabinete de Assuntos Estratégicos	2.400.000,00	1.773.586,36	-26,10%
Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção	3.234.953,69	1.556.291,35	-51,89%
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso	12.858.872,45	13.435.612,41	4,49%
Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - AGEM/VRC	1.765.849,94	1.317.013,78	-25,42%
Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso	20.321.875,74	17.776.283,80	-12,53%
Casa Militar	19.567.713,97	23.270.097,58	18,92%
Casa Militar	19.567.713,97	23.270.097,58	18,92%
Controladoria Geral do Estado	34.574.232,71	37.086.387,43	7,27%
Controladoria Geral do Estado	34.574.232,71	37.086.387,43	7,27%
Gabinete da Vice Governadoria	3.442.887,53	2.432.552,15	-29,35%
Gabinete da Vice Governadoria	3.442.887,53	2.432.552,15	-29,35%
Procuradoria Geral do Estado	267.645.083,48	311.745.884,93	16,48%
Procuradoria Geral do Estado	267.645.083,48	311.745.884,93	16,48%
Secretaria de Estado de Gestão	2.408.427.366,32	2.593.765.317,55	7,70%
Secretaria de Estado de Gestão	66.809.675,71	66.538.633,70	-0,41%
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Mato Grosso	55.577.372,48	130.323.865,99	134,49%
Mato Grosso Previdência	2.262.876.931,12	2.384.021.699,49	5,35%
Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado de Mato Grosso	23.163.387,01	12.881.118,37	-44,39%
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários	120.426.660,51	152.351.387,55	26,51%
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários	28.747.776,70	43.567.614,27	51,55%
Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural	89.253.074,87	105.845.785,70	18,59%
Central de Abastecimento do Estado de Mato Grosso	2.425.808,94	2.937.987,58	21,11%
Gabinete de Comunicação	39.395.296,02	57.427.571,88	45,77%
Gabinete de Comunicação	39.395.296,02	57.427.571,88	45,77%
Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer	2.471.279.156,99	2.655.532.977,21	7,46%



DESPESA POR PODERES E ÓRGÃOS	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	ORÇAMENTO FINAL (R\$)	VARIAÇÃO - (%)
Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer	2.429.909.743,07	2.631.911.861,86	8,31%
Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso	41.369.413,92	23.621.115,35	-42,90%
Secretaria de Estado de Fazenda	657.988.898,38	576.123.683,59	-12,44%
Secretaria de Estado de Fazenda	657.988.898,38	576.123.683,59	-12,44%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	405.272.914,55	345.749.853,17	-14,69%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	142.586.043,51	107.984.435,91	-24,27%
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso	13.485.449,18	9.864.482,18	-26,85%
Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso	28.500.000,00	32.017.028,06	12,34%
Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso	136.740.336,74	162.559.251,08	18,88%
Companhia Mato-Grossense de Mineração	14.202.562,97	14.093.172,75	-0,77%
Companhia Mato-Grossense de Gás	3.350.679,94	2.760.895,64	-17,60%
Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial	66.407.842,21	16.470.587,55	-75,20%
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	416.589.157,66	470.681.007,83	12,98%
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	409.935.723,09	463.958.567,11	13,18%
Fundação Nova Chance	1.967.752,91	3.772.468,65	91,71%
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	4.685.681,66	2.949.972,07	-37,04%
Secretaria de Estado de Segurança Pública	2.127.072.682,81	2.369.450.547,85	11,39%
Secretaria de Estado de Segurança Pública	1.916.840.626,88	2.243.836.954,77	17,06%
Departamento Estadual de Trânsito	210.232.055,93	125.613.593,08	-40,25%
Secretaria de Estado de Planejamento	207.407.524,17	201.153.652,87	-3,02%
Secretaria de Estado de Planejamento	66.833.357,39	55.060.705,72	-17,61%
Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso	137.392.059,62	141.787.264,34	3,20%
MT Participações e Projetos S.A.	3.182.107,16	4.305.682,81	35,31%
Secretaria de Estado de Saúde	1.463.539.039,19	1.757.804.199,13	20,11%
Fundo Estadual de Saúde	1.463.539.039,19	1.757.804.199,13	20,11%
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social	115.319.608,39	85.938.949,64	-25,48%
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social	91.306.766,40	68.350.575,03	-25,14%
Fundo para Infância e Adolescência	581.153,65	451.763,28	-22,26%
Fundo Estadual de Assistência Social	23.431.688,34	17.136.611,33	-26,87%
Secretaria de Estado de Cultura	58.824.130,74	50.752.968,30	-13,72%
Secretaria de Estado de Cultura	58.824.131,74	50.752.968,30	-13,72%
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	1.016.529.547,59	1.111.946.641,97	9,39%
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	1.016.529.547,59	1.111.946.641,97	9,39%
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	402.845.482,23	437.202.658,77	8,53%
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	49.495.383,56	78.583.568,59	58,77%
Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso	309.150.750,55	329.851.401,96	6,70%
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso	44.199.348,12	28.767.688,22	-34,91%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	142.442.641,73	151.058.024,40	6,05%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	142.442.641,73	151.058.024,40	6,05%
Secretaria de Estado das Cidades	240.468.963,30	204.971.865,36	-14,76%
Secretaria de Estado das Cidades	221.884.277,50	186.649.703,89	-15,88%
Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso -SANEMAT	18.584.685,80	18.322.161,47	-1,41%
Encargos Gerais do Estado	957.151.949,88	1.352.761.590,74	41,33%
Recursos sob a Supervisão da SEGES	55.240.083,62	244.579.750,58	342,76%
Recursos sob a Supervisão da SEFAZ	901.911.866,26	1.108.181.840,16	22,87%
Reserva de Contingência	133.690.877,25	0,00	-100,00%
Reserva de Contingência	133.690.877,25	0,00	-100,00%
TOTAL	16.553.492.816,81	17.894.417.213,22	8,10%

Fonte: Iplan – Resumo Despesa por Unidade Orçamentária, LOA/2016



205. As alterações ocorridas no orçamento do Estado, a partir dos valores iniciais aprovados pela LOA até os montantes finais consolidados no Balanço Geral, demonstram variações que vão de 75,20% negativos, como a redução ocorrida no Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial – unidade orçamentária da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, até 697,40% positivos, elevação que foi constatada no Fundo de Apoio ao Ministério Público do Estado.
206. Estão demonstradas a seguir, as alterações orçamentárias oriundas da abertura de créditos adicionais, conforme exposto na tabela.

TABELA 40 - DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

ORÇAMENTO	R\$
Assembleia Legislativa	467.809.566,48
Poder Executivo	13.791.823.768,93
Poder Judiciário	1.367.334.238,00
Tribunal de Contas	349.919.646,65
Ministério Público	453.370.846,53
Defensoria Pública	123.234.750,22
A) ORÇAMENTO INICIAL	16.553.492.816,81
B) ALTERAÇÕES	5.554.568.881,76
Remanejamento de recursos entre PAOE(S)	2.691.768.737,66
Transposição de recursos de uma UO para outra	1.192.333.531,26
Excesso de arrecadação	722.864.982,94
Reversão de excesso de arrecadação concedido por tendência	-5.945.001,00
Superávit financeiro	571.199.867,83
Convênios celebrados	42.898.224,17
Reversão por economia orçamentária	326.050.496,43
Crédito especial para incorporação de recursos de excesso de arrec., superávit finan., convên. e op. Crédito	9.906.322,47
Crédito especial por anulação	3.491.720,00
C) ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES	4.213.644.485,35
ORÇAMENTO FINAL - (A+B-C)	17.894.417.213,22

Fonte: Balanço Geral; Contas Anuais



4.2. RECEITAS

4.2.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

207. As receitas efetivamente realizadas pelo Governo do Estado no exercício de 2016 totalizaram R\$ 16.638.919.334,06 (dezesesseis bilhões seiscentos e trinta e oito milhões novecentos e dezenove mil trezentos e trinta e quatro reais e seis centavos), sendo que, deste valor, R\$ 1.907.418.020,30 (um bilhão novecentos e sete milhões quatrocentos e dezoito mil e vinte reais e trinta centavos) refere-se a receitas intraorçamentárias, com a distribuição por fonte detalhada a seguir.

TABELA 41 - COMPARATIVO ENTRE RECEITA PREVISTA E REALIZADA – 2016

DETALHAMENTO DAS RECEITAS	PREVISÃO LOA - R\$ - (A)	VALOR Realizado (R\$) - (B)	RESULTADO	
			Valor (B - A)	%
RECEITAS CORRENTES	19.282.909.011,85	20.967.899.768,71	1.684.990.756,86	8,74%
Receita Tributária	11.437.126.736,25	12.507.914.869,21	1.070.788.132,96	9,36%
ICMS (bruto)	9.747.926.371,69	10.539.566.366,89	791.639.995,20	8,12%
IPVA	586.840.000,00	585.368.720,69	-1.471.279,31	-0,25%
ITCD	58.791.083,20	103.201.754,78	44.410.671,58	75,54%
IRRF*	803.690.143,07	1.097.766.655,04	294.076.511,97	36,59%
Taxas	239.879.138,29	182.011.371,81	-57.867.766,48	-24,12%
Receita de Contribuições	1.640.400.594,83	1.705.164.477,38	64.763.882,55	3,95%
Receita Patrimonial	159.366.262,05	323.506.518,34	164.140.256,29	103,00%
Receita Agropecuária	220.126,97	110.614,26	-109.512,71	-49,75%
Receita Industrial	3.441.191,86	8.428.147,28	4.986.955,42	144,92%
Receita de Serviços	684.016.815,80	536.307.348,04	-147.709.467,76	-21,59%
Transferências Correntes	4.539.251.198,18	4.715.879.757,34	176.628.559,16	3,89%
Outras Receitas Correntes	819.086.085,91	1.170.588.036,86	351.501.950,95	42,91%
DEDUÇÕES	-5.878.918.570,03	-6.685.670.321,81	-806.751.751,78	13,72%
Receita de Capital	1.291.017.494,16	449.271.866,86	-841.745.627,30	-65,20%
Operação de Crédito	817.395.467,88	367.981.088,54	-449.414.379,34	-54,98%
Alienação de Bens	3.114.655,88	1.664.782,10	-1.449.873,78	-46,55%
Amortização de Empréstimos	2.553.918,97	0,00	-2.553.918,97	-100,00%
Transferência de Capital	178.925.186,29	79.584.485,64	-99.340.700,65	-55,52%
Outras Receitas de Capital	289.028.265,14	41.510,58	-288.986.754,56	-99,99%
Receita Arrecadada (Excluídas as intraorçamentárias)	14.695.007.935,98	14.731.501.313,76	36.493.377,78	0,25%
Receitas Intraorçamentárias	1.858.484.880,83	1.907.418.020,30	48.933.139,47	2,63%
Receita Total	16.553.492.816,81	16.638.919.334,06	85.426.517,25	0,52%

Fonte: LOA/2016, Balanço Geral do Estado



208. A seguir estão demonstradas as receitas dos anos de 2007 a 2016, que apresentaram variação crescente, com exceção dos exercícios de 2013 e de 2015, excluídas as receitas intraorçamentárias.

TABELA 42 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016

R\$ Milhões

RECEITAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES	7.024,2	8.398,3	8.873,4	9.681,1	10.871,9	13.699,9	15.618,3	21.891,3	19.028,5	20.967,9
Receita Tributária	3.874,7	4.629,2	4.868,0	5.192,6	5.749,5	7.708,2	8.790,5	9.900,8	11.068,2	12.507,9
ICMS (bruto)	3.463,5	4.114,3	4.277,9	4.513,7	4.925,1	6.785,4	7.578,1	8.525,2	9.542,1	10.539,6
IPVA	166,8	196,2	239,9	261,4	305,7	354,2	399,7	467,1	537,5	585,4
ITCD	8,0	16,0	18,3	21,0	26,8	45,3	51,4	50,0	80,2	103,2
IRRF	194,8	245,1	257,0	319,7	391,1	404,6	594,6	666,0	701,6	1.097,8
Taxas	41,6	57,5	74,8	76,8	100,7	118,7	166,8	192,4	206,7	182,0
Receita de Contribuições	864,6	658,5	816,7	884,9	902,4	1.215,8	1.240,1	1.458,5	1.479,6	1.705,2
Receita Patrimonial	76,3	114,0	104,9	85,7	93,3	174,8	156,8	221,5	377,8	323,5
Receita Agropecuária	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Receita Industrial	9,5	3,1	2,4	2,3	2,1	2,3	4,9	3,2	3,4	8,4
Receita de Serviços	192,8	226,3	209,2	231,5	231,0	349,3	375,6	441,1	495,8	536,3
Transferências Correntes	1.772,2	2.390,5	2.456,8	2.684,9	3.080,0	3.213,6	3.237,4	3.763,7	3.908,6	4.715,9
Outras Receitas Correntes	234,0	376,6	415,4	599,3	813,3	1.035,8	1.812,9	6.102,4	1.695,0	1.170,6
Deduções	-593,1	-790,2	-885,5	-941,2	-1.245,5	-2.774,9	-5.494,5	-10.170,8	-6.821,7	-6.685,7
Receita de Capital	104,5	64,8	294,0	619,0	264,1	1.445,9	1.453,2	1.232,8	279,6	449,3
Operação de Crédito	0,0	0,0	95,6	364,3	90,0	1.329,8	1.131,8	1.028,8	239,4	368,0
Alienação de Bens	82,0	19,3	30,9	4,8	6,2	9,0	16,2	13,4	6,3	1,7
Amortização de Empréstimos	3,7	4,0	3,4	2,9	3,7	3,2	2,4	2,2	3,8	0,0
Transferência de Capital	12,1	39,9	162,7	245,6	62,9	99,9	298,4	186,8	27,0	79,6
Outras Receitas de Capital	6,7	1,6	1,4	1,4	101,3	4,0	4,4	1,7	3,1	0,0
Receita Arrecadada (exceto as Intraorçamentárias)	6.535,7	7.673,0	8.281,8	9.359,0	9.890,5	12.370,9	11.577,0	12.953,3	12.486,4	14.731,5
% - Variação	-	17,40%	7,94%	13,01%	5,68%	25,08%	-6,42%	11,89%	-3,60%	17,98%

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado (anexo 10) - 2016



GRÁFICO 48 - RECEITA ARRECADADA 2007 A 2016



Fonte: Balanço Geral do Estado

209. Quando se compara a receita estimada com a realizada em 2016, verifica-se que entre os Poderes e Órgãos, somente o Executivo e a Defensoria Pública apresentaram receitas realizadas maiores que a estimada, conforme tabela a seguir.

TABELA 43 - RECEITAS ESTIMADAS E REALIZADAS EM 2016 POR PODERES E ÓRGÃOS

Receitas por Poderes e Órgãos	Receitas Estimadas (A)	% da Receita Estimada/ Orçamento	Receitas Arrecadadas (B)	% da Receita Realizada / Total	(B-A)
1. PODER LEGISLATIVO	817.729.213,13	4,94%	764.862.725,08	4,60%	-52.866.488,05
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	467.809.566,48	2,83%	453.237.628,13	2,72%	-14.571.938,35
TRIBUNAL DE CONTAS	349.919.646,65	2,11%	311.625.096,95	1,87%	-38.294.549,70
2. PODER JUDICIÁRIO	1.367.334.238,00	8,26%	1.337.391.301,14	8,04%	-29.942.936,86
Tribunal de Justiça	1.367.334.238,00	8,26%	1.337.391.301,14	8,04%	-29.942.936,86
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	1.119.941.477,64	6,77%	1.068.982.551,96	6,42%	-50.958.925,68
Fundo de Apoio ao Judiciário	247.392.760,36	1,49%	268.408.749,18	1,61%	21.015.988,82
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	453.370.846,53	2,74%	402.047.386,85	2,42%	-51.323.459,68
Procuradoria Geral de Justiça	453.370.846,53	2,74%	402.047.386,85	2,42%	-51.323.459,68
Procuradoria Geral da Justiça	452.970.011,18	2,74%	401.377.357,85	2,41%	-51.592.653,33
Fundo de Apoio ao MPE - MT	400.835,35	0,00%	670.029,00	0,00%	269.193,65
4. DEFENSORIA PÚBLICA	123.234.750,22	0,74%	126.773.546,11	0,76%	3.538.795,89
5. PODER EXECUTIVO	13.791.823.768,93	83,32%	14.007.844.374,88	84,19%	216.020.605,95
TOTAL	16.553.492.816,81	100,00%	16.638.919.334,06	100,00%	85.426.517,25

Fonte: Fiplan – anexo 10



4.2.2. RENÚNCIA FISCAL

210. Segundo a LDO/16, a estimativa de renúncia de receita para o exercício de 2016 foi de R\$ 1.715.478.650,44 (um bilhão, setecentos e quinze milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos), representando o teto para as concessões ou ampliações dos incentivos ou benefícios fiscais em 2016.
211. Ao consultar o FIP 215 – sistema Fiplan - constatou-se que as concessões ou ampliações dos incentivos ou benefícios fiscais decorrentes de renúncia de receita ultrapassaram em R\$ 142.695.532,45 (cento e quarenta e dois milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos) o limite estipulado na LDO/16, representando 8,32% a mais em relação ao valor estimado.

TABELA 44 - RENÚNCIA DE RECEITA ESTIMADA E REALIZADA

DESCRIÇÃO	Estimado (a)		Realizado (b)		Diferença (c=b-a)	
	2016	ΔV %	2016	ΔV %	2016	ΔV %
PROGRAMAS	R\$ 1.217.267.673,98	70,96%	R\$ 1.804.974.281,96	97,14%	R\$ 587.706.607,98	148,28%
PRODEC	R\$ 1.207.192.730,00	99,17%	R\$ 1.792.367.449,01	99,30%	R\$ 585.174.719,01	148,47%
PRODEI	R\$ 968.824,38	0,08%	R\$ 0,00	0,00%	-R\$ 968.824,38	0,00%
COMÉRCIO EXTERIOR (importação)	R\$ 544.594,61	0,04%	R\$ 0,00	0,00%	-R\$ 544.594,61	0,00%
PRODETUR	R\$ 2.000.000,00	0,16%	R\$ 0,00	0,00%	-R\$ 2.000.000,00	0,00%
PROGRAMAS SETORIAIS	R\$ 141.867,69	0,01%	R\$ 38.020,50	0,00%	-R\$ 103.847,19	0,00%
PRODER	R\$ 4.106.800,53	0,34%	R\$ 12.084.226,14	0,67%	R\$ 7.977.425,61	1,00%
PROALMAT - Agricultura	R\$ 1.512.856,77	0,12%	R\$ 484.586,31	0,03%	-R\$ 1.028.270,46	0,04%
PRODECIT	R\$ 800.000,00	0,07%	R\$ 0,00	0,00%	-R\$ 800.000,00	0,00%
NÃO PROGRAMÁTICOS	R\$ 498.210.976,46	29,04%	R\$ 53.199.900,93	2,86%	-R\$ 445.011.075,53	10,68%
TOTAL GERAL	R\$ 1.715.478.650,44	100,00%	R\$ 1.858.174.182,89	100,00%	R\$ 142.695.532,45	108,32%

Fonte: LDO 2016, Fiplan-FIP 215

4.2.3. DÍVIDA ATIVA

212. Durante o exercício, o saldo da Dívida Ativa aumentou em 27,70% em relação ao estoque do exercício de 2015, enquanto a recuperação de créditos representou 0,19% do mesmo saldo, conforme exposição a seguir.



TABELA 45 - Dívida Ativa - 2007 A 2016

R\$ Milhões

Exercício	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Saldo Final	6.094	6.447	7.376	9.756	10.886	11.508	12.249	16.636	24.282	31.010
variação -%	-	5,79%	14,42%	32,25%	11,58%	5,72%	6,44%	35,81%	45,97%	27,70%
Recebimento	22	99	33	50	40	69	36	36	69	46
variação -%	-	352,77%	-66,95%	51,84%	-19,28%	70,53%	-47,38%	-1,40%	92,46%	-32,33%
% - Recebimento Dívida Ativa	-	1,63%	0,51%	0,68%	0,41%	0,63%	0,31%	0,29%	0,41%	0,19%

Fonte: Balanços Gerais do Estado

213. Ao analisar o histórico da evolução do saldo da Dívida Ativa em relação a Receita Orçamentária Realizada, no período de 2007 a 2016, verifica-se um crescimento exponencial, a partir de 2012, saindo de 93,03% para 210,50% em 2016, conforme demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 46 – SALDO DA DÍVIDA ATIVA VS RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA

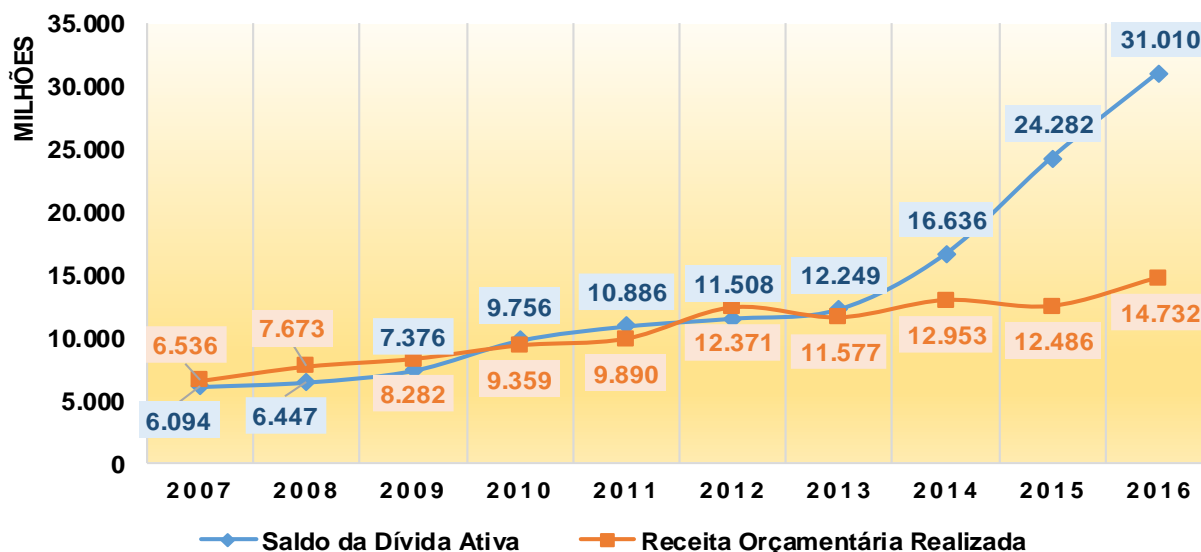
R\$ Milhões

Exercício	Saldo da Dívida Ativa (a)	Receita Orçamentária Realizada (b)	(a/b)
2007	6.093.972.867,72	6.535.675.977,72	93,24%
2008	6.446.974.952,30	7.672.954.753,88	84,02%
2009	7.376.414.587,85	8.281.836.894,65	89,07%
2010	9.755.660.473,62	9.358.966.473,84	104,24%
2011	10.885.708.579,49	9.890.460.100,19	110,06%
2012	11.508.232.612,51	12.370.863.493,18	93,03%
2013	12.249.249.835,30	11.577.036.633,47	105,81%
2014	16.635.679.999,48	12.953.307.284,59	128,43%
2015	24.282.279.363,38	12.486.394.952,18	194,47%
2016	31.009.665.674,67	14.731.501.313,76	210,50%

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016



GRÁFICO 49 - EVOLUÇÃO DO SALDO DÍVIDA ATIVA E DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA



Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado - 2016

4.3. DESPESAS

214. O orçamento inicial do Governo do Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2016, foi de R\$ 16.553.492.816,81 (dezesesseis bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, oitocentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos) e, após a abertura de créditos adicionais, a autorização do orçamento registrou o montante de R\$ 17.894.417.213,22 (dezessete bilhões, oitocentos e noventa e quatro milhões, quatrocentos e dezessete mil, duzentos e treze reais e oitenta e vinte e dois centavos), perfazendo uma suplementação de R\$ 1.340.924.396,41 (um bilhão, trezentos e quarenta milhões, novecentos e vinte e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e quarenta e um centavos), ou 8,10% do orçamento inicial.
215. Quanto ao montante suplementado, cabe ressaltar que 91,28%, ou R\$ 1.224.045.335,33 (um bilhão, duzentos e vinte e quatro milhões, quarenta e cinco mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta e três centavos), refere-se ao Poder Executivo, que apresentou o maior percentual de acréscimo, conforme exposto na tabela a seguir.



TABELA 47 - ORÇAMENTO INICIAL VS AUTORIZADO DE 2016 - POR PODERES E ÓRGÃOS

Orçamento por Poderes e Órgãos	ORÇAMENTO Inicial 2016 (R\$) - (A)	% DO ORÇAMENTO TOTAL	ORÇAMENTO Autorizado 2016 (R\$) - (A)	Variação % DO ORÇAMENTO 2016
1. PODER LEGISLATIVO	817.729.213,13	4,94%	857.151.349,28	4,82%
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	467.809.566,48	2,83%	499.418.296,13	6,76%
TRIBUNAL DE CONTAS	349.919.646,65	2,11%	357.733.053,15	2,23%
2. PODER JUDICIÁRIO	1.367.334.238,00	8,26%	1.428.215.765,84	4,45%
Tribunal de Justiça	1.367.334.238,00	8,26%	1.428.215.765,84	4,45%
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	1.119.941.477,64	6,77%	1.164.441.543,79	3,97%
Fundo de Apoio ao Judiciário	247.392.760,36	1,49%	263.774.222,05	6,62%
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	453.370.846,53	2,74%	473.064.577,67	4,34%
Procuradoria Geral de Justiça	453.370.846,53	2,74%	473.064.577,67	4,34%
Procuradoria Geral da Justiça	452.970.011,18	2,74%	469.868.310,82	3,73%
Fundo de Apoio ao MPE - MT - 08601	400.835,35	0,00%	3.196.266,85	697,40%
4. DEFENSORIA PÚBLICA	123.234.750,22	0,74%	120.116.416,17	-2,53%
5. PODER EXECUTIVO	13.791.823.768,93	83,32%	15.015.869.104,26	8,87%
TOTAL	16.553.492.816,81	100,00%	17.894.417.213,22	8,10%

Fonte: LOA, Balanço Geral do Estado

216. As despesas realizadas no exercício totalizaram R\$ 17.024.984.160,26 (dezessete bilhões vinte e quatro milhões novecentos e oitenta e quatro mil cento e sessenta reais e vinte e seis centavos), sendo que, deste total, R\$ 2.053.528.338,73 (dois bilhões cinquenta e três milhões quinhentos e vinte e oito mil trezentos e trinta e oito reais e setenta e três centavos) refere-se a Despesas Intraorçamentárias, com a distribuição por categoria econômica, conforme elencada na tabela a seguir.

TABELA 48 - DESPESA POR NATUREZA PREVISTA VS REALIZADA - 2016

Grupos de Despesas	Prevista (R\$)	Realizada* (R\$)	Variação - (%) B/A
Despesas correntes	14.156.949.115,11	13.169.754.122,22	-6,97%
Pessoal e Encargos Sociais	10.194.077.085,31	9.309.817.107,00	-8,67%
Juros e Encargos da Dívida	266.164.338,55	380.318.323,16	42,89%
Outras Despesas Correntes	3.696.707.691,25	3.479.618.692,06	-5,87%
Despesas de Capital	2.262.852.824,45	1.801.701.699,31	-20,38%
Investimentos	1.760.350.448,87	1.191.002.515,19	-32,34%
Inversão Financeira	8.910.114,32	1.385.432,90	-84,45%
Amortização da Dívida	493.592.261,26	609.313.751,22	23,44%
Reserva de Contingência	133.690.877,25		-100,00%
Total da Despesa (exceto intraorçamentária)	16.553.492.816,81	14.971.455.821,53	-9,56%
Despesa intraorçamentária		2.053.528.338,73	
Despesa Total	16.553.492.816,81	17.024.984.160,26	2,85%

Fonte: LOA 2016, Balanço Geral



217. A tabela a seguir trata da comparação entre a despesa autorizada (inclusos os créditos adicionais) e a despesa realizada, que apresentou economia orçamentária de R\$ 869.433.052,96 (oitocentos e sessenta e nove reais, quatrocentos e trinta e três mil, cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos).

TABELA 49 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA - AUTORIZADA VS REALIZADA- 2016

Grupos de Despesas	Despesa Autorizada (R\$)	Despesa Realizada (R\$)
Despesas correntes	13.738.235.490,29	13.169.754.122,22
Pessoal e Encargos Sociais	9.424.087.147,41	9.309.817.107,00
Juros e Encargos da Dívida	380.358.760,30	380.318.323,16
Outras Despesas Correntes	3.933.789.582,58	3.479.618.692,06
Despesas de Capital	2.084.636.777,63	1.801.701.699,31
Investimentos	1.460.809.409,97	1.191.002.515,19
Inversão Financeira	1.638.334,64	1.385.432,90
Amortização da Dívida	622.189.033,02	609.313.751,22
Total da Despesa (exceto intraorçamentária)	15.822.872.267,92	14.971.455.821,53
economia orçamentaria	851.416.446,39	
Despesa intraorçamentária	2.071.544.945,30	2.053.528.338,73
Total da Despesa	17.894.417.213,22	17.024.984.160,26
economia orçamentaria	869.433.052,96	

Fonte: Balanço Geral

218. A seguir estão demonstradas as despesas orçamentárias (excluindo as intraorçamentárias) dos anos de 2007 a 2016, que apresentaram variação crescente, com exceção dos exercícios de 2013. Cabe ressaltar o crescimento exponencial da despesa de pessoal e encargos sociais, passando de R\$ 2,61 bilhões em 2007, para R\$ 9,30 bilhões em 2016, ou seja, crescimento nominal de 255,78%.



TABELA 50 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016

R\$ Milhões

Grupos de Despesas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas correntes	5.297,8	6.347,8	7.236,3	7.999,4	8.782,7	9.625,8	8.862,1	10.237,9	11.310,2	13.169,8
Pessoal e Encargos Sociais	2.616,7	3.109,3	3.491,9	3.982,6	4.615,0	5.224,3	5.831,7	6.854,1	7.850,7	9.309,8
Juros e Encargos da Dívida	389,3	420,0	473,2	578,8	444,6	210,9	289,1	367,5	472,8	380,3
Outras Despesas Correntes	2.291,8	2.818,5	3.271,2	3.438,0	3.723,1	4.190,6	2.741,2	3.016,3	2.986,7	3.479,6
Despesas de Capital	849,2	1.135,9	1.534,8	1.100,9	1.347,8	2.566,8	2.729,5	2.211,9	1.456,6	1.801,7
Investimentos	567,9	838,0	1.172,1	802,2	775,6	853,7	2.363,6	1.763,7	848,9	1.191,0
Inversão Financeira	11,2	11,8	12,5	3,2	5,5	4,5	12,2	76,9	10,9	1,4
Amortização da Dívida	270,0	286,1	350,2	295,5	566,7	1.708,6	353,8	371,3	596,8	609,3
Total da Despesa Orçamentária (exceto a Intraorçamentária)	6.147,0	7.483,7	8.771,1	9.100,3	10.130,5	12.192,6	11.591,6	12.449,8	12.766,8	14.971,5
Despesa Intraorçamentária	365,4	422,7	531,1	650,0	799,1	953,6	1.130,0	1.284,3	1.586,3	2.053,5
Despesa Total	6.512,4	7.906,4	9.302,3	9.750,3	10.929,5	13.146,3	12.721,6	13.734,1	14.353,1	17.025,0

Fonte: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327844/pge_exec_orc_estados_1995_2013.xls/91083ff8-d5dd-4460-9403-1a22ea879240, STN-Siconfi- (2014-2015), Balanço Geral do Estado (anexo 10) - 2016, Balanço Geral do Estado

GRÁFICO 50 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA - 2007 A 2016



Fonte: Balanço Geral do Estado



219. Na tabela a seguir verifica-se a relação da Despesa prevista na LOA com a efetivamente realizada (Despesa Empenhada) por Poder e Órgão, evidenciando que entre os Poderes, somente o Executivo realizou despesa maior que a prevista (4,16%). Já o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública registraram redução de 12,30% e 5,51%, respectivamente, assim como o Poder Legislativo, que reduziu despesas em 3,27% (sendo 4,21% da Assembleia Legislativa e 13,27% do Tribunal de Contas do Estado).

TABELA 51 – DESPESA AUTORIZADA NA LOA VS DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA – POR PODER E ÓRGÃO

Despesa por Poderes e Órgãos	DESPESA PREVISTA NA LOA (R\$) - (A)	DESPESA REALIZADA (R\$) - (B)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)	% (B/A)
1. PODER LEGISLATIVO	817.729.213,13	790.988.616,63	4,65%	-3,27%
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	467.809.566,48	487.509.220,63	2,86%	4,21%
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso	429.467.563,36	433.322.286,23	2,55%	0,90%
Diretoria Gestora do Extinto Fundo de Assistência Parlamentar	21.522.703,59	19.204.101,89	0,11%	-10,77%
Instituto de Seguridade Social dos Servidores do Poder Legislativo	16.819.299,53	34.982.832,51	0,21%	107,99%
TRIBUNAL DE CONTAS	349.919.646,65	303.479.396,00	1,78%	-13,27%
Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso	349.919.646,65	303.479.396,00	1,78%	-13,27%
2. PODER JUDICIÁRIO	1.367.334.238,00	1.354.168.266,13	7,95%	-0,96%
Tribunal de Justiça	1.367.334.238,00	1.354.168.266,13	7,95%	-0,96%
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	1.119.941.477,64	1.157.097.990,59	6,80%	3,32%
Fundo de Apoio ao Judiciário	247.392.760,36	197.070.275,54	1,16%	-20,34%
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	453.370.846,53	397.619.349,93	2,34%	-12,30%
Procuradoria Geral de Justiça	453.370.846,53	397.619.349,93	2,34%	-12,30%
Procuradoria Geral da Justiça	452.970.011,18	397.405.559,73	2,33%	-12,27%
Fundo de Apoio ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso	400.835,35	213.790,20	0,00%	-46,66%
4. DEFENSORIA PÚBLICA	123.234.750,22	116.439.880,72	0,68%	-5,51%
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso	123.234.750,22	116.439.880,72	0,68%	-5,51%



Despesa por Poderes e Órgãos	DESPESA PREVISTA NA LOA (R\$) - (A)	DESPESA REALIZADA (R\$) - (B)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)	% (B/A)
5. PODER EXECUTIVO	13.791.823.768,93	14.365.768.046,85	84,38%	4,16%
CASA CIVIL	81.921.953,53	60.265.520,26	0,35%	-26,44%
Casa Civil	25.207.529,00	18.037.429,82	0,11%	-28,44%
Gabinete de Articulação e Desenvolvimento Regional	5.562.000,60	2.085.190,18	0,01%	-62,51%
Gabinete de Governo	10.570.872,11	9.186.267,88	0,05%	-13,10%
Gabinete de Assuntos Estratégicos	2.400.000,00	1.720.830,89	0,01%	-28,30%
Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção	3.234.953,69	1.514.100,38	0,01%	-53,20%
Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Mato Grosso	12.858.872,45	10.838.916,30	0,06%	-15,71%
Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá - AGEM/VRC	1.765.849,94	1.304.625,23	0,01%	-26,12%
Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso	20.321.875,74	15.578.159,58	0,09%	-23,34%
Casa Militar	19.567.713,97	22.551.646,59	0,13%	15,25%
Casa Militar	19.567.713,97	22.551.646,59	0,13%	15,25%
Controladoria Geral do Estado	34.574.232,71	37.064.376,87	0,22%	7,20%
Controladoria Geral do Estado	34.574.232,71	37.064.376,87	0,22%	7,20%
Gabinete da Vice Governadoria	3.442.887,53	2.364.721,76	0,01%	-31,32%
Gabinete da Vice Governadoria	3.442.887,53	2.364.721,76	0,01%	-31,32%
Procuradoria Geral do Estado	267.645.083,48	201.156.738,15	1,18%	-24,84%
Procuradoria Geral do Estado	267.645.083,48	201.156.738,15	1,18%	-24,84%
Secretaria de Estado de Gestão	2.408.427.366,32	2.564.444.489,10	15,06%	6,48%
Secretaria de Estado de Gestão	66.809.675,71	65.988.492,22	0,39%	-1,23%
Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Mato Grosso	55.577.372,48	129.978.608,51	0,76%	133,87%
Mato Grosso Previdência	2.262.876.931,12	2.360.691.734,57	13,87%	4,32%
Fundo de Desenvolvimento do Sistema de Pessoal do Estado de Mato Grosso	23.163.387,01	7.785.653,80	0,05%	-66,39%
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários	120.426.660,51	127.065.338,40	0,75%	5,51%
Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários	28.747.776,70	32.280.937,07	0,19%	12,29%
Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural	89.253.074,87	91.944.111,30	0,54%	3,02%
Central de Abastecimento do Estado de Mato Grosso	2.425.808,94	2.840.290,03	0,02%	17,09%
Gabinete de Comunicação	39.395.296,02	57.158.965,23	0,34%	45,09%
Gabinete de Comunicação	39.395.296,02	57.158.965,23	0,34%	45,09%



Despesa por Poderes e Órgãos	DESPESA PREVISTA NA LOA (R\$) - (A)	DESPESA REALIZADA (R\$) - (B)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)	% (B/A)
Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer	2.471.279.156,99	2.563.944.138,61	15,06%	3,75%
Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer	2.429.909.743,07	2.549.578.034,09	14,98%	4,92%
Fundo de Desenvolvimento Desportivo do Estado de Mato Grosso	41.369.413,92	14.366.104,52	0,08%	-65,27%
Secretaria de Estado de Fazenda	657.988.898,38	543.222.593,61	3,19%	-17,44%
Secretaria de Estado de Fazenda	657.988.898,38	543.222.593,61	3,19%	-17,44%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	405.272.914,55	289.383.309,37	1,70%	-28,60%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	142.586.043,51	86.465.149,06	0,51%	-39,36%
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso	13.485.449,18	8.612.655,33	0,05%	-36,13%
Instituto de Pesos e Medidas de Mato Grosso	28.500.000,00	18.980.042,75	0,11%	-33,40%
Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso	136.740.336,74	155.311.773,00	0,91%	13,58%
Companhia Mato-Grossense de Mineração	14.202.562,97	13.505.632,94	0,08%	-4,91%
Companhia Mato-Grossense de Gás	3.350.679,94	1.868.274,17	0,01%	-44,24%
Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial	66.407.842,21	4.639.782,12	0,03%	-93,01%
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	416.589.157,66	450.103.929,92	2,64%	8,05%
Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	409.935.723,09	445.532.216,15	2,62%	8,68%
Fundação Nova Chance	1.967.752,91	3.706.470,58	0,02%	88,36%
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor	4.685.681,66	865.243,19	0,01%	-81,53%
Secretaria de Estado de Segurança Pública	2.127.072.682,81	2.339.641.538,28	13,74%	9,99%
Secretaria de Estado de Segurança Pública	1.916.840.626,88	2.226.008.057,79	13,07%	16,13%
Departamento Estadual de Trânsito	210.232.055,93	113.633.480,49	0,67%	-45,95%
Secretaria de Estado de Planejamento	207.407.524,17	196.740.789,57	1,16%	-5,14%
Secretaria de Estado de Planejamento	66.833.357,39	54.710.143,84	0,32%	-18,14%
Centro de Processamento de Dados do Estado de Mato Grosso	137.392.059,62	137.746.122,56	0,81%	0,26%
MT Participações e Projetos S.A.	3.182.107,16	4.284.523,17	0,03%	34,64%
Secretaria de Estado de Saúde	1.463.539.039,19	1.669.791.270,30	9,81%	14,09%
Fundo Estadual de Saúde	1.463.539.039,19	1.669.791.270,30	9,81%	14,09%
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social	115.319.608,39	69.490.061,06	0,41%	-39,74%
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social	91.306.766,40	57.938.941,66	0,34%	-36,54%



Despesa por Poderes e Órgãos	DESPESA PREVISTA NA LOA (R\$) - (A)	DESPESA REALIZADA (R\$) - (B)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)	% (B/A)
Fundo para Infância e Adolescência	581.153,65	307.361,63	0,00%	-47,11%
Fundo Estadual de Assistência Social	23.431.688,34	11.243.757,77	0,07%	-52,01%
Secretaria de Estado de Cultura	58.824.130,74	41.290.460,22	0,24%	-29,81%
Secretaria de Estado de Cultura	58.824.131,74	41.290.460,22	0,24%	-29,81%
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	1.016.529.547,59	1.087.534.751,68	6,39%	6,99%
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	1.016.529.547,59	1.087.534.751,68	6,39%	6,99%
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	402.845.482,23	405.261.502,82	2,38%	0,60%
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	49.495.383,56	71.756.693,47	0,42%	44,98%
Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso	309.150.750,55	315.747.024,52	1,85%	2,13%
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso	44.199.348,12	17.757.784,83	0,10%	-59,82%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	142.442.641,73	127.737.589,26	0,75%	-10,32%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	142.442.641,73	127.737.589,26	0,75%	-10,32%
Secretaria de Estado das Cidades	240.468.963,30	176.290.071,00	1,04%	-26,69%
Secretaria de Estado das Cidades	221.884.277,50	158.075.062,02	0,93%	-28,76%
Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso - SANEMAT	18.584.685,80	18.215.008,98	0,11%	-1,99%
Encargos Gerais do Estado	957.151.949,88	1.333.264.244,79	7,83%	39,29%
Recursos sob a Supervisão da SEGES	55.240.083,62	237.967.656,41	1,40%	330,79%
Recursos sob a Supervisão da SEFAZ	901.911.866,26	1.095.296.588,38	6,43%	21,44%
Reserva de Contingência	133.690.877,25	0,00	0,00%	-100,00%
Reserva de Contingência	133.690.877,25	0,00	0,00%	-100,00%
TOTAL	16.553.492.816,81	17.024.984.160,26		2,85%

Fonte: LOA 2016, Fiplan

220. Para análise mais detalhada da economia orçamentária de R\$ 869.433.052,96, observa-se na tabela a seguir, a participação de cada Poder e Órgão.



TABELA 52 - ORÇAMENTO AUTORIZADO VS DESPESA EMPENHADA 2016 - POR PODER E ÓRGÃOS

Despesas por Poderes e Órgãos	ORÇAMENTO Autorizado 2016 (R\$) - (A)	Despesa Orçamentária Realizada (R\$) - (B)	Variação % B/A
1. PODER LEGISLATIVO	857.151.349,28	790.988.616,63	-7,72%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	499.418.296,13	487.509.220,63	-2,38%
TRIBUNAL DE CONTAS	357.733.053,15	303.479.396,00	-15,17%
2. PODER JUDICIÁRIO	1.428.215.765,84	1.354.168.266,13	-5,18%
Tribunal de Justiça	1.428.215.765,84	1.354.168.266,13	-5,18%
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	1.164.441.543,79	1.157.097.990,59	-0,63%
Fundo de Apoio ao Judiciário	263.774.222,05	197.070.275,54	-25,29%
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	473.064.577,67	397.619.349,93	-15,95%
Procuradoria Geral de Justiça	473.064.577,67	397.619.349,93	-15,95%
Procuradoria Geral da Justiça	469.868.310,82	397.405.559,73	-15,42%
Fundo de Apoio ao MPE - MT - 08601	3.196.266,85	213.790,20	-93,31%
4. DEFENSORIA PÚBLICA	120.116.416,17	116.439.880,72	-3,06%
5. PODER EXECUTIVO	15.015.869.104,26	14.365.768.046,85	-4,33%
TOTAL	17.894.417.213,22	17.024.984.160,26	-4,86%

Fonte: FIPLAN, Balanço Geral

221. De acordo com a tabela anterior, quem mais contribui para a economia orçamentária foi o Ministério Público do Estado, com 15,95%, seguido pelo Poder Legislativo, com 7,72% (sendo 2,38% da Assembleia Legislativa e 15,17% do Tribunal de Contas do Estado). O Poder Executivo e a Defensoria Pública foram os que registraram os menores percentuais de economia orçamentária, com 4,33% e 3,06%, respectivamente.
222. As despesas realizadas foram distribuídas por função, conforme tabela a seguir.



TABELA 53 - DESPESA POR FUNÇÃO

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$) - (A)	DESPESA REALIZADA (R\$) - (B)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)	% (B/A)
01 - Legislativa	756.665.106,29	725.248.825,54	4,26%	95,85%
02 - Judiciária	1.210.380.396,69	1.158.084.322,18	6,80%	95,68%
03 - Essencial à Justiça	513.235.630,64	457.210.486,16	2,69%	89,08%
04 - Administração	962.791.718,41	781.047.120,91	4,59%	81,12%
06 - Segurança Pública	1.970.422.580,68	2.150.800.750,62	12,63%	109,15%
08 - Assistência Social	41.384.981,39	12.896.327,03	0,08%	31,16%
09 - Previdência Social	3.154.346.314,01	3.691.782.389,00	21,68%	117,04%
10 - Saúde	1.461.341.902,00	1.796.099.682,62	10,55%	122,91%
11 - Trabalho	56.404.026,54	45.994.703,39	0,27%	81,55%
12 - Educação	2.398.265.659,09	2.424.003.554,90	14,24%	101,07%
13 - Cultura	57.225.390,78	37.673.166,28	0,22%	65,83%
14 - Direitos da Cidadania	433.406.262,79	452.430.550,61	2,66%	104,39%
15 - Urbanismo	179.270.455,98	131.013.532,17	0,77%	73,08%
16 - Habitação	5.956.580,00	15.882.209,02	0,09%	266,63%
17 - Saneamento	40.262.372,66	13.787.850,53	0,08%	34,25%
18 - Gestão Ambiental	140.834.671,03	126.324.918,85	0,74%	89,70%
19 - Ciência e Tecnologia	218.995.310,17	216.661.212,29	1,27%	98,93%
20 - Agricultura	239.802.276,50	260.268.457,32	1,53%	108,53%
21 - Organização Agrária	18.405.680,70	11.956.235,39	0,07%	64,96%
22 - Indústria	81.558.964,97	17.515.755,80	0,10%	21,48%
23 - Comércio e Serviços	181.946.066,15	113.621.357,84	0,67%	62,45%
25 - Energia	2.966.049,18	1.611.886,51	0,01%	54,34%
26 - Transporte	1.011.034.874,61	1.056.152.962,55	6,20%	104,46%
27 - Desporto e Lazer	45.098.501,24	14.561.104,52	0,09%	32,29%
28 - Encargos especiais	1.237.800.167,06	1.312.354.798,23	7,71%	106,02%
Reserva de Contingência e RPPS	133.690.877,25		0,00%	0,00%
Total da Despesa (exceto a Intraorçamentária)	16.553.492.816,81	14.971.455.821,53	-	-
Despesa intraorçamentária		2.053.528.338,73	12,06%	
Total da Despesa	16.553.492.816,81	17.024.984.160,26		

Fonte: LOA 2016, Balanço Geral do Estado de MT – 2016

223. As Despesas Empenhadas e Liquidadas no exercício de 2016 totalizaram, respectivamente, R\$ 17.024.984.160,26 (dezessete bilhões, vinte e quatro milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, cento e sessenta reais e vinte e seis centavos) e R\$ 16.272.427.109,62 (dezesseis bilhões, duzentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, cento e nove reais e sessenta e dois centavos), representando 95,58% do total empenhado. As Despesas Pagas totalizaram R\$ 15.213.425.105,77 (quinze bilhões, duzentos e treze milhões, quatrocentos e vinte



e cinco mil, cento e cinco reais e setenta e sete centavos), representando 93,49% do total liquidado.

TABELA 54 - DESPESA ORÇAMENTÁRIA: EMPENHADA X LIQUIDADAS X PAGAS

Despesas por Poderes e Órgãos	Despesas (R\$)			% B/A	% C/B
	Empenhadas (A)	Liquidadas (B)	Pagas (C)		
1. PODER LEGISLATIVO	790.988.616,63	771.434.294,74	742.302.833,33	97,53%	96,22%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	487.509.220,63	472.584.078,85	461.085.142,30	96,94%	97,57%
TRIBUNAL DE CONTAS	303.479.396,00	298.850.215,89	281.217.691,03	98,47%	94,10%
2. PODER JUDICIÁRIO	1.354.168.266,13	1.307.457.938,13	1.292.510.033,94	96,55%	98,86%
Tribunal de Justiça	1.354.168.266,13	1.307.457.938,13	1.292.510.033,94	96,55%	98,86%
Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso	1.157.097.990,59	1.142.070.786,89	1.137.810.538,91	98,70%	99,63%
Fundo de Apoio ao Judiciário	197.070.275,54	165.387.151,24	154.699.495,03	83,92%	93,54%
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	397.619.349,93	385.969.681,43	361.122.476,00	97,07%	93,56%
Procuradoria Geral de Justiça	397.619.349,93	385.969.681,43	361.122.476,00	97,07%	93,56%
Procuradoria Geral da Justiça	397.405.559,73	385.832.643,73	360.985.438,30	97,09%	93,56%
Fundo de Apoio ao MPE - MT - 08601	213.790,20	137.037,70	137.037,70	64,10%	100,00%
4. DEFENSORIA PÚBLICA	116.439.880,72	114.475.898,28	114.221.597,32	98,31%	99,78%
5. PODER EXECUTIVO	14.365.768.046,85	13.693.089.297,04	12.703.268.165,18	95,32%	92,77%
TOTAL	17.024.984.160,26	16.272.427.109,62	15.213.425.105,77	95,58%	93,49%

Fonte: Fiplan –FIP 617, Balanço Geral do Estado de MT – 2016

4.3.1. INVESTIMENTOS

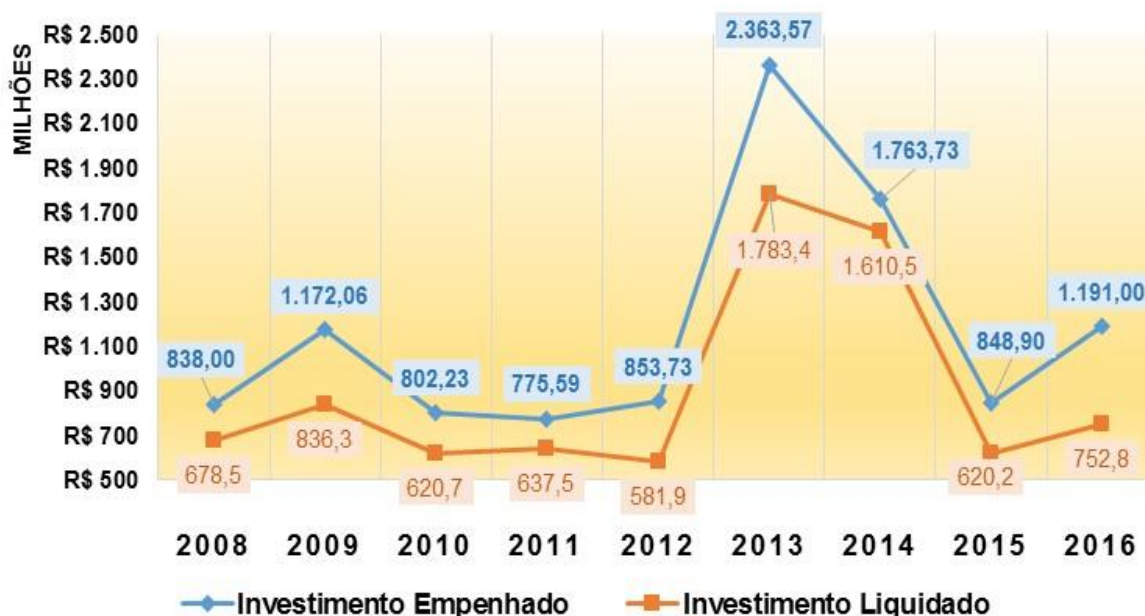
Despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

224. A despesa com investimento público impulsiona o desenvolvimento econômico, gerando demanda agregada (ampliação da capacidade de consumo) e fortalece o crescimento da produtividade por meio da melhoria do capital humano.
225. São as que sofrem consequências em época de corte de gastos e de ajuste fiscal, o que contribui para reduzir as perspectivas de crescimento da economia regional. É evidente a necessidade de reformas estruturais, ou seja, é necessário gastar menos com custeio, e mais com estradas, aeroportos e transporte público, de maneira geral.



226. O investimento público depende de decisão das autoridades do governo. É, portanto, uma variável política. Nas palavras de Medeiros (2007): Não sendo uma despesa constitucional, nem uma transferência obrigatória, nem regulado por uma relação contratual, as despesas de investimento variam.
227. A importância da melhoria da eficiência do gasto público é um assunto bastante discutido atualmente no Brasil. Apesar da elevada carga tributária no país, a qualidade e a disponibilidade de serviços públicos ofertados à população não atendem às expectativas e necessidades da sociedade.
228. Para equacionar o desafio imposto pelas demandas sociais ascendentes e pela limitação de recursos disponíveis, é necessária a melhoria da gestão dos recursos públicos.
229. No período de 2008 a 2016 as despesas com investimento do Estado apresentaram comportamento conforme gráfico a seguir.

GRÁFICO 51 - DESPESA COM INVESTIMENTO EMPENHADO X LIQUIDADO - 2007 A 2016



Fonte: Fiplan – Fip 613 (acesso em 30/03/2017)

230. Ao analisar a despesa com investimento, verifica-se que foi executado o montante de R\$ 752.757.116,01 (setecentos e cinquenta e dois reais, setecentos e cinquenta



e sete mil, cento e dezesseis reais e um centavo), o que representou **5,29%** do total da despesa liquidada.

231. Ao detalhar a despesa liquidada com investimento por função, conclui-se que quatro dessas funções concentraram mais de 80% do total investido: transporte, 64,03%; urbanismo, 7,69%; comércio e serviços, 4,97%; e saúde, 4,84%, conforme demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 55 - INVESTIMENTO POR FUNÇÃO

FUNÇÕES	Liquidado (R\$)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA TOTAL LIQUIDADA)	% (RELATIVO AO TOTAL)
26 - Transporte	482.022.496,77	3,39%	64,03%
15 - Urbanismo	57.908.023,02	0,41%	7,69%
23 - Comércio e Serviços	37.407.631,98	0,26%	4,97%
10 - Saúde	36.425.649,26	0,26%	4,84%
12 - Educação	22.019.665,05	0,15%	2,93%
06 - Segurança Pública	20.617.897,80	0,14%	2,74%
19 - Ciência e Tecnologia	19.782.584,28	0,14%	2,63%
16 - Habitação	13.140.603,94	0,09%	1,75%
17 - Saneamento	10.882.939,07	0,08%	1,45%
03 - Essencial à Justiça	10.678.224,21	0,08%	1,42%
01 - Legislativa	10.477.178,73	0,07%	1,39%
04 - Administração	8.572.521,51	0,06%	1,14%
20 - Agricultura	6.779.642,06	0,05%	0,90%
02 - Judiciária	6.137.912,67	0,04%	0,82%
14 - Direitos da Cidadania	5.962.938,88	0,04%	0,79%
18 - Gestão Ambiental	3.167.679,13	0,02%	0,42%
27 - Desporto e Lazer	411.000,00	0,00%	0,05%
21 - Organização Agrária	150.150,47	0,00%	0,02%
09 - Previdência Social	107.120,90	0,00%	0,01%
08 - Assistência Social	36.519,80	0,00%	0,00%
13 - Cultura	35.841,40	0,00%	0,00%
25 - Energia	15.299,90	0,00%	0,00%
22 - Indústria	13.270,18	0,00%	0,00%
11 - Trabalho	4.325,00	0,00%	0,00%
Total	752.757.116,01	5,29%	100,00%

Fonte: Fiplan – Fip 613 (acesso em 30/03/2017)

232. Observa-se que foram utilizadas cinco fontes para mais de 80% das despesas: 151 – recursos de operações de créditos da Administração Direta; 131 – Recursos de



destinados ao Fundo de Transporte e Habitação – FETHAB; 100 – Recursos ordinários do Tesouro Estadual; 137 – Contribuição regional do FETHAB; e 361 – Recursos de convênios com outra Esfera de Governo e ONGs formados pela Adm. Direta, conforme detalhado na tabela a seguir.

TABELA 56 - DESPESA COM INVESTIMENTO POR FONTE DE RECURSOS

Fontes de Recurso	Liquidado (R\$)	% - em relação ao Total
151 - Recursos de Operações de Crédito da Administração Direta.	293.045.332,38	38,93%
131 - Recursos Destinados ao Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	157.107.207,08	20,87%
100 - Recursos Ordinários do Tesouro Estadual	70.106.270,88	9,31%
137 - Contribuição Regional ao FETHAB	65.458.987,69	8,70%
361 - Recursos de Convênios com Outra Esfera de Governo e ONGs firmados pela Adm. Direta (ex. anteriores)	39.885.646,12	5,30%
334 - Recursos destinados ao Desenvolvimento das Ações de Saúde (ex. anteriores)	28.029.248,00	3,72%
111 - Contribuição da Intervenção no Domínio Econômico-CIDE, Destinado ao Desenvolv. Rodoviário	26.878.412,85	3,57%
161 - Recursos de Convênios com Outra Esfera de Governo e ONGs firmados pela Adm. Direta	25.506.871,56	3,39%
331 - Recursos Destinados ao Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB (ex. anteriores)	8.010.145,61	1,06%
311 - Contribuição da Intervenção no Domínio Econômico-CIDE, Destinado ao Desenvolv. Rodoviário (ex. anteriores)	7.241.369,37	0,96%
249 - Recursos da Taxa de Segurança Pública e da Taxa de Segurança contra Incêndio	5.440.000,00	0,72%
320 - Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (ex. anteriores)	3.212.306,92	0,43%
240 - Recursos Próprios	2.773.173,54	0,37%
245 - Recursos vinculados a Unidades de Conservação	2.636.400,00	0,35%
300 - Recursos Ordinários do Tesouro Estadual (ex. anteriores)	2.280.964,76	0,30%
145 - Recursos destinados à Pesquisa Científica e ao Ensino Profissional	2.143.219,51	0,28%
664 - Recursos de Convênios firmados com Instituições Privadas (ex. anteriores)	1.960.357,00	0,26%
322 - Recursos do Fundo de Manutenção e Des. do Ensino Fundamental e Val. do Magistério - FUNDEB (ex. anteriores)	1.901.344,86	0,25%
110 - Recursos da Contribuição ao Salário Educação	1.899.669,27	0,25%
112 - Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde	1.708.152,07	0,23%
242 - Recursos Próprios do DETRAN compartilhados com o FESP	1.261.356,33	0,17%
662 - Recursos de Convênios com Outra Esfera de Governo e ONGs firmados pela Adm. Indireta (ex. anteriores)	649.204,35	0,09%
172 - Recursos destinados ao Fundo de Erradicação da Pobreza	620.442,98	0,08%
369 - Recursos de Outras Transferências da União - Administração Direta (ex. anteriores)	585.529,26	0,08%
134 - Recursos destinados ao Desenvolvimento das Ações de Saúde	491.165,00	0,07%



101 - Recursos de Incentivos Concedidos Relativos à Indústria, Comércio e Correlatos	463.474,99	0,06%
345 - Recursos destinados à Pesquisa Científica e ao Ensino Profissional (ex. anteriores)	396.736,38	0,05%
208 - Recursos de Alienação de Bens - Administração Indireta	245.797,01	0,03%
173 - Fundo de Desenvolvimento Sócio-Cultural-Desportivo-Tecnológico	177.339,55	0,02%
122 - Recursos do Fundo de Manutenção e Des. da Educ. Básica e Val. dos Profissionais da Educação-FUNDEB	134.636,16	0,02%
250 - Recursos de Contribuição dos Órgãos e Servidores para a Previdência Social	107.120,90	0,01%
109 - Compensação Financeira Proveniente da Exploração Mineral, Recursos Hídricos e Petróleo	82.319,38	0,01%
120 - Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	71.247,78	0,01%
264 - Recursos de Convênios firmados com Instituições Privadas	54.140,96	0,01%
169 - Recurso de Outras Transferências da União - Administração Direta	53.219,52	0,01%
309 - Compensação Financeira Proveniente da Exploração Mineral, Recursos Hídricos e Petróleo (ex. anteriores)	43.245,96	0,01%
268 - Recursos de Outras Transferências da União - Administração Indireta	20.620,80	0,00%
262 - Recursos de Convênios com Outra Esfera de Governo e ONGs firmados pela Adm. Indireta	15.738,77	0,00%
243 - Recursos Próprios do MT-GÁS Compartilhados com a AGER	15.299,90	0,00%
214 - Recursos Provenientes da Arrecadação de Multas do Sistema RENAINF	14.500,00	0,00%
105 - Recursos Destinados a Incentivos Concedidos na Agricultura	11.926,28	0,00%
608 - Recursos de Alienação de Bens - Administração Direta (ex. anteriores)	10.944,00	0,00%
312 - Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde (ex. anteriores)	6.030,28	0,00%
Total da Despesa Liquidada com Investimento	752.757.116,01	100%

Fonte: Fiplan – Fip 613 (acesso em 30/03/2017)

4.4. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

233. Comparando a receita estimada com a efetivamente realizada, verifica-se excesso de arrecadação de 0,52%. A despesa autorizada comparada à despesa realizada apresentou economia orçamentária de 4,86%, conforme se observa na tabela a seguir.



TABELA 57 - COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO

COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO - R\$			
Receita Estimada	16.553.492.816,81	Despesa Autorizada	17.894.417.213,22
Receita Arrecadada	16.638.919.334,06	Despesa Realizada	17.024.984.160,26
Excesso na Arrecadação	85.426.517,25	Economia Orçamentária	869.433.052,96
% da prevista	0,52%	% da autorizada	4,86%

Fonte: Balanço Geral, Contas Anuais

234. Na comparação das receitas realizadas com as despesas realizadas (excluindo as intraorçamentárias) e, considerando os créditos suplementares abertos por uso da fonte superávit financeiro do exercício anterior, constata-se superávit no resultado orçamentário de 2016, equivalente a 2,16% da receita realizada para fins de resultado orçamentário, conforme demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 58- RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM 2016

Especificação	Resultado Orçamentário (R\$)
Receitas Arrecadadas Consolidadas	16.638.919.334,06
(-) Receita intraorçamentária arrecadada no exercício	1.907.418.020,30
(+)Créditos suplementares abertos mediante uso da fonte superávit financeiro apurado no exercício anterior (item 6 da Resolução Normativa 43/2013-TCE-MT)	571.199.867,83
Total da Receita Arrecadada para fins de Resultado Orçamentário (a)	15.302.701.181,59
Despesas Realizadas Consolidadas	17.024.984.160,26
(-) Despesa intraorçamentária arrecadada no exercício	2.053.528.338,73
Total da Despesa Realizada para fins de Resultado Orçamentário (b)	14.971.455.821,53
Resultado Orçamentário (Superávit / Déficit) - c=(a - b)	331.245.360,06
Percentual da Receita (c/a)%	2,16%

Fonte: Balanço Geral, Contas Anuais

235. No período de 2007 a 2016, sem considerar os atenuantes previstos na Resolução 43/2013 – TCE/MT, o Resultado Orçamentário oscilou entre superavitário e deficitário, conforme demonstrado a seguir.



TABELA 59 - HISTÓRICO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - 2007 A 2016

R\$ Milhões

HISTÓRICO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - R\$										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
(a) Receita Arrecadada	6.536	7.673	8.282	9.359	9.890	12.371	11.577	12.953	12.486	14.732
(b) Despesas Realizadas	6.147	7.484	8.771	9.100	10.130	12.193	11.592	12.450	12.767	14.971
Resultado Orçamentário (a-b)	389	189	-489	259	-240	178	-15	503	-280	-240

Fonte: Balanço Geral, Contas Anuais, Pareceres Prévios

Excluídas as Receitas e Despesas Intraorçamentárias; Os atenuantes da Resolução nº. 43/2013 não estão considerados.

4.5. DÍVIDA PÚBLICA

236. A Dívida Pública total do Estado de Mato Grosso, em 31/12/2016, totalizou R\$ 12.800.240.958,52 (doze bilhões, oitocentos milhões, duzentos e quarenta mil, novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), constituindo-se de dívidas Flutuante e Consolidada.

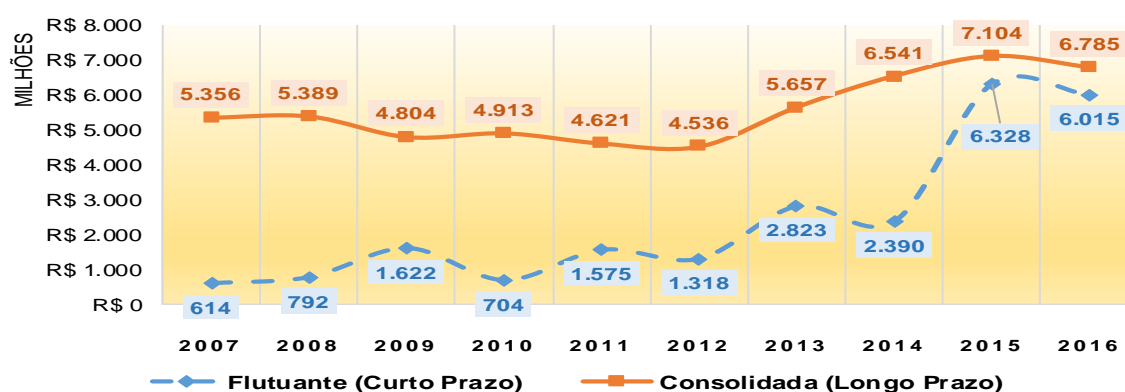
TABELA 60 - DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2007 A 2016

R\$ Milhões

Dívidas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Flutuante (Curto Prazo)	614	792	1.622	704	1.575	1.318	2.823	2.390	6.328	6.015
%-variação	-	28,92%	104,72%	-56,56%	123,62%	-16,32%	114,17%	-15,34%	164,77%	-4,94%
Consolidada (Longo Prazo)	5.356	5.389	4.804	4.913	4.621	4.536	5.657	6.541	7.104	6.785
%-variação	-	0,60%	-10,84%	2,25%	-5,94%	-1,83%	24,71%	15,62%	8,61%	-4,49%
Total da Dívida Pública	5.971	6.181	6.426	5.617	6.196	5.854	8.480	8.930	13.431	12.800
%-variação	-	3,52%	3,97%	-12,59%	10,31%	-5,52%	44,85%	5,31%	50,40%	-4,70%

Fonte: Balanço Geral do Estado, RGF (anexo 2)

GRÁFICO 52 - DÍVIDAS FLUTUANTE VS CONSOLIDADA - 2007 A 2016



Fonte: Balanço Geral do Estado, RGF (anexo 2)



4.6. RESULTADOS FINANCEIROS

237. Ao confrontar o resultado consolidado das disponibilidades com as obrigações financeiras no período de 2007 a 2016, constata-se insuficiência financeira para saldar os compromissos de curto prazo. As disponibilidades do exercício de 2016 corresponderam a 39,88% do total das obrigações de curto prazo (compromissos exigíveis em até 12 meses), conforme demonstra a tabela a seguir.

TABELA 61 - RESULTADO FINANCEIRO DO ESTADO DE MT - 2007 A 2016

Exercício	Ativo Financeiro (disponível) - (a) - R\$	Passivo Financeiro (b) - R\$	Situação Financeira Líquida (a - b) - R\$	Quociente de Liquidez
2007	599.598.764,61	1.182.904.952,82	-583.306.188,21	0,5069
2008	875.060.760,11	1.525.025.859,47	-649.965.099,36	0,5738
2009	859.581.516,34	1.621.741.844,31	-762.160.327,97	0,5300
2010	625.587.031,96	704.446.591,50	-78.859.559,54	0,8881
2011	800.511.065,25	1.575.271.357,03	-774.760.291,78	0,5082
2012	1.315.862.008,35	1.318.124.379,37	-2.262.371,02	0,9983
2013	1.862.807.922,73	2.289.441.136,27	-426.633.213,54	0,8137
2014	1.982.657.093,09	2.179.868.255,56	-197.211.162,47	0,9095
2015	1.489.688.213,12	6.280.163.523,98	-4.790.475.310,86	0,2372
2016	2.399.554.649,36	6.016.255.339,22	-3.616.700.689,86	0,3988

Fonte: Balanços Gerais do Estado

4.7. RELATÓRIO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - RAG

238. O Relatório da Ação Governamental (RAG) é uma avaliação do desempenho dos Programas e Ações (Projetos/Atividades/Operações Especiais) desenhados no Plano Plurianual (planejamento de médio prazo) e operacionalizados anualmente por meio das Leis Orçamentárias Anuais (planejamento de curto prazo), conforme definição da Secretaria de Estado de Planejamento.

239. O RAG apresenta dois indicadores principais:

240. 1) PPD - Análise da Capacidade de Planejamento (Empenhado em relação à Dotação Inicial) refere-se ao índice de Planejamento e Programação da Despesa, resultante da divisão da despesa empenhada pela inicialmente fixada, ou seja, demonstra a capacidade de planejamento do órgão, comparando o orçamento



previsto na LOA com o realizado (mede a eficácia na alocação do orçamento inicial); e

241. 2) COFD - Análise da Capacidade de Execução - (Empenhado em relação à Dotação Final) apresenta o índice de Capacidade Operacional Financeira da Despesa, resultante da divisão do recurso financeiro empenhado em relação à dotação final (após os créditos adicionais) diminuído o valor contingenciado, ou seja, demonstra a capacidade de execução financeira do orçamento (mede a eficiência na execução do orçamento).

4.7.1. RÉGUA DE PARÂMETROS

242. Com base em metodologia desenvolvida pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP – avalia-se a eficiência/eficácia das previsões iniciais e finais da despesa orçamentária/financeira e da meta física, comparativamente às respectivas execuções/realizações.

AVALIAÇÃO	PERCENTUAL NA RÉGUA
ÓTIMO	de 90,01% a 110,00%
BOM	de 80,01% a 90,00% ou entre 110,01% e 120,00%
REGULAR	de 60,01% a 80,00% ou entre 120,01% e 140,00%
DEFICIENTE	de 40,01% a 60,00% ou entre 140,01% e 160,00%
ALTAMENTE DEFICIENTE	de 0% e 40,00% ou acima de 160,01%

4.7.2. RESULTADOS CONSOLIDADOS RAG 2016

243. O RAG consolida as análises realizadas pelos Gestores de Programa e Responsáveis por Ação de cada Unidade Orçamentária acerca da execução dos programas e ações constantes do Plano Plurianual (PPA 2016-2019), alinhados à Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2016.



244. A tabela a seguir demonstra os resultados alcançados pelo Governo de Mato Grosso nos indicadores PPD e COFD por Eixo Estruturante, elaborada conforme as orientações do Manual do Relatório de Ação Governamental 2016.

Eixo Estruturante	Dotação Inicial LOA - R\$	Dotação Final LOA - R\$	Valor Empenhado - R\$	Valor Contingenciado - R\$	%PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial)	%COFD (Empenhado em relação a Dotação Final - Valor Contingenciado)
Viver Bem	135.109.115,24	142.194.730,13	1264.474.339,23	36.488.403,30	111,40%	9127%
Educar para Transformar e Emancipar o Cidadão	458.945.474,01	491.040.250,03	387.475.875,42	16.475.858,01	84,43%	8165%
Cidades para Viver Bem: Municípios Sustentáveis	220.060.601,97	211.735.740,32	162.084.836,75	1372.166,07	73,65%	77,05%
Estado Parceiro e Empreendedor	1.163.464.997,30	1.141.270.643,35	1.058.550.630,71	31.955.651,78	90,98%	95,42%
Gestão Eficiente, Transparente e Integrada	13.575.912.628,29	14.628.429.849,39	14.152.398.478,15	24.454.120,87	104,25%	96,91%
TOTAL	16.553.492.816,81	17.894.417.213,22	17.024.984.160,26	110.746.200,03	102,85%	95,73%

Fonte: Seplan-MT/Relatório de Ação Governamental Analítico/2016

245. Comparados os indicadores de resultado PPD e COFD obtidos pelos Eixos Estruturantes aos padrões estabelecidos na Régua de Parâmetros, constata-se que a avaliação mínima foi a Regular (Cidades para Viver Bem: Municípios Sustentáveis, nos dois indicadores). Considerados todos os Eixos Estruturantes, tanto o PPD quanto o COFD obtiveram avaliação máxima.

EIXO ESTRUTURANTE	Indicador	
	PPD	COFD
Viver Bem	BOM	ÓTIMO
Educar para Transformar e Emancipar o Cidadão	BOM	BOM
Cidades para Viver Bem: Municípios Sustentáveis	REGULAR	REGULAR
Estado Parceiro e Empreendedor	ÓTIMO	ÓTIMO
Gestão Eficiente, Transparente e Integrada	ÓTIMO	ÓTIMO
TODOS OS EIXOS	ÓTIMO	ÓTIMO



4.8. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

4.8.1. PERCENTUAL APLICADO NA EDUCAÇÃO

246. O Governo de Mato Grosso aplicou, no exercício de 2016, o montante de R\$ 2.234.333.751,07 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, trezentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e sete centavos) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), correspondendo a 25,04% do total da receita proveniente de impostos estaduais e transferências da União, nos termos do art. 212 da Constituição Federal de 1988.
247. As receitas que compõe a base de cálculo para obtenção do percentual constitucional destinado à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino estão demonstradas na tabela a seguir.

TABELA 62 - BASE DE CÁLCULO DA EDUCAÇÃO

Título	R\$
Receita Tributária (a)	9.261.867.422,90
ICMS	8.084.590.751,00
IPVA	582.690.819,84
ITCD	96.499.240,56
Multas e Juros de Mora	456.628.501,90
Dívida Ativa	41.458.109,60
Transferências Correntes (b)	2.083.506.073,16
Cota-Parte do FPE	1.989.522.616,74
Cota-Parte do IPI - Exportação	61.608.510,91
IOF-Ouro	3.989.721,79
ICMS - Exportações - LC 87/96	28.385.223,72
Deduções Transferências- (c)	2.423.025.151,27
IPVA - Cota-Parte dos Municípios	312.727.864,36
ICMS - Cota-Parte dos Municípios	2.094.895.159,17
IPI - Cota-Parte Municípios	15.402.127,74
BASE DE CÁLCULO (a+b-c)	8.922.348.344,79
Percentual Mínimo (25%) - Art. 212 CF	2.230.587.086,20
TOTAL APLICADO NO ENSINO (MDE) EM 2016	2.234.333.751,07
% Aplicado na Manutenção e Desenv. do Ensino	25,04%

Fonte: Contas Anuais

248. As despesas executadas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), durante o exercício de 2016, ficam assim demonstradas.

TABELA 63 - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Descrição		Valor - R\$
A	(+) Total despesa liquidada no ensino na Função 12 (conforme FIP 613 – Demonstrativo de Despesa Orçamentária)	2.321.666.837,26
B	(-) Restos a Pagar Processados do ensino inscritos em 2016 sem disponibilidade financeira (conforme tabelas específicas)	-126.404.420,02
C	(=) Despesa Bruta do Ensino no Exercício (A - B)	2.195.262.417,24
D	(+) Despesas liquidadas em 2016 decorrentes de restos a pagar não-processados do ensino inscritos em exercícios anteriores, exceto as de convênios, programas e FUNDEB (conforme tabela específica)	16.589.284,27
E	(+) Valor retido referente ao FUNDEB (conforme Anexo 2 da Lei 4.320/64 e RREO referente ao 6º Bimestre)	1.784.428.380,48
F	(-) Despesas liquidadas do FUNDEB até o limite da transferência de recursos recebida (conforme Anexo 10 da Lei 4.320/64 e RREO referente ao 6º Bimestre)	-1.485.166.952,40
G	(-) Receita de Aplicação Financeira de Recursos do FUNDEB (conforme Anexo 10 da Lei 4.320/64)	-4.652.599,85
H	(-) Despesas liquidadas de convênios e programas referentes ao ensino – transferências de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, incluindo aplicação financeira (conforme Anexo 10 da Lei 4.320/64 e RREO referente ao 6º Bimestre)	-124.120.036,24
I	(-) Despesas liquidadas de convênios e programas referentes ao ensino – Transferências da União destinadas a programas de Educação, incluindo aplicação financeira (conforme Anexo 10 da Lei 4.320/64)	-59.137.984,68
J	(-) Outras despesas liquidadas que não se enquadram com a manutenção e desenvolvimento do ensino - Manutenção do serviço de Alimentação Escolar (conforme FIP 613 – Demonstrativo de Despesa Orçamentária)	-37.774.503,80
K	(-) Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos de impostos (conforme RREO referente ao 6º Bimestre)	-33.648.028,15
L	(-) Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB (conforme RREO referente ao 6º Bimestre)	-17.445.135,80
M	(-) Cancelamento, no exercício, de Restos a Pagar Processados inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (conforme FIP 226 – Demonstrativo de Restos a Pagar)	-1.090,00
N	(=) Total de Recursos Aplicados no Ensino Provenientes de Impostos	2.234.333.751,07
O	Receita Base - Cálculo da Educação	8.922.348.344,79
P	Percentual sobre a receita base	25,04%
Q	Percentual (25%) - Art. 212 - CF	2.230.587.086,20
R	Situação	regular

Fonte: Contas Anuais

249. Do total da despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) foi aplicado no ensino superior, em 2016, o valor de R\$ 307.300.974,74,



correspondente a 2,45% da Receita Corrente Líquida, nos termos do inciso IV, do art. 246, da Constituição Estadual, conforme tabela a seguir.

TABELA 64 - DESPESA COM ENSINO SUPERIOR

Item	Descrição	Valor (R\$)
A	Receita Corrente Líquida	12.522.756.874,44
B	Percentual Mínimo a ser Aplicado (art. 246, IV, CE)	2,30%
C=A*B	Valor Mínimo a ser Aplicado	288.023.408,11
D	Valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino superior (Despesas liquidadas nas fontes 100, 198 e 240)	307.300.974,74
E=D/A*100	Percentual Aplicado	2,45%
F	Situação quanto ao art. 246 da CE	Regular

Fonte: Contas Anuais

250. A série histórica de aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e do ensino superior, no período 2007/2016, indica que a administração estadual cumpriu o percentual mínimo obrigatório, conforme se observa na tabela a seguir.

TABELA 65 – LIMITES COM A MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (ART. 212 CF) E DO ENSINO SUPERIOR (ART. 246 CE) - % APLICAÇÃO - 2007 A 2016

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Valor Mínimo MDE (Art 212 da CF)	25,00%									
Aplicado	26,05%	25,16%	28,20%	29,97%	28,65%	28,20%	26,12%	27,69%	25,46%	25,04%
Valor Mínimo Ensino Superior (Art. 246 da CE)	1,00%						2,00%	2,10%	2,20%	2,30%
Aplicado	1,97%	2,34%	2,55%	2,75%	1,81%	2,62%	2,79%	2,18%	2,34%	2,45%

Fonte: Pareceres Prévios, Contas Anuais

4.8.2. DESPESAS COM EDUCAÇÃO BÁSICA

251. O recursos do FUNDEB recebidos pelo Estado foram de R\$ 1.489.819.552,25, sendo R\$ 1.485.166.952,40 relativos a transferências de recursos da União, e R\$ 4.652.599,85 referentes a receita de aplicação financeira do respectivo Fundo. A liquidação de despesa na Fonte 122 (Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB) foi de R\$ 1.469.850.136,70, correspondendo a 98,66% do



total das transferências recebidas, atendendo, dessa forma, ao disposto no art. 21 da Lei Federal nº 11.494/2007, conforme demonstrado na tabela a seguir.

TABELA 66 – RECURSOS DO FUNDEB UTILIZADOS EM 2016

Descrição	Valor - R\$
Transferências de Recursos do FUNDEB + Aplicações Financeiras	1.489.819.552,25
Despesas Liquidadas na Fonte 122	1.469.850.136,70
Percentual Utilizado	98,66%

Fonte: Contas Anuais

4.8.3. RECURSOS DO FUNDEB GASTOS COM REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

252. Dos recursos recebidos por conta do FUNDEB, 71,04% foram utilizados na remuneração dos profissionais do Magistério.

TABELA 67 - CÁLCULO DO LIMITE CONSTITUCIONAL DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Item	Descrição	Valor - R\$
A	Transferências de Recursos do FUNDEB + Aplicação Financeira	1.489.819.552,25
B	Remuneração dos Professores do Magistério da Educação Básica (FIP 613)	1.068.807.105,25
C	Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB – FUNDEB 60% (RREO referente ao 6º Bimestre)	-10.467.081,48
C = [(B-C)/A*100]	Percentual Aplicado na Remuneração dos Professores da Educação Básica	71,04%
D	Conformidade com o Mínimo Legal (60%)	Regular

Fonte: Contas Anuais

253. No período 2007/2016 a remuneração dos profissionais do Magistério, em relação aos recursos do FUNDEB, foi superior ao limite mínimo estabelecido em Lei, conforme demonstrado na tabela a seguir.



TABELA 68 - REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (%) - 2007 A 2016

Remuneração dos Profissionais do Magistério (%)										
Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
% mínimo Fixado	60%									
% Aplicado	84,83%	75,52%	72,99%	64,47%	67,40%	76,09%	73,04%	73,67%	72,79%	71,04%

Fonte: Pareceres Prévios, Contas Anuais

4.8.4. PERCENTUAL APLICADO NA SAÚDE

254. O Governo de Mato Grosso aplicou em Ações e Serviços Públicos de Saúde, no exercício de 2016, o montante de R\$ 1.307.763.483,28 (um bilhão, trezentos e sete milhões, setecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos), correspondentes a 14,66% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157 e a alínea a, dos incisos I e II, do art. 159, todos da Constituição Federal, deduzidas as parcelas transferidas aos Municípios.
255. A base de cálculo e as despesas realizadas para obtenção do percentual aplicado na saúde ficaram compostas conforme tabela a seguir.

TABELA 69 - BASE DE CÁLCULO DA SAÚDE

Título	R\$
Receita Tributária (a)	9.261.867.422,90
ICMS	8.084.590.751,00
IPVA	582.690.819,84
ITCD	96.499.240,56
Multas e Juros de Mora	456.628.501,90
Dívida Ativa	41.458.109,60
Transferências Correntes (b)	2.079.516.351,37
Cota-Parte do FPE	1.989.522.616,74
Cota-Parte do IPI - Exportação	61.608.510,91
ICMS - Exportações - LC 87/96	28.385.223,72
Deduções Transferências- (c)	2.423.025.151,27
IPVA - Cota-Parte dos Municípios	312.727.864,36
ICMS - Cota-Parte dos Municípios	2.094.895.159,17
IPI - Cota-Parte Municípios	15.402.127,74
BASE DE CÁLCULO (a+b-c)	8.918.358.623,00
Percentual Mínimo - Ações de Saúde (12%)	1.070.203.034,76
TOTAL APLICADO EM 2016	1.307.763.483,28
TOTAL APLICADO EM 2016-%	14,66%

Fonte: Contas Anuais



256. A tabela a seguir demonstra as despesas realizadas em Ações e Serviços Públicos de Saúde durante o exercício de 2016.

TABELA 70 - DESPESAS REALIZADAS COM A SAÚDE

GRUPO DE DESPESAS	Valor (R\$)
(+) Total da despesa empenhadas em saúde no exercício	1.667.705.873,80
(-) Restos a pagar processados da saúde inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (Resolução de Consulta nº 14/2012)	-106.454.157,48
(=) Despesa bruta com saúde	1.561.251.716,32
(+) Despesas liquidadas em 2016 decorrentes de restos a pagar não-processados do exercício anterior, exceto as de convênios e programas	26.359.276,36
(-) Despesas liquidadas de convênios e programas referentes à saúde (art. 4º, X, da LC nº 141/2012)	-279.847.509,40
(=) Total de despesas realizadas em ações e serviços públicos de saúde	1.307.763.483,28
(=) Percentual aplicado em saúde (I/total da receita base x 100)	14,66%
Limite mínimo aplicado em saúde	1.070.203.034,76
Situação	Regular

Fonte: Contas Anuais

257. No período 2007/2016 os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, exceto no exercício de 2011, conforme demonstrado a seguir.

TABELA 71 - GASTOS COM SAÚDE (%) - 2007 A 2016

Gastos com ações e serviços públicos de Saúde										
Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
% mínimo Fixado	12%									
% Aplicado	13,30%	12,82%	12,27%	13,01%	11,59%	12,75%	14,04%	13,26%	12,33%	14,66%

Fonte: Pareceres Prévios, Contas Anuais

4.8.5. GASTO COM PESSOAL

258. No exercício de 2016 a despesa total com pessoal da Administração Pública Estadual de Mato Grosso foi de R\$ 7.135.925.722,78 (sete bilhões, cento e trinta e cinco milhões, novecentos e vinte e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e



setenta e oito centavos), correspondendo a 56,98% do total da Receita Corrente Líquida, o que demonstra a adequação aos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20, da LC 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme tabela a seguir.

TABELA 72 - BASE DE CÁLCULO PESSOAL - RCL

Descrição	Valor (R\$)
RECEITAS CORRENTES (I)	17.436.970.517,64
*Receita Tributária	9.333.104.974,17
Receita de Contribuição	1.705.160.680,22
Receita Patrimonial	323.506.518,34
Receita Industrial	8.428.147,28
Receita Agropecuária	110.614,26
Receita de Serviço	536.220.099,15
Transferências Correntes	4.715.879.757,34
Outras Receitas	814.559.726,88
DEDUÇÕES (II)	-4.914.213.643,20
(-) Transferências Constitucionais e Legais	-2.436.622.885,62
(-) Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	-559.664.854,48
(-) Contribuição do Servidor para o Custeio das Pensões Militares	-93.221.509,75
(-) Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	-40.276.012,87
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	-1.784.428.380,48
BASE DE CÁLCULO – RCL	12.522.756.874,44
GASTO MÁXIMO DE DESPESA COM PESSOAL (60%)	7.513.654.124,66
GASTO MÁXIMO DE DESPESA COM PESSOAL (49%)	6.136.150.868,48
Total Gasto com Pessoal em 2016	7.135.925.722,78
Percentual gasto com Pessoal em 2016	56,98%

Fonte: Contas Anuais

(*) Exclusão amparada pela Resolução de Consulta nº 29/2016-TP deste Tribunal de Contas

259. Os gastos com pessoal da Administração Pública Estadual de Mato Grosso, durante o exercício de 2016, estão demonstrados na tabela a seguir.



TABELA 73 - DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (R\$)	
	LIQUIDADAS (a)	RP NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.099.773.554,89	12.320.173,70
Pessoal Ativo	7.364.838.861,17	10.500.944,67
Pessoal Inativo e Pensionista	2.734.934.693,72	1.819.229,03
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	2.974.414.390,82	1.753.614,99
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	118.108.968,59	-
Decorrentes de decisão judicial	64.282.738,68	93.226,35
Despesas de exercícios anteriores	271.854.938,83	-
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	2.520.167.744,72	1.660.388,64
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.125.359.164,07	10.566.558,71
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (IV) = (IIIa + IIIb)	7.135.925.722,78	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.522.756.874,44	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL SOBRE A RCL	56,98%	
LIMITE MÁXIMO (60%)	7.513.654.124,66	

Fonte: Contas Anuais

260. No Poder Executivo os gastos com pessoal alcançaram R\$ 5.675.960.966,95 (cinco bilhões, seiscentos e setenta e cinco milhões, novecentos e sessenta mil, novecentos e sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos), correspondendo a 45,33% do total da RCL, demonstrando adequação aos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20, da LC 101/00, no exercício de 2016.



TABELA 74 - DESPESA COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (R\$)	
	LIQUIDADAS (a)	RP NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.215.294.549,24	4.209.191,31
Pessoal Ativo	5.807.581.751,28	2.390.402,28
Pessoal Inativo e Pensionista	2.407.712.797,96	1.818.789,03
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II)	2.541.882.824,96	1.659.948,64
Indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária	110.460.257,18	-
Decorrentes de decisão judicial	2.110.132,85	-
Despesas de exercícios anteriores	107.608.980,28	-
Inativos e pensionistas com recursos vinculados	2.321.703.454,65	1.659.948,64
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.673.411.724,28	2.549.242,67
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (IV) = (IIIa + IIIb)		5.675.960.966,95
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.522.756.874,44	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL SOBRE A RCL	45,33%	
LIMITE MÁXIMO (49%)	6.136.150.868,48	

Fonte: Contas Anuais

261. Os percentuais da Receita Corrente Líquida correspondentes aos gastos com pessoal, tanto o consolidado como o do Poder Executivo, ficaram abaixo do máximo permitido, exceto em 2015, conforme se observa na tabela a seguir.

TABELA 75 - HISTÓRICO DE DESPESA COM PESSOAL (%) - 2007 A 2016

Despesa com Pessoal										
Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Desp. com Pessoal - Consolidado	60%									
% Aplicado	48,05%	45,10%	48,89%	49,63%	51,84%	51,54%	53,60%	55,90%	60,33%	56,98%
Desp. com Pessoal - Poder Executivo	49%									
% Aplicado	36,91%	36,36%	39,80%	41,14%	43,61%	42,16%	43,80%	46,50%	50,20%	45,33%

Fonte: Contas Anuais



4.8.5.1. DESPESA COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO - DEZEMBRO

262. Os dados obtidos por meio do Sistema Estadual de Administração de Pessoas – SEAP, tomando por base o mês de dezembro de cada ano, a soma das folhas de pessoal 1 - Normal, 3 - Rescisão, 4 - Normal complementar, 6 - Rescisão complementar e a dedução dos estornos provenientes de cada folha, indicam o resultado histórico da evolução da quantidade de contratados temporariamente e seus respectivos custos.
263. Com relação às quantidades relativas aos servidores temporários é importante destacar que esses números indicam contratos e não especificamente a quantidade de servidores.



TABELA 76 - DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO BRUTA - SERVIDORES X REMUNERAÇÃO - PODER EXECUTIVO - MT

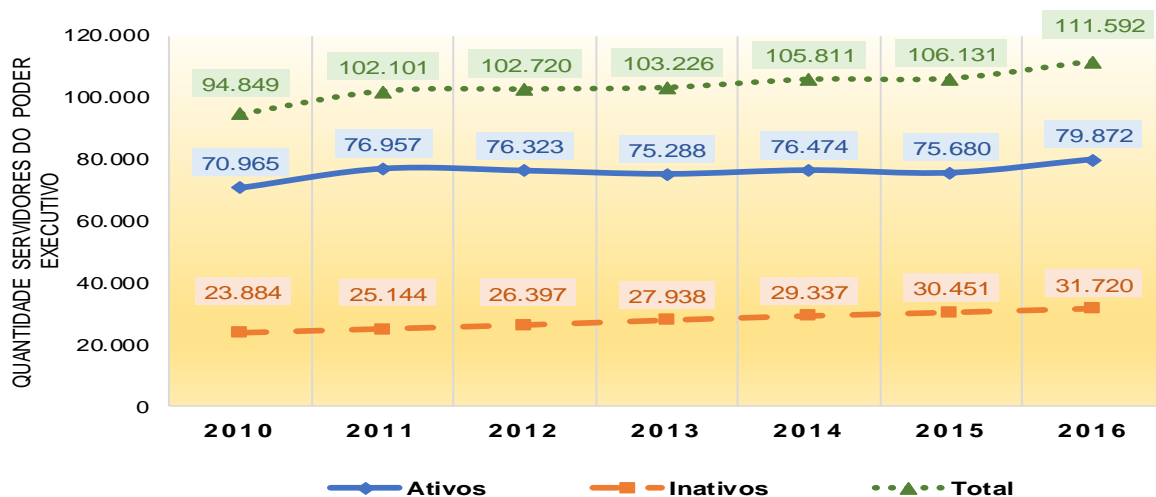
Ano	Números	Servidores Efetivos		Comissionados de carreira		Exclusivamente comissionados		Servidores temporários		Pensionistas		Aposentado		Total		
	Δ % %total	Quant. Servidores	Total da Folha bruta (R\$)	Quant. Servidores	Total da Folha bruta (R\$)	Quant. Servidores	Total da Folha bruta (R\$)	Quant. Servidores	Total da Folha bruta (R\$)	Quant. Servidores	Total da Folha bruta (R\$)	Quant. Servidores	Total da Folha bruta (R\$)	Quant. Servidores	Total da Folha bruta (R\$)	Remuneração Por servidor (R\$)
2010	Números	31.830	110.158.055	5.391	23.901.106	2.146	5.208.989	31.598	21.156.380	5.994	13.581.866	17.890	49.610.123	94.849	223.616.519	2.357,61
	% total	33,56%	49,26%	5,68%	10,69%	2,26%	2,33%	33,31%	9,46%	6,32%	6,07%	18,86%	22,19%	100,00%	100,00%	100,0%
2011	Números	39.323	150.360.551	4.161	22.514.220	2.253	5.500.055	31.220	21.080.090	6.128	16.451.626	19.016	63.184.536	102.101	279.091.078	2.733,48
	Δ %	23,54%	36,50%	-22,82%	-5,80%	4,99%	5,59%	-1,20%	-0,36%	2,24%	21,13%	6,29%	27,36%	7,65%	24,81%	15,94%
	% total	38,51%	53,88%	4,08%	8,07%	2,21%	1,97%	30,58%	7,55%	6,00%	5,89%	18,62%	22,64%	100,00%	100,00%	100,0%
2012	Números	39.834	161.771.355	4.452	26.173.365	2.545	6.106.415	29.492	19.774.702	6.071	17.260.393	20.326	75.742.691	102.720	306.828.922	2.987,04
	Δ %	1,30%	7,59%	6,99%	16,25%	12,96%	11,02%	-5,53%	-6,19%	-0,93%	4,92%	6,89%	19,88%	0,61%	9,94%	9,28%
	% total	38,78%	52,72%	4,33%	8,53%	2,48%	1,99%	28,71%	6,44%	5,91%	5,63%	19,79%	24,69%	100,00%	100,00%	100,0%
2013	Números	39.302	181.115.673	4.477	28.235.739	2.231	5.699.973	29.278	41.480.552	6.131	19.128.981	21.807	90.237.720	103.226	365.898.639	3.544,64
	Δ %	-1,34%	11,96%	0,56%	7,88%	-12,34%	-6,66%	-0,73%	109,77%	0,99%	10,83%	7,29%	19,14%	0,49%	19,25%	18,67%
	% total	38,07%	49,50%	4,34%	7,72%	2,16%	1,56%	28,36%	11,34%	5,94%	5,23%	21,13%	24,66%	100,00%	100,00%	100,0%
2014	Números	41.413	221.943.932	4.774	35.952.232	2.149	7.076.087	28.138	46.849.293	6.185	22.948.382	23.152	110.917.052	105.811	445.686.977	4.212,10
	Δ %	5,37%	22,54%	6,63%	27,33%	-3,68%	24,14%	-3,89%	12,94%	0,88%	19,97%	6,17%	22,92%	2,50%	21,81%	18,83%
	% total	39,14%	49,80%	4,51%	8,07%	2,03%	1,59%	26,59%	10,51%	5,85%	5,15%	21,88%	24,89%	100,00%	100,00%	100,0%
2015	Números	41.446	263.187.489	4.995	39.570.886	1.643	5.911.333	27.596	46.822.952	6.166	26.382.630	24.285	139.070.973	106.131	520.946.263	4.908,52
	Δ %	0,08%	18,58%	4,63%	10,07%	-23,55%	-16,46%	-1,93%	-0,06%	-0,31%	14,97%	4,89%	25,38%	0,30%	16,89%	16,53%
	% total	39,05%	50,52%	4,71%	7,60%	1,55%	1,13%	26,00%	8,99%	5,81%	5,06%	22,88%	26,70%	100,00%	100,00%	100,0%
2016	Números	40.547	286.743.815	5.055	42.331.843	1.611	5.933.853	32.659	83.444.444	6.285	28.575.050	25.435	159.222.714	111.592	606.251.721	5.432,75
	Δ %	-2,17%	8,95%	1,20%	6,98%	-1,95%	0,38%	18,35%	78,21%	1,93%	8,31%	4,74%	14,49%	5,15%	16,38%	10,68%
	% total	36,34%	47,30%	4,53%	6,98%	1,44%	0,98%	29,27%	13,76%	5,63%	4,71%	22,79%	26,26%	100,00%	100,00%	100,0%

Fonte: SEAP



264. Os resultados apresentados no gráfico a seguir evidenciam que, em dezembro de 2016, para 2,52 servidores ativos havia um servidor inativo.

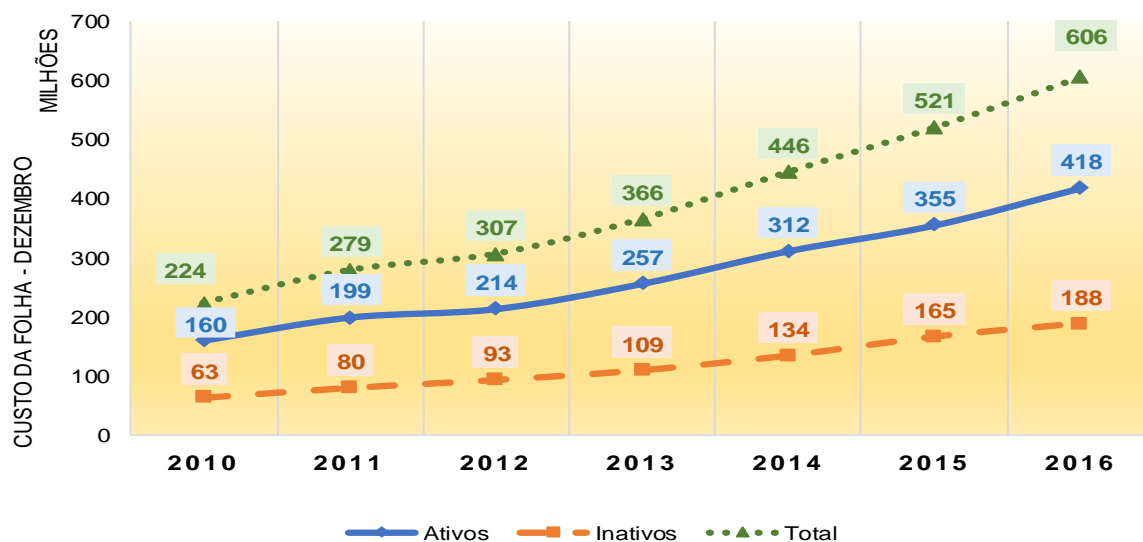
GRÁFICO 53 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO (ATIVOS, INATIVOS E TOTAL) - 2010 A 2016



Fonte: SEAP (Folhas consideradas: 1-Normal; 3-Rescisão; 4-Normal complementar; 6-Rescisão complementar; 61-63-64 e 66 estornos) Referentes a dezembro

265. Com relação ao custo da folha em dezembro de 2016, para cada R\$1 gasto com inativos foram gastos R\$ 2,22 com servidores ativos.

GRÁFICO 54 - CUSTO DA FOLHA DE DEZEMBRO - 2010 A 2016

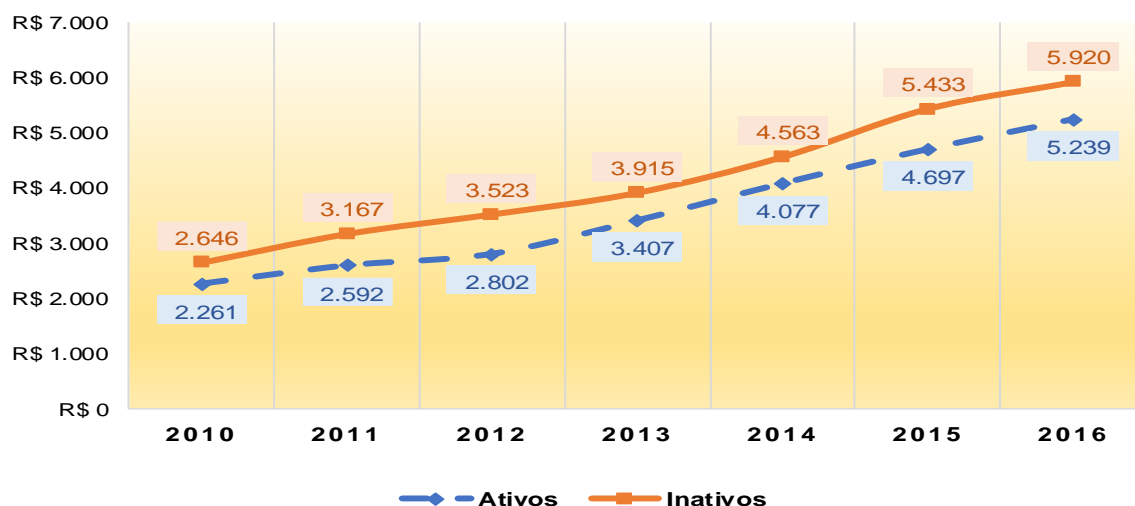


Fonte: SEAP



266. No período de 2010 a 2016 a remuneração média dos servidores inativos foi superior à dos ativos, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

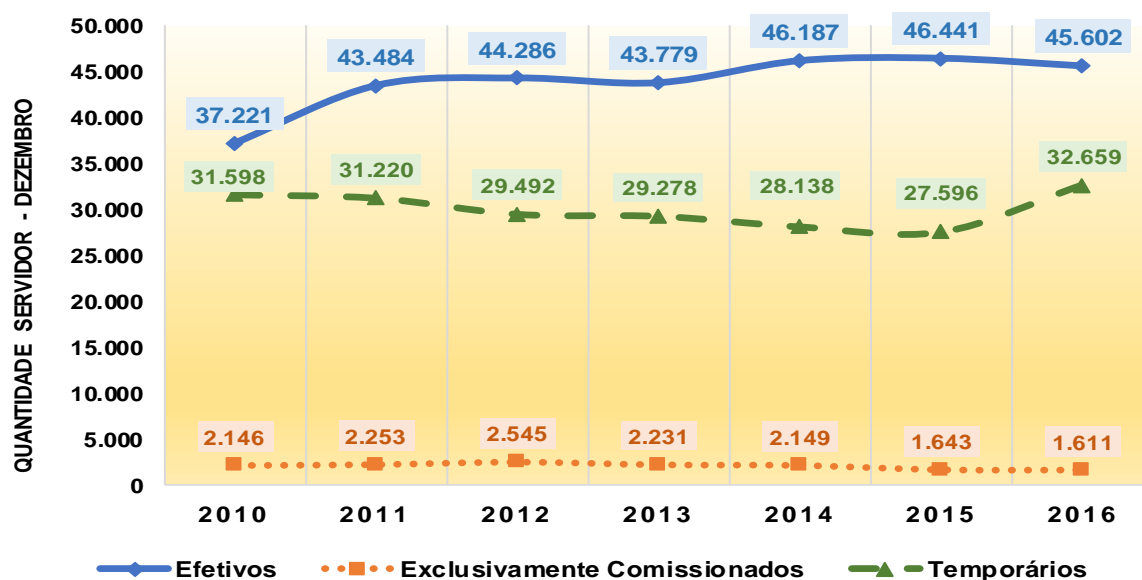
GRÁFICO 55 – REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SERVIDOR (ATIVO E INATIVO)



Fonte: SEAP

267. Em dezembro de 2016, do total de servidores ativos do Poder Executivo, 57,09% eram efetivos, 40,89% temporários e 2,02% comissionados.

GRÁFICO 56 - QUANTIDADE DE SERVIDORES ATIVOS (EFETIVOS, EXCLUSIVAMENTE COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS) DO PODER EXECUTIVO - 2010 A 2016



Fonte: SEAP



268. O gráfico a seguir apresenta a evolução dos gastos com servidores ativos no período de 2010 a 2016. A partir de 2013 houve forte incremento das despesas com os efetivos, que representaram, em dezembro de 2016, 78,64% do total da folha; os temporários alcançaram 19,94%; e, os servidores em cargos em comissão, 1,42%.

GRÁFICO 57 - VALOR DA FOLHA DOS ATIVOS



Fonte: SEAP

269. O gráfico a seguir demonstra a remuneração média dos servidores efetivos, exclusivamente comissionados e temporários.

GRÁFICO 58 – REMUNERAÇÃO MÉDIA POR SERVIDOR ATIVO (EFETIVOS, EXCLUSIVAMENTE COMISSIONADOS E TEMPORÁRIOS) - 2010 A 2016



Fonte: SEAP



4.9. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

270. O objetivo da avaliação dos resultados das políticas públicas é verificar se a administração pública tem obtido êxito em suas ações para melhoria da qualidade de vida da população, em especial, nas áreas de educação e de saúde.
271. As ferramentas para a avaliação de políticas públicas disponibilizadas no site do TCE/MT incentivam os gestores a avaliarem sua gestão, verificando a evolução dos resultados dessas políticas e sua comparação com a média do Brasil e a de Mato Grosso.
272. Além disso, permitem que a sociedade acompanhe o desempenho do Estado e do seu município, permitindo a cobrança de ações dos gestores.

4.9.1. Políticas Públicas – Educação

273. Serão analisados os seguintes indicadores das Políticas Públicas de Educação:
- Taxa de Escolarização Líquida (15 a 17 anos)
 - Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio
 - Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação Rede Estadual;
 - Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4a Serie/5o Ano EF;
 - Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5a a 8a Serie/6o ao 9o Ano EF;
 - Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5a a 8a Serie/6o ao 9o Ano EF;
 - Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Matemática 4a Serie/5º Ano) inferior à Média do Brasil;
 - Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Português 4o Serie/5o Ano) inferior à Média do Brasil;
 - Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Matemática 8a Serie/9º Ano) inferior à Média do Brasil; e



- Proporção de Escolas do Estado com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil.

274. Com o fim de facilitar a compreensão da evolução dos indicadores, primeiramente será mostrada a evolução dos indicadores de Políticas Públicas da área da Educação, nos últimos 3 anos.

275. Posteriormente será abordada a situação dos indicadores do Estado em comparação com a média do Brasil, e por fim, será verificada a distribuição espacial do Índice da Educação Estadual para os municípios.

4.9.2. Evolução dos Indicadores das Políticas Públicas de Educação

276. A tabela a seguir exibe a evolução dos indicadores de Políticas Públicas da área da Educação. A partir desses dados é possível verificar a eventual melhora, piora ou estabilidade dos índices nos últimos três anos.

INDICADORES	RESULTADOS				
	2014	2015	2016	MÉDIA BRASIL 2016	ÍNDICES 2016
Taxa de Escolarização líquida (15 a 17 anos) - 2015	73.00	73.00	69.48	68.91	1
Taxa de Abandono - Rede Estadual - Ensino Médio - 2015	14.90	13.70	14.90	7.90	0
Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação Rede Estadual - 2015	467.87	479.98	475.70	487.13	0
Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2015	0.09	0.10	0.10	0.70	1
Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2015	1.20	0.90	1.10	3.10	1
Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF - 2015	1.70	2.90	3.40	11.60	1
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil - 2015	82.74	82.74	81.96	52.63	0
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil - 2015	79.76	79.76	76.90	51.09	0
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil - 2015	84.65	84.65	79.77	52.25	0
Proporção de Escolas Estaduais com Nota na Prova Brasil (Português 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil - 2015	77.88	77.88	78.85	49.42	0
ÍNDICE TOTAL (0 a 10)					4.0

Fonte: <http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html?ts=1496257064#>



Legenda:

- ☐ Escore 1 – quando o desempenho for melhor do que a média nacional;
- ☐ Escore 0,5 – quando o desempenho for próximo a média nacional, de acordo com o método estatístico de parametrização;
- ☐ Escore 0 – quando o desempenho no indicador de resultado for pior do que a média nacional;
- ☐ Escore 0 - para as situações em que há ausência de informações válidas para o Estado, caso em que o indicador será considerado no computo final do índice;
- ☐ Sem valor - para as situações em que há ausência de informações não-válidas para o Estado, caso em que o indicador será excluído do computo final do índice.

277. Destacam-se os seguintes resultados positivos constatados:

- Taxa de Escolarização Líquida (15 a 17 anos) foi maior que a Média Brasil;
- Taxa de Abandono – rede Estadual – até 4a série / 5o Ano – EF foi maior que a média Brasil;
- Taxa de Abandono – rede Estadual – 5a a 8a série / 6 ao 9o Ano – EF – foi menor que média Brasil;
- Taxa de Reprovação – Rede Estadual 5a a 8a série / 6o ao 9o Ano – EF – foi menor que média Brasil.

278. Destacam-se, ainda, os resultados negativos constatados:

- Taxa de Abandono do Ensino Médio e superior à média do Brasil;
- Desempenho Médio da Prova Objetiva do Enem com correção de participação Rede Estadual foi menor que a média Brasil.
- Proporção de Escolas Estaduais com nota na Prova Brasil (Matemática 4a Série/ 5oAno) inferior à Média Brasil;
- Proporção de Escolas Estaduais com nota na Prova Brasil (Português 4a Série/ 5oAno) inferior à Média Brasil;
- Proporção de Escolas Estaduais com nota na Prova Brasil (Matemática 8a Série/ 9oAno) inferior à Média Brasil;
- Proporção de Escolas Estaduais com nota na Prova Brasil (Português 8a Série/ 9oAno) inferior à Média Brasil.



4.9.3. Evolução dos Indicadores das Políticas Públicas de Saúde

279. Os indicadores das políticas públicas são medidas que avaliam se os resultados foram alcançados, medem a eficiência e eficácia das ações governamentais, verificam o cumprimento das atividades programadas, analisando os produtos e serviços prestados à população.
280. No período 2014/2016, a avaliação das políticas públicas do Estado de Mato Grosso, na área da Saúde, apresentou os seguintes resultados.

INDICADORES	RESULTADOS				
	2014	2015	2016	MÉDIA BRASIL 2016	ÍNDICES 2016
Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce - 2014	7.25	7.43	6.85	6.81	0
Taxa de Mortalidade Infantil - 2014	13.96	14.55	14.71	12.90	0
Proporção de Nascidos Vivos de Mães com 7 ou mais Consultas de Pré-natal - 2014	66.35	65.74	66.45	64.62	1
Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos - 2015	25.29	25.71	24.25	19.79	0
Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório - Doença Cérebro-vascular - 2014	36.18	36.39	36.04	48.96	1
Taxa de Detecção de Hanseníase - 2015	9.20	9.41	9.35	1.41	0
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária - 2015	0.54	0.31	0.43	0.42	1
Taxa de Incidência de Dengue - 2015	1,122.43	223.80	591.98	806.43	1
Incidência de Tuberculose todas as formas - 2015	52.86	50.80	38.31	32.20	0
Cobertura - Imunizações : Pentavalente - 2015	95.59	101.47	101.73	96.30	1
ÍNDICE TOTAL (0 a 10)					5.0

Fonte: <http://politicas.tce.mt.gov.br/v3/Main.html?ts=1496257064#>

Legenda:

- ☐ Escore 1 – quando o desempenho for melhor do que a média nacional;
- ☐ Escore 0,5 – quando o desempenho for próximo a média nacional, de acordo com o método estatístico de parametrização;
- ☐ Escore 0 – quando o desempenho no indicador de resultado for pior do que a média nacional;
- ☐ Escore 0 - para as situações em que há ausência de informações válidas para o Estado, caso em que o indicador será considerado no computo final do índice;
- ☐ Sem valor - para as situações em que há ausência de informações não-válidas para o Estado, caso em que o indicador será excluído do computo final do índice.



281. Demonstra-se a análise dos indicadores com resultados melhores que a Média Nacional.

- Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2014) apresentou índice de 66.45 superando a média nacional de 64.62;
- Taxa de mortalidade por doença do aparelho circulatório/cerebro-vascular (2014) com 36,04, apresentando-se abaixo da média Brasil que foi 48.96;
- Taxa de Razão de exames citopatológicos cervico-vaginais em mulheres de 25 a 29 anos na população feminina nesta faixa etária (2015), apresentou um percentual de 0.43, superior à média nacional que foi 0.42.
- Taxa de incidência de dengue (2015) foi 591.98, indicando que a ocorrência dessa doença foi menor que o índice relativo à média Brasil de 806.43.
- Cobertura imunizações pentavalente (2015) apresentou índice de 101.73 melhor que a taxa relativa à média nacional de 96.30%;

282. A seguir, apresentam-se os indicadores com resultados piores que a Média Brasil:

- Taxas de mortalidade neonatal precoce (2014), 6.85, e de mortalidade infantil (2014), 14.71, tiveram resultados maiores que a média Brasil, 6.81 e 12.90, respectivamente;
- Taxa de internação por IRA (infecção respiratória aguda) em menores de 5 anos (2015) foi 24.25, apresentando maior que a média nacional de 19.79;
- Taxa de detecção de hanseníase (2015) foi 9.35, indicando que o número de casos novos confirmados em Mato Grosso foi maior que a média nacional que foi 1.41;



- Incidência de tuberculose todas as formas (2015) teve resultado de 38.31, apresentando-se acima da média Brasil de 32.20;

4.10. CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

283. A Comissão Técnica deste Tribunal de Contas, constituída pela Portaria nº 095/2016, DOTCE nº 869 de 17/05/2016, e alterada pela Portaria nº 121/2016, DOTCE nº 895 de 27/06/2016, após análise das referidas Contas Anuais e por meio das informações extraídas dos sistemas informatizados disponibilizados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das publicações nos órgãos oficiais de imprensa do estado e outras obtidas em inspeção in loco, abrangendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e de resultados, elaborou o Relatório Preliminar de Auditoria, no qual foram apontadas 19 irregularidades.
284. Regularmente notificado para se manifestar, conforme ofício nº. 454/2017/GAB-VAS/TCE-MT, o Governador do Estado de Mato Grosso, senhor JOSÉ PEDRO GONÇALVES TAQUES, apresentou a sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu pertinentes.
285. Depois de analisada, a Comissão Técnica sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo desta Relatoria, concluiu pela permanência de 13 irregularidades, classificadas como graves, nos termos da Resolução Normativa 17/2010, atualizada pela Resolução 2/2015, conforme discriminadas a seguir:

- 1. Item 20.2.)** Transposição, remanejamento ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (art. 167, VI, da Constituição Federal).
FB 10. Planejamento/Orçamento_Grave.



1.1. Realização de transposição, remanejamento e reversão por economia orçamentária com ausência de leis específicas (Tópico 7.3.1 – Créditos Adicionais).

2. Item 20.5.) Irregularidade referente à Gestão Fiscal/Financeira, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010. **DB 99. Gestão Fiscal/Financeira_Grave.**

2.1. Realização de empréstimos entre órgãos ultrapassando o exercício financeiro e gerando passivos entre os órgãos estaduais, em desacordo com a Lei Complementar nº 360/2009 (Tópico 7.4 – Empréstimo entre Órgãos).

2.2. Efetiva ampliação de incentivos fiscais em 2016, por parte do Poder Executivo estadual, a título de renúncia de receitas, num total de R\$ 1.858.174.182,89, valor superior àquele estimado na LOA 2016 (R\$ 1.430.256.556,98), denotando a não consideração de R\$ 427.917.625,91, da referida renúncia fiscal, no montante estimado na LOA 2016, tudo em desrespeito ao art. 14, I, da LRF, à Lei Orçamentária Anual que regia o referido exercício financeiro (Lei Estadual nº 10.354, de 30/12/2015) e ao princípio da gestão fiscal responsável (art. 1º, § 1º, da LRF), que exige, na condução das finanças públicas, ação planejada capaz de prevenir riscos que possam afetar o equilíbrio das contas governamentais, mediante obediência a limites e condições concernentes a renúncia de receita (Tópico 8.1.2 – Renúncia de Receitas).

2.3. Alteração, em 2/12/2016, para R\$ 1.715.478.650,44, por meio de leis propostas pelo Poder Executivo estadual (Lei Estadual nº 10.466/2016 e Lei Estadual nº 10.467/2016), do valor da renúncia fiscal inicialmente estimado tanto na LOA 2016 (R\$ 1.430.256.556,98) como na LDO 2016



(R\$ 1.060.663.897,84), em afronta a entendimento firmado na Resolução de Consulta do TCE MT 20/2015 (item 2) (Tópico 8.1.2 – Renúncia de Receitas).

2.4. Não repasse integral de duodécimos, considerado o ano de 2016, por parte do Poder Executivo Estadual, aos demais Poderes e órgãos autônomos, mesmo tendo ocorrido no referido exercício financeiro excesso – e não decurso – de arrecadação nas receitas correntes do Estado de Mato Grosso, o que desrespeita o princípio constitucional da separação e harmonia dos Poderes (art. 2º, da CF/88), o art. 19 da Lei Estadual nº 10.311/2015 (LDO), o art. 38 do Decreto Estadual 384/2015, bem como entendimento veiculado pelo STF nos autos do SS 5157 MC/RN e do MS 34.483-RJ (Tópico 18.1.1 – Repasse de Duodécimos).

2.5. Atraso nos repasses do ICMS aos Municípios (art. 158, IV, CF) no decorrer do exercício de 2016, contrariando os ditames do art. 5º da Lei Complementar nº 63/1990 (Tópico 18.1.2 – ICMS).

2.6. Não repasse aos municípios dos valores referentes ao Cofinanciamento da Atenção Básica, referente aos meses de setembro a dezembro de 2016, totalizando débito na quantia de R\$ 18.712.432,00 (Tópico 18.1.3 – Saúde (Atenção Básica)).

3. Item 20.7.) Irregularidade referente ao assunto “Diversos”, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa do TCE-MT nº 17/2010. NB 99. Diversos_Grave.

3.1. Assunção injustificada de riscos operacionais na consecução da política de segurança pública consubstanciada pelo Programa 406 (Pacto Pela Segurança: MT Mais Seguro), considerando que o Governo Estadual não prioriza o aporte de recursos orçamentários e financeiros



necessários para otimizar o uso dos insumos ociosos/subutilizados nem instaura política de desinvestimento desses ativos, postura que atenta contra a eficácia e a eficiência da ação governamental (Tópico 16.3.1.1 – Avaliação do Programa 406 – Pacto Pela Segurança: MT Mais Seguro).

3.2. Não adoção, por parte do Poder Executivo Estadual, à AGER, de mecanismos mínimos capazes de garantir a essa autarquia em regime especial desempenhar a regulação – em específico, a fiscalização – dos serviços públicos de conservação de rodovias, transporte coletivo intermunicipal de passageiros e operacionalização de terminais rodoviários, objeto de delegação a agentes particulares, o que esvazia a competência regulatória da entidade e mina sua autonomia administrativa, financeira e funcional, em desrespeito ao art. 1º, caput, da Lei Complementar Estadual 429/2011 e a boas práticas de governança aplicada à regulação, previstas no Referencial Básico de Governança do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2013) (Tópico 18.3 – Regulação de Serviços Públicos Delegados).

3.3. Não adoção, a tempo de viabilizar para 2016 a regularização jurídica do serviço de transporte intermunicipal de passageiros em Mato Grosso, de providência de sua alçada decisória, na qualidade de titular do Poder Concedente (Estado de Mato Grosso) e considerando sua ciência, desde 7/8/2015, sobre a situação irregular e de insegurança jurídica da execução da referida política pública essencial, em desrespeito ao art. 175, caput, da Constituição Federal de 1988 e ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado pelo Estado com o Ministério Público Estadual em 2007 (Tópico 18.5 – Política Pública de Transporte Intermunicipal de Passageiros).



3.4. Não priorização da política pública de regularização fundiária no Estado de Mato Grosso, a despeito da insegurança jurídica vivenciada por seu público-alvo (assentados, produtores, investidores), dos riscos à vida derivados de conflitos violentos por terras, que já ocorrem, e do dever estatal de priorizar tal ação afirmativa, constante no art. 314, I, da Constituição Estadual (Tópico 18.7 – Programa 208 – Regularização Fundiária).

4. Item 20.9.) Cancelamento de Restos a Pagar processados sem comprovação do fato motivador (art. 37, caput da Constituição Federal; art. 3º, caput da Resolução Normativa TCE no 11/2009). **DB 03. Gestão Fiscal/Financeira_Grave.**

4.1. Cancelamento de restos a pagar processados na ordem de R\$ 1.092456,89 sem comprovação do fato motivador (Tópico 9.2.1 – Restos a Pagar).

5. Item 20.10.) Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando na inconsistência dos demonstrativos contábeis (arts. 83 a 106, da Lei nº 4.320/1964 ou Lei nº 6.404/1976). **CB 02. Contabilidade_Grave.**

5.1. Valor encontrado de R\$ 6.015.351.878,62 no Anexo 17 não compatível com o saldo do Passivo Financeiro no Anexo 14 (R\$ 6.016.255.339,22) (Tópico 9.3 – Balanço Patrimonial Consolidado).

6. Item 20.11.) Descumprimento do prazo de envio de prestação de contas, informações e documentos obrigatórios ao TCE-MT (art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal; arts. 207, 208 e 209, da Constituição Estadual; Resolução Normativa do TCE-MT nº 36/2012; Resolução Normativa do TCE-MT nº 01/2009; art. 3º, da Resolução Normativa do



TCE-MT nº 12/2008; arts. 164, 166, 175 e 182 a 187, da Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2007). **MB 02. Prestação Contas_Grave.**

6.1. Descumprimento de prazo pelo não envio do Quadro do Superávit/Déficit Financeiro que compõe o Balanço Patrimonial – Anexo 14 (Resolução Normativa nº 3/2015-TP) (Tópico 9.3 – Balanço Patrimonial Consolidado).

7. Item 20.12.) Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49, da Lei Complementar nº 101/2000). **DB 08. Gestão Fiscal/Financeira_Grave.**

7.1. Não realização de audiências públicas para apresentação dos Relatórios de Saúde, estabelecidas pelo artigo 36 da LC 141/2012, relativamente ao 1º e 3º Quadrimestre de 2016 (Tópico 11.1 – Audiências Públicas).

8. Item 20.13.) Não liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público (art. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000). **DB 16. Gestão Fiscal/Financeira_Grave.**

8.1. Não liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira no Portal da Transparência (Tópico 11.3 – Implementação da Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/2011).

9. Item 20.14.) Descumprimento das disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011; Resolução Normativa do TCE-MT nº



25/2012, atualizada pela Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2013).

NB 10. Diversos_Grave.

- 9.1. Não disponibilização no Portal da Transparência de informações e dados que o deveriam ser por ordem da Resolução Normativa do TCE-MT nº 14/2013 e do Decreto Estadual 1.973/2013 (Tópico 11.3 – Implementação da Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/2011).

10. Item 20.15.) Irregularidade referente à Previdência, não contemplada em classificação específica na Resolução Normativa nº 17/2010 – TCE-MT.

LB 99. Previdência_Grave.

- 10.1. Inexistência de projeto de lei em andamento para implementação do plano de amortização do déficit atuarial, a médio e longo prazo, bem como da demonstração da viabilidade orçamentária e financeira para o ente federativo, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme § 2º, art. 19, da Portaria MPS nº 403/2008 (Tópico 13.6 – Plano de amortização/estudo de viabilidade).

11. Item 20.17.) Ausência ou deficiência dos registros analíticos de bens de caráter permanente quanto aos elementos necessários para a caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração (art. 94, Lei nº 4.320/1964). **BB 05. Gestão Patrimonial_Grave.**

- 11.1. Desconhecimento, pelo Estado de Mato Grosso, sobre a situação cadastral (certificada, com levantamento em campo, confirmação de sua localização por croquis geo-referenciados, e laudo de avaliação) de 99,86% de seu patrimônio imobiliário, em desrespeito ao art. 94, Lei nº 4.320/1964 (Tópico 18.2 – Gestão do Patrimônio Imobiliário).



12.Item 20.18.) Não-observância das regras de prestação de contas referentes a convênios e/ou instrumentos congêneres (Instruções Normativas Conjuntas SEPLAN/SEFAZ/AGE 003/2009 e 004/2009; legislação específica do ente). **IB 03. Convênio_Grave.**

12.1.Descontrole sistêmico do Estado de Mato Grosso em relação ao dever de verificar a regularidade da aplicação de recursos estaduais descentralizados, via cobrança e análise de processos de prestação de contas exigíveis pelo art. 70, parágrafo único, da CF/88, e pela IN 01/2015, que estejam pendentes de apresentação ou saneamento pelos convenientes (Tópico 18.4 – Governança dos Convênios de Descentralização).

13.Item 20.19.) Não adoção de providências para cobrança de dívida ativa – administrativas e/ou judiciais (art. 1º, § 1º, arts. 12 e 13 da Lei Complementar 101/2000 e Lei 6.830/1980). **BB 03. Gestão Patrimonial_Grave.**

13.1.Não adoção de medidas de sua alçada decisória estratégica, a tempo de viabilizar para 2016 o gerenciamento, a sistematização e o consequente incremento – com governança – da arrecadação do saldo da Dívida Ativa Estadual, considerada a transversalidade do referido macroprocesso, que, por envolver distintas unidades administrativas, exige ação de governo que coordene esforços e imponha responsabilidades/prioridades aos gestores envolvidos, configurando-se a presente situação em afronta ao art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e ao princípio da eficiência administrativa erigido no art. 37, caput, da CF/88 (Tópico 18.6 – Dívida Ativa).



4.11. MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

286. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer 2.696/2017 do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral Getúlio Velasco Moreira Filho, opinou pela emissão de Parecer Prévio Favorável à Aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2016, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso, José Pedro Gonçalves Taques, com recomendações à Assembleia Legislativa para que as observe quando do julgamento destas contas, com destaque para o processo de apuração de eventual crime de responsabilidade pelo Senhor Governador, em face da *“ausência de repasse/não regularização de repasse dos duodécimos aos Poderes do Estado de Mato Grosso”*.
287. Por meio do documento protocolizado sob número 186520D, datado de 13/06/2017, o Excelentíssimo Senhor Governador, por intermédio do Procurador-Geral do Estado de Mato Grosso, requereu vista integral dos autos e a concessão de 24 horas para apresentar memoriais.
288. Deferi a solicitação, privilegiando os princípios da ampla defesa e do contraditório, e, em consequência, reagendei a sessão plenária de apreciação das referidas contas para o dia 19/06/2017.

ESSE É O RELATÓRIO.